

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE HISTÓRIA

RAFAEL LAZZARI SMAIRA

Abrindo as Trancas: uma experiência de pesquisa, ensino e extensão entre o cárcere e a escola

Uberlândia
2019

RAFAEL LAZZARI SMAIRA

Abrindo as Trancas: uma experiência de pesquisa, ensino e extensão entre o cárcere e a escola

Trabalho de conclusão do curso de História
pertencente ao Instituto de História da
Universidade Federal de Uberlândia como
requisito parcial para obtenção do título de
licenciatura e bacharelado.

Área de atuação: História, Criminalidade e
Educação.

Orientador: Sérgio Paulo Morais.

Uberlândia

2019

RAFAEL LAZZARI SMAIRA

Abrindo as Trancas: uma experiência de pesquisa, ensino e extensão entre o cárcere e a escola

Trabalho de conclusão do curso de História
pertencente ao Instituto de História da
Universidade Federal de Uberlândia como
requisito parcial para obtenção do título de
licenciatura e bacharelado.

Área de concentração: História, Criminalidade
e Educação.

Uberlândia, 2019.

Orientador e banca examinadora:

Sérgio Paulo de Moraes (INHIS/UFU)

Maria Andréia Angelotti (INHIS/UFU)

Selmo Haroldo de Resende (FACED/UFU)

Agradecimentos

Me poupo de nomear cada pessoa que será citada pela crença de que nomes não importam, mas sim o apreço e amor por cada sujeito e sua contribuição na vida do outro, o que chamo de cumplicidade; ao longo dessa caminhada, muitos e muitas foram cúmplices. Assim, começo agradecendo à Pastoral Carcerária de Uberlândia, grupo que me proporcionou a oportunidade de iniciar este trabalho. Agradeço pelos ensinamentos sobre fé e amor, dedicação ao próximo e por todo o companheirismo em adentrar um ambiente tão hostil e por vezes assustador, sempre ganhando espaço com engajamento, sorrisos e afeto; dessas pessoas carrego o maior exemplo de contribuição social que já presenciei. Em especial devo mencionar uma companheira de jornada da Pastoral e também pesquisadora do universo prisional; sua presença durante as visitas trouxe gigantesca contribuição, novos ares e ideias e sua participação nesse estudo foi primordial.

Agradeço também ao meu orientador por toda a confiança depositada em meu trabalho, pela autonomia incentivada durante meu processo de escrita e por todo o amparo na confecção desse estudo. É indispensável citar também o professor que iniciou esse trabalho comigo em uma empreitada arriscada, a quem tenho muita gratidão pela colaboração nos primeiros passos da pesquisa. Ainda, devo muito à Universidade Federal de Uberlândia; os cinco anos de curso e as experiências – acadêmicas ou não – vividas nessa instituição foram de extremo proveito na minha formação como aluno e futuro professor. Em menção especial e honrosa, agradeço ao espaço físico do Restaurante Universitário, seus funcionários e funcionárias por tudo que foi vivido ali. As refeições solitárias de almoço e jantar sempre foram momentos de grande reflexão e muito do que está nesse trabalho foi arquitetado nesse espaço com uma cabeça cheia de ideias, fones de ouvido tocando alguma faixa de motivação e um apetite vegetariano plenamente saciado. Disse durante toda a graduação: barato, saboroso, nutritivo e democrático.

Dentre as instituições a serem mencionadas, elenco a Escola Estadual do Parque São Jorge; sem o acolhimento da proposta e a total abertura que me foi dada, nada disso seria possível. Ainda, agradeço imensamente aos alunos e alunas que compuseram a atividade por prestarem atenção e encararem o desafio de discutir um tema controverso como o proposto. A experiência vivida dentro das salas de aula da escola é, sem dúvidas, o ponto mais alto que alcei enquanto graduando de uma licenciatura.

Adentrando a vida pessoal de quem tece um estudo, que penso ser indissociável do empenho profissional, agradeço primeiro às amizades edificadas em Uberlândia. Menciono meus bons amigos de boteco: a vocês devo muito, seja pelo auxílio nas discussões acadêmicas

ao longo do curso, pelas reuniões no bar da Dona Antônia ou pelas conversas em períodos atribulados no Escritório.

Também digo sobre outro grupo de pessoas de luz que encontrei, o time Ventopanas. Para além da imensa gratidão ao Ultimate Frisbee por ser ora desafogo e carga de ânimo nos dias difíceis, ora um grande prazer em dias ensolarados, agradeço por ter topado em minha trajetória amigos e amigas que levo para a vida toda; correr ao lado de vocês é um privilégio e com o disco voando estaremos conectados. Em especial agradeço duas parceiras do time, uma artista que fez a arte para divulgação desse projeto, que abre o segundo capítulo, e outra companheira de curso, de disco e pra vida.

Agradeço também duas mulheres que cruzaram meu caminho na cidade de Uberlândia em minha vida amorosa. Ambas foram de contribuição imensa: uma no percurso da graduação e a outra especialmente durante a execução desse trabalho; ter pessoas íntimas com quem compartilhar as aflições e ansiedades de um trabalho acadêmico, sobretudo em um universo de conflitos como esse tratado aqui, é essencial. Tenho sorte de somar em minha vida essas pessoas preciosas.

Devo agradecimentos imensuráveis ainda à minha psicóloga, a maior das cúmplices nesse projeto. Durante as conversas, muitas vezes a vida pessoal era deixada de lado e o profissional tomava o centro de nossas atenções; não falávamos só sobre sentimentos em relação à pesquisa, mas também de ideias e concepções realmente colaborativas e inovadoras ao estudo. Afirmo com convicção que essa pessoa é uma das peças-chave desse trabalho.

Ainda, ao longo dos cinco anos vivendo a quinhentos quilômetros de casa, o movimento de viagem entre as cidades de Uberlândia e Campinas sempre foi motivador de grandes questões e pensamentos. Assim, tratando ainda das pessoas diretamente a mim conectadas, por último agradeço à minha família por ser a base de tudo, sempre um porto seguro a retornar. Ter um lar com pessoas que acreditam no potencial do meu trabalho foi vital durante toda a graduação por me renovar as energias e dar encorajamento para seguir em frente. À minha família, todo meu amor e gratidão. Na cidade de Campinas agradeço também aos amigos e amigas que sempre me ouviram com entusiasmo e atenção, dando apoio às ideias alçadas.

Agradeço também à todas as pessoas que cruzaram meu caminho nesse período com indagações e questionamentos, concordâncias e divergências ao que eu acredito e defendo, me fazendo refletir sobre meus pontos de vista, ora reformulando-os, ora afirmando-os com ainda mais veemência. A intenção maior desse estudo é justamente debater em conjunto, formulando novos pontos de vista para todas as partes envolvidas.

Entretanto, não há como fechar esse agradecimento senão pelos sujeitos mais valiosos e a quem se intenta ajudar nesse processo: assim, dedico a todas as pessoas privadas de liberdade na cidade de Uberlândia os esforços aqui empreendidos ao longo de cinco anos de estudo e dois anos de trabalho. Foi só a partir do contato com essas pessoas que o olhar profissional foi desenvolvido, bem como o afloramento de sensibilidades que transformaram quem aqui escreveu. Aos detentos e detentas quem convivi devo boa parte de minha formação enquanto professor, historiador e pessoa; o que foi vivido no interior da detenção de certa forma supera o que foi aprendido dentro das salas de aula de uma universidade federal, justificando o que concebo enquanto devolução à sociedade da oportunidade de estudo que me foi dada. Sociedade essa também composta por corpos encarcerados, mas que não serão esquecidos.

RESUMO

Este trabalho se trata de um alinhamento entre as perspectivas da pesquisa e do ensino no campo da História, aplicadas em um projeto de extensão. A partir de uma pesquisa desenvolvida em Unidades Prisionais foi construída uma exposição sobre o universo carcerário. O público-alvo são estudantes de Terceiro Ano do Ensino Médio, a exposição teve como metodologia de trabalho a construção de uma linha temporal de nuances relevantes sobre esse tema específico. Assim, o objetivo amplo desse estudo foi discutir com esses estudantes o tópico, registrando e reflexionando como ele é concebido, utilizando os elementos da docência e da pesquisa enquanto ferramenta de construção do conhecimento. Os resultados alcançados se deram durante a execução da atividade prática e principalmente posteriormente durante a escrita do texto.

Palavras-chave: História, Criminalidade, Sistema Prisional, Educação, Pesquisa, Ensino, Extensão.

ABSTRACT

This paper is an alignment between the perspectives of research and teaching in the field of history, applied in an extension project. An exhibition about the prison universe was built based on a research developed in Prison Units. The target audience is third year high school students, the exhibition had as its work methodology the construction of a timeline of relevant nuances on this specific theme. Thus, the objective of this study was to discuss with these students the topic, recording and reflecting on how it is conceived, using the elements of teaching and research as a knowledge construction tool. The results achieved were during the execution of the practical activity and especially later during the writing of the text.

Keywords: History, Criminality, Prison system, Education, Research, Teaching, Extension.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Fotografia 1	16
Fotografia 2	22
Ilustração 1	30
Ilustração 2	33
Ilustração 3	35
Ilustração 4	39
Ilustração 5	47
Ilustração 6	54
Fotografia 3	57
Fotografia 4	68

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	30
Tabela 2	45
Tabela 3	72

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	12
2 MEMORIAL DE UM <i>TRAMPO</i>.....	16
3 CAPÍTULO 1 – CONSTRUINDO AS CINCO ESFERAS DA LINHA TEMPORAL.....	22
3.1 O MASSACRE DO CARANDIRU.....	23
3.1.1 A conjuntura do sistema carcerário paulista.....	23
3.1.2 Ordem cronológica.....	24
3.1.3 Desdobramentos, permanências e memórias.....	25
3.2 A ORGANIZAÇÃO DO CRIME.....	26
3.2.1 As origens e as bases da teia.....	26
3.2.2 Disputas de poder: facção, Estado e sociedade.....	29
3.3.3 Expansão organizada.....	32
3.3 O FLUXO DAS DROGAS.....	36
3.3.1 Definições, legislação e controle.....	36
3.3.2 A punição e seus efeitos.....	38
3.4 POR DENTRO DO SISTEMA ATUAL.....	41
3.4.1 Regimes e tipificações penais.....	41
3.4.2 Dando contorno: o perfil dos detentos e das detentas.....	46
3.5 RESSOCIALIZAÇÃO.....	48
3.5.1 Desafios e possibilidades.....	48
3.5.2 Reflexões sobre as engrenagens do sistema.....	51
4 CAPÍTULO 2 – <i>DICHAVANDO</i> O MATERIAL: AS DINÂMICAS DA PRÁTICA NA ESCOLA ESTADUAL DO PARQUE SÃO JORGE.....	54
4.1 O OLHAR DO HISTORIADOR NA PESQUISA E NO ENSINO.....	55
4.2 A EXPERIÊNCIA NA MIRA: PLANEJAMENTO, EXECUÇÃO E INTERAÇÃO.....	57
4.3 OS CORPOS EM FOCO.....	67
4.4 OS LIVROS NA MÃO.....	75
5 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES.....	77
ANEXOS.....	81
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	100

1. INTRODUÇÃO

O trabalho desenvolvido nessa monografia se trata de uma exposição sobre o universo prisional brasileiro que tem como recorte de público-alvo estudantes do terceiro ano do Ensino Médio da Escola Estadual do Parque São Jorge na cidade de Uberlândia, tendo sido realizada entre os dias 17, 18, 19 e 24 de junho de 2019, com um total de 104 participantes nos quatro dias de atividade. A motivação principal desse projeto está na crença sobre a necessidade de a sociedade conhecer e reorganizar as prisões arquitetadas por ela mesma ao longo do tempo; diante disso, sistematiza-se um conhecimento para ser destrinchado e discutido junto aos cidadãos e cidadãs que compõem o meio social. Assim, compreende-se que através da educação é possível reformular as formas de punição falhas adotadas até hoje, transfigurando-as em oportunidades de ressocialização de fato; por isso o recorte adotado está em estudantes que em breve ingressarão em universidades e no mercado de trabalho. São esses os cidadãos e cidadãs de um futuro próximo.

A base de sustentação teórica adota os conceitos chave para a compreensão da lógica prisional dos escritos de Michel Foucault, principalmente no livro *Vigiar e Punir*¹. Em sua obra o autor francês contextualiza o surgimento das prisões no bojo da transição dos modos de punir; nas nações do Antigo Regime a punição era constituída por práticas de castigo físico, como medidas para açoitamentos, amputação de membros e outros suplícios em praça pública. Nesse contexto a punição ganha caráter de espetáculo às pessoas que assistiam o indivíduo infrator sendo castigado, conferindo-lhe também uma função exemplar e disciplinar acerca das regras a serem seguidas para não acabar como o sujeito supliciado.

Diante disso, Foucault aponta essa transformação nas formas de penalização arquitetada dentro dos fundamentos do Direito Penal ainda em desenvolvimento nas nações europeias em meados do século XVIII; com a transição, o suplício do corpo adquire caráter de barbárie, sendo desviado das exposições públicas. Essa forma de punição é substituída pela privação de liberdade aos infratores, castigo que abrange âmbitos amplos e até imateriais; ao se trancar um corpo pune-se também a mentalidade, os direitos de circulação e o controle desse sujeito sobre seu próprio tempo.

A noção de punição através do tempo e da liberdade é consolidada na medida em que todo sujeito, independentemente de seu crime e condição social, é possuidor de liberdade e tempo, podendo ser tolhido de ambos. Nesse momento é forjado também sob a figura do infrator

¹ FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*; 42ª ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

o estigma do inimigo social que deve reparar os danos causados à sociedade em uma pena útil e proveitosa; dessa forma, atrela-se o trabalho à punição desde o surgimento do cárcere enquanto uma instituição de disciplinarização.

Sob essa perspectiva, Foucault conceitua o que compreende por “corpos úteis e dóceis”; ao serem detidos nesse sistema de coerção ininterrupta em uma instituição total sob a lógica do trabalho, os indivíduos tornam-se úteis para a manutenção e organização do sistema de poder. Assim, a disciplina exercida por esse sistema intenta aumentar as forças do corpo em termos econômicos de utilidade e diminuir as forças em termos de organização política, almejando a obediência.

Diante dessa coerção do corpo apenas em proveitoso ao funcionamento do sistema de hegemonias, o autor traz a contraposição em pensar o fracasso das instituições prisionais na missão de ressocializar e recuperar seus ocupantes. De forma diametralmente oposta, deve-se pensar seu êxito sob outros ângulos; Foucault aponta que a instituição não intentaria regenerar o indivíduo infrator, mas sim reproduzir a lógica da delinquência ao não fornecer condições reais de reeducação, promovendo a autopreservação da instituição, alimentando-se desses corpos detidos. Dessa maneira:

Se deveria falar de um conjunto cujos três termos (polícia-prisão-delinquência) se apoiam uns sobre os outros e formam um circuito que nunca é interrompido. A vigilância policial fornece à prisão os infratores que esta transforma em delinquentes, alvo e auxiliares dos controles policiais que regularmente mandam alguns deles de volta à prisão (FOUCAULT, 2014, p. 276)

A partir desses postulados o autor delinea a noção de “reprodução da delinquência”; ao inserir o indivíduo sob esse sistema de poder, acaba por afundá-lo ainda mais na posição de desviante promovendo sua reincidência criminal. Como resultado disso, a criminalidade tornar-se parte constituinte dessa microfísica do poder engendrada; ela justifica e legitima o controle crescente das instituições disciplinares sobre a sociedade.

É sob essa ótica que se estrutura o raciocínio tecido nesse estudo; a concatenação de eventos, dados e elementos presentes nos capítulos que seguem leva em conta o êxito do sistema penal composto pelas esferas do legislativo, policial, judiciário e prisional em se alinharem na perpetuação das formas de delinquência ao promoverem um encarceramento cada vez mais crescente e formas e oportunidades de reinserção social aos indivíduos infratores que beiram o nulo. O ponto defendido pelo autor ao final da obra e adotado aqui é de que deve se pensar o êxito das prisões com esse sistema, e não uma falência.

Dessa forma, serão discutidos aqui aspectos que perpassam o exercício da pesquisa, o ofício do ensino e o caráter extensionista que permeia essas outras duas ações, associação essa

que embasa a trajetória aqui tecida. Sob essa perspectiva, o primeiro capítulo dessa monografia se detém à idealização e preparação do conteúdo propriamente dito com levantamento de bibliografia, de dados e informações e a elaboração do conteúdo a ser lecionado.

A ordenação do conteúdo se dá em uma linha do tempo, tendo como marcas de temporalidade acontecimentos e suas respectivas datas: o recorte temporal inicia-se pelo passado, no ano de 1992, com o episódio conhecido como Massacre do Carandiru. Passa pela década de 1990 com a estruturação de uma organização criminosa que hoje ocupa posição central no ciclo da delinquência e chega ao ano de 2006 com a popularmente chamada “Lei de Drogas”. Posteriormente, atinge a contemporaneidade com o panorama atual do sistema carcerário brasileiro através dos dados e estatísticas que formaram a massa carcerária ao longo dos anos anteriormente tratados. Ainda, a exposição versa sobre o futuro alçando as possibilidades de ressocialização dos indivíduos privados de liberdade quando se tornarem egressos do sistema prisional.

As fontes e materiais utilizados na composição da exposição estão principalmente alocados em veículos de informação jornalística, presentes no primeiro capítulo; assim, utilizam-se matérias, reportagens e entrevistas do chamado jornalismo de investigação, que destrincham nuances da criminalidade ainda pouco discutidas no meio acadêmico. Entretanto, os principais referenciais teóricos utilizados para montagem do conteúdo estão nos estudos sobre a criminalidade contemporânea, por assim dizer; majoritariamente localizadas no estado de São Paulo, as pesquisas acadêmicas aqui usufruídas investigam a questão das organizações criminosas que começam no estado e se expandem a âmbito nacional. Ainda, utilizam-se dados oficiais do Estado brasileiro, difundidos por órgãos como as Defensorias Públicas Estaduais, o Departamento Penitenciário Nacional e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Já a segunda parte se detém à questão desse planejamento sendo executado dentro de sala de aula e principalmente sobre a interação entre os estudantes e o tema, mediada pelo proponente. Assim, a segunda parte do estudo traz trechos das falas desses participantes da oficina registradas em vídeo e caderno de anotações do trabalho de campo e as discussões provenientes do gatilho gerado pelo conteúdo. Com isso objetiva-se reflexionar sobre como a juventude tem concebido o tema da segurança pública, seus percalços e resoluções. Ainda, trata-se também dos recursos metodológicos utilizados em sala de aula, como vídeos, gráficos, livros e a atividade prática proposta durante a exposição.

Sob esse prisma, a contribuição intentada aqui é de levar conhecimento a uma parcela do corpo social em formação – estudantes de Ensino Médio que almejam o vestibular – a fim de enriquecer seus pontos de vista sobre a questão da segurança pública e os elementos que a

orbitam: a criminalidade crescente, o encarceramento seletivo, as práticas de ressocialização e os Direitos Humanos dentro do contexto prisional. Assim, entende-se que esse enriquecimento pode ter como resultado o melhoramento do cárcere de forma geral, na medida em que mais pessoas podem se engajar na causa.

Em termos gerais, o que se constrói aqui por meio da pesquisa, ensino e extensão é um pequeno esforço de quebrar com a perpetuação da delinquência em um sistema já consolidado, por meio de uma investigação e discussão sobre o tema com fundamentação empírica e teórica. Nessa medida, compreende-se que tornar esse debate público a fim de pensar a questão em conjunto é uma das formas de buscar soluções ao tópico da segurança pública no Brasil.

2. MEMORIAL DE UM *TRAMPO*²

Fotografia 1: Rodando



Fonte: Arquivo pessoal, 2019.

Enquanto um contador de histórias, começo explanando as motivações, inspirações e um pouco da trajetória desse trabalho, engendradas durante a graduação no curso de História na Universidade Federal de Uberlândia. Em 2017 desenvolvi uma pesquisa com processos criminais de vadiagem durante a década de 1960 em Uberlândia, sob orientação do professor Deivy Ferreira Carneiro. A experiência me foi muito valiosa por proporcionar a oportunidade de um primeiro exercício com questões metodológicas de pesquisa, a bibliografia básica quando se trabalha com o eixo da criminalidade e punição dentro da História e, principalmente, um amadurecimento profissional e pessoal.

Entretanto, é no ano de 2018 que de fato começo a pesquisa a qual deu fruto a este trabalho de monografia. Apesar da atividade com os processos criminais estar tomando fôlego, sentia falta de uma identificação maior com meu objeto de pesquisa e de um contato mais estreito com pessoas e suas realidades, e não papéis. Ao invés de permanecer restrito a um

² Gíria popular para a palavra trabalho.

arquivo com processos empoeirados que expunham as mazelas de pessoas que já se foram, era chegada a hora de colaborar na trajetória de pessoas vivas, contando suas histórias. Sob esse prisma da convicção no poder do trabalho social através da comunicação e formação de cidadanias em diversas frentes, elenco o trecho dos Racionais MC's na música “Capítulo 4 Versículo 3” do álbum *Sobrevivendo no Inferno*:

Eu tenho uma missão e não vou parar/ Meu estilo é pesado e faz tremer o chão/ Minha palavra vale um tiro e eu tenho muita munição/ Na queda ou na seção, minha atitude vai além/ Tenho disposição pro mal e pro bem/ Talvez eu seja um sádico ou um anjo, um mágico/ Juiz ou réu, um bandido do céu/ Malandro ou otário, padre sanguinário/ Franco atirador se for necessário/ Revolucionário, insano ou marginal/ Antigo e moderno, imortal (RACIONAIS MC'S, 1997)

A partir dessa aspiração ingressei na Pastoral Carcerária de Uberlândia para unir a perspectiva acadêmica à ação humanitária. Atualmente o grupo religioso é constituído por cerca de oito pessoas voluntárias que visitam semanalmente as Unidades Prisionais de Uberlândia Presídio Professor Jacy de Assis e a Penitenciária Professor João Pimenta da Veiga; as atividades são formadas por conversas em cada cela com os detentos e as detentas e a realização de missas eventuais. O tempo médio de permanência em cada *xis*³ é de cerca de quarenta minutos e os temas abordados estão sempre pautados pelos dois pilares que fundamentam a ação da Pastoral: a religiosidade e a humanização.

O presídio que visitamos com maior frequência, o Jacy de Assis, abriga hoje cerca de X pessoas aprisionadas, operando com aproximadamente três vezes mais detentos do que sua capacidade projetada. A escolha de elencar o número X acima se deu no momento de escrita deste memorial em uma das visitas: algumas detentas relataram o caso recente de uma esposa tentando visitar o marido preso, entretanto a Unidade não sabia afirmar se ele ainda se encontrava detido sob sua tutela ou se havia sido transferido. Durante cerca de três semanas a dúvida permaneceu, até que o detento foi localizado em outra penitenciária do estado de Minas Gerais e sua esposa informada. Diante da condição insuficiente e falha em que se apresenta o sistema de coleta de dados penitenciários a nível nacional é que se justifica a adoção do “número X” nesse texto; nem o próprio Estado sabe quantas pessoas mantém atrás das grades.

Diante dessas considerações iniciais, proponho ao leitor ou leitora o exercício de imaginar um cenário: paredes cinza e velhas, marcadas por rachaduras, sujeiras e pichações. Grades, telas e cercas de todos os tamanhos, espessuras e espaçamentos, sempre pintadas em um marrom escuro melancólico. Agentes com fardas de estampas diversas, portando armas de calibres diversos, sempre andando pra lá e pra cá, levando detentos para *procedimentos*⁴ e

³ Cela.

⁴ Atendimento médico ou jurídico.

cumprindo suas obrigações, fazendo a Unidade rodar. Outros serviços são prestados: carriolas passam o tempo todo com as *quentinhas*⁵ para cada bloco, as *sacolinhas*⁶ passam pela triagem e são distribuídas e alguns detentos trabalham na manutenção do estabelecimento.

No meio de tudo isso, um grupo de pessoas com a bíblia debaixo do braço uniformizadas em azul claro caminha acenando aos ocupantes do presídio; esse é mais um dia de trabalho da Pastoral. Ao adentrarmos algum bloco o cenário é bastante parecido, porém os agentes da lei são substituídos pelos condenados da lei; homens trajando uniformes vermelhos e havaianas coloridas, geralmente com idade entre 18 e 29 anos, em sua ampla maioria negros e com baixo grau de escolarização. Logo que percebe nossa entrada acompanhada pelo *Seu Gaiola*⁷, o *Cela Livre*⁸ responsável *dá a letra*⁹ gritando para o resto do bloco: “Ó os irmão da igreja aí rapaziada, apaga os *crivo*¹⁰ e põe as *peita*¹¹”; o alerta é sempre dado de forma semelhante.

Seguido da advertência sempre recebemos a saudação calorosa de um “sem-número” de sujeitos e suas vozes; o bom dia é coletivo. O número de celas ocupadas em cada bloco varia e a quantidade de habitantes também; nas celas projetadas para oito detentos já presenciei até trinta pessoas se amontoando para sobreviver como for possível. O cheiro característico das celas e dos corredores não me sairá da cabeça, ainda que eu saia da Pastoral, a mistura é de creolina, um tipo de desinfetante, com cigarro. Esses dois elementos evidenciam parte da *disciplina*¹² da *malandragem*¹³: a faxina da cela é realizada sempre que possível e o principal hábito e passatempo dos detentos quando estão *na tranca*¹⁴ é fumar cigarros e *trocar ideia*¹⁵ – não que seja muito diferente nos banhos de sol, onde alguns aproveitam para jogar bola, se exercitar, cortar o cabelo ou conversar com *manos*¹⁶ de outras celas.

O modo de vida dentro de um *xis* segue uma lógica de organização: os mais velhos na detenção ou com um *proceder*¹⁷ de maior respeito e prestígio dormem nos beliches de concreto,

⁵ Marmitex de almoço e janta trazido aos detentos e detentas.

⁶ Depósito de comidas, itens de higiene pessoal e cigarros que a família da pessoa detida pode depositar a cada quinze dias.

⁷ Agente penitenciário responsável pelo bloco que auxilia na entrada da Pastoral.

⁸ Detento responsável por distribuir as refeições, limpar o corredor das celas, retirar os sacos de lixo e passar avisos; geralmente o serviço é feito em dupla.

⁹ Avisar, comunicar.

¹⁰ Cigarro comum.

¹¹ Camiseta.

¹² Regras de convivência.

¹³ Termo que os detentos utilizam ao se referirem a seus pares.

¹⁴ Quando os detentos não estão em banho de sol ou em procedimento, constituindo a maior parte do tempo durante o cumprimento de uma pena.

¹⁵ Conversar.

¹⁶ Amigos.

¹⁷ História de vida e bagagem pessoal no *mundo do crime*, ditando boa parte das regras de convivência dentro da prisão.

enquanto os mais novos e recém-chegados dos *jumbos*¹⁸, em colchões no chão – ou como diz a gíria popular, *na praia*¹⁹. Em alguns blocos, também se nota a presença de redes improvisadas em cima dos colchões no chão e dos beliches, compondo um “empilhado de malandro”²⁰, como um deles já me apontou. Estantes são improvisadas com barbantes, guardando pendurado o pequeno arsenal de pertences de cada apenado: às vezes uma bíblia velha, alguns papéis e canetas, produtos de higiene pessoal e limpeza, roupas e toalhas e as comidas depositadas pelas famílias nas *sacolinhas*, geralmente biscoitos e bolos. Para os detentos esse complemento na alimentação é essencial devido à insuficiência da alimentação fornecida pela *casa*²¹.

Dessa forma, começo a dinâmica em cada cela por uma abordagem descontraída, tentando ganhar a simpatia da rapaziada perguntando sobre como anda o cotidiano da Unidade. Também explico a dupla missão da Pastoral Carcerária: quando entramos, trazemos de fora a base para qualquer religião, o amor ao próximo, e saindo levamos as principais reivindicações da massa carcerária, sendo uma das vozes da população encarcerada no *mundão*²². Nessa medida, afirmo que a Pastoral Carcerária constitui uma ponte entre o interior e o exterior dos muros, levando elementos da sociedade para o cárcere e representando o cárcere nas discussões da sociedade.

Conforme apontado, as conversas possuem a tônica religiosa e com o prisma da humanização, sendo o discurso que adoto em todas as celas semelhante, variando um pouco mediante a interação de seus ocupantes. Utilizo a religião enquanto uma forma de estabelecer uma comunicação inicial, porém a mensagem passada torna-se mais ampla. Apresento-me também, para além do lado religioso, enquanto professor de História e levanto questões referentes à passagem do tempo relacionando-se com as ansiedades e angústias de cada pessoa detida ali. Um dos exercícios tecidos é pedir que os detentos fechem os olhos e se lembrem do rosto de uma pessoa amada (filho ou filha, pai ou mãe e a esposa, geralmente) e de um lugar que tenham apreço. Posteriormente, devem dizer em quem e onde pensaram; digo também que, ao focarem na imaginação, nenhuma grade ali lhes impediu de se apegarem em memórias amorosas; nessa medida, devem deixar a mente livre para esse tipo de pensamento de afeto.

Não me esqueço de que em uma das visitas um detento disse “O preso só tá preso de dia, porque de noite tá dormindo e tá sonhando”²³. A resposta que pude lhe dar foi que então

¹⁸ Veículo que traz detentos de outras Unidades Prisionais por transferência.

¹⁹ Dormir em colchonetes no chão.

²⁰ Caderno de anotações, acervo desta pesquisa: 2019

²¹ Nomeação em tom irônico que alguns detentos utilizam para a Unidade Prisional.

²² Literalmente o mundo todo externo à detenção.

²³ Caderno de anotações, acervo desta pesquisa: 2019.

todos sonhássemos acordados; assim, parte do exercício é propor também que imaginem um futuro esperançoso e próspero junto das pessoas e lugares imaginados anteriormente, compartilhando o que esperam desse porvir com os companheiros de cela. Histórias e trajetórias comoventes do passado são elencadas e conjecturas e desejos tocantes ao futuro desabrocham de forma plural nesse exercício, sendo possível apreender um pouco do que sentem e pensam essas pessoas privadas de liberdade.

O objetivo principal durante a conversa, com esse exercício descrito e outros que aqui não caberiam, é tentar evocar memórias afetivas do tempo anterior à detenção e ressignificá-las não só enquanto remotas no passado. Essas memórias passam a ser lidas como força motriz da resistência, em que essas pessoas encarceradas devem ter para superar o período de obstáculos e provações na detenção no presente e quando se tornarem egressos do sistema no futuro. Assim, as memórias e afetividades do passado são projetadas sob uma possibilidade de futuro, servindo de motivação e encorajamento; algumas inspirações para esse exercício serão discutidas no tópico “O Corpo na prática”, no segundo capítulo. Assim, é enfatizada a perspectiva da humanização através da afloração de sentimentos; são frequentes as lágrimas nos rostos dos detidos durante as visitas, e por vezes já aconteceram posteriormente no rosto do visitante que aqui escreve.

Esse contato com os *fundões*²⁴ do cárcere durante o ano de 2018 nas atividades da Pastoral também suscitou questionamentos acerca da convivência, das normas e códigos de conduta de detentos e detentas, dando mote à um projeto de pesquisa desenvolvido durante o mesmo ano. Nessa investigação, as conversas nas celas eram utilizadas enquanto acesso direto às fontes orais mais ricas, em minha concepção, sobre o *mundo do crime*²⁵: os próprios criminosos. Sob essa perspectiva, toda a bibliografia que compõe esse trabalho foi esmiuçada e um arsenal de produções (filmes, documentários, entrevistas, músicas e charges) foi reunido a fim de aprofundar o conhecimento deste pesquisador sobre as questões que orbitam o tema; dessa forma, todo o cabedal teórico e prático que embasam esse trabalho foi tomando base em 2018. Entretanto, por ser o universo prisional repleto de conflitos entre as partes que o habitam, esse trabalho de investigação dos hábitos e comportamentos da massa carcerária teve de ser abandonado por questões burocráticas e de logística da pesquisa.

Assim, me encontrei diante da necessidade de passar adiante o conhecimento construído ao longo de dois anos convivendo com a teoria e a prática; o caminho encontrado para isso

²⁴ Denominação para o lugar onde os detentos são maioria, superando as zonas de triagem, administração e segurança.

²⁵ Gíria utilizada pelos próprios detentos para definir a criminalidade.

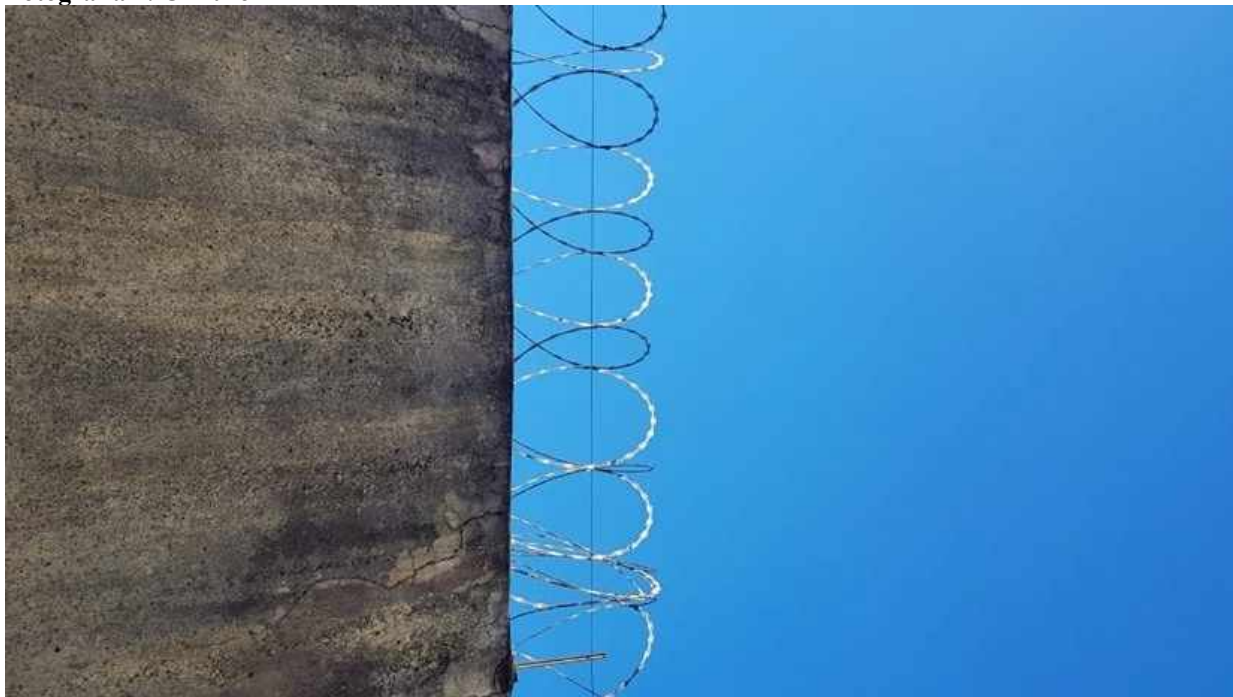
alinhava o exercício de pesquisar ao ato de lecionar, também desenvolvido durante a graduação em História. É sobre esse prisma que germina a ideia de construir um bloco de aulas sobre o sistema carcerário brasileiro, continuando com o trabalho na Pastoral e agora sob a orientação do professor Sérgio Paulo Moraes.

Desse modo, a premissa do bloco de aulas “Abrindo as Trancas” é justamente de propagar as conversas sobre o tema em diversos meios da sociedade. Para esse trabalho de monografia foi recortado um público-alvo específico de estudantes de uma escola estadual na periferia de Uberlândia. Contudo, o empenho em difundir esse debate se dá desde o início do trabalho na Pastoral, na medida em que o pesquisador professor que aqui escreve transita por diversas esferas da sociedade – desde eventos acadêmicos até conversas informais com família, amigos e amigas, sendo indagado e contestado, tendo de argumentar sobre esse tema com diversas pessoas de pontos de vista múltiplos. Em certa medida, a tarefa maior é apreender sobre como a sociedade e as pessoas que a constituem tem concebido o tema da (in)segurança pública no Brasil.

Sob esse prisma, o que está sistematizado aqui em forma de texto acadêmico é parte de um movimento maior de engajamento em uma causa com esforços, custos, implicações e proveitos nas esferas da vida profissional e pessoal. Dessa forma, acaba transbordando o significado desse trabalho para muito além da obtenção de uma nota, tornando-se um modo de ser e estar no mundo, trilhando diversos espaços e suas realidades, conhecendo diferentes pessoas, apreendendo sobre suas histórias e passando-as adiante.

3. CAPÍTULO 1 – CONSTRUINDO AS CINCO ESFERAS DA LINHA TEMPORAL

Fotografia 2: O muro



Fonte: Arquivo pessoal, 2018.

O primeiro capítulo desse estudo versa sobre cinco momentos tidos como fundamentais para orquestrar uma compreensão acerca da segurança pública no Brasil; em cada uma das esferas aqui tecidas, diversas nuances são retratadas a fim de compor um entendimento abrangente do tema em discussão. Dessa forma, aspectos que orbitam o tema serão elencados. Os principais acontecimentos da década de 1990 e suas consequências são tratados nas duas primeiras esferas, tendo o Carandiru enquanto palco da primeira esfera e uma organização criminosa enquanto protagonista da segunda. Posteriormente, a política e a legislação da segurança pública são destrinchadas na terceira esfera, a fim de compreender os principais elementos formativos do sistema punitivo brasileiro. Por último, dados e informações sobre o sistema carcerário atual e das possíveis alternativas de ressocialização são discutidos na quarta e quinta esfera, respectivamente. Com isso objetiva-se tecer uma visão ampla do sistema, conhecendo, ainda que através da via burocrática do Estado, os sujeitos que compõem o universo prisional.

As fontes utilizadas para percorrer esse caminho mencionado acima foram selecionadas mediante o trabalho de campo anteriormente tecido; durante o contato com os detentos, o recorte dos elementos formativos do cárcere foi feito conforme a vivência do sujeito pesquisador. Em conversas dentro do cárcere, o episódio do Carandiru já foi mencionado e a

organização criminosa aqui citada já mostrou forte presença. Ao que tange os apontamentos sobre o tráfico de drogas, fica evidente que a questão é parte constituinte da vida da maioria das pessoas ali encarceradas. Ademais, cotejar os dados de informações penitenciárias de âmbito nacional junto das condições e especificidades de cumprimento de pena no município de Uberlândia revela nuances significativas. Assim, a partir da vivência em campo é que foi construído o conteúdo desse capítulo.

3.1 O MASSACRE DO CARANDIRU

3.1.1 A conjuntura do sistema carcerário paulista

Popularmente conhecida como Carandiru em referência ao bairro homônimo em que se localiza, a Casa de Detenção de São Paulo foi inaugurada em 1920, com capacidade para 1,2 mil detentos. O orçamento inicial para sua construção foi de sete mil contos de réis, atingindo ao final da obra o valor de 14 mil contos de réis. Estima-se que as detenções da época tinham o orçamento médio de apenas mil contos de réis, revelando grande empenho do governo estadual em ampliar o sistema carcerário paulista²⁶. Até a década de 1940, o Instituto de Regeneração, como também era conhecido o Carandiru, mantinha uma rotina sem muitas perturbações. Ao longo de sua história sofreu diversas reformas para abrigar uma população cada vez maior que era encarcerada na cidade de São Paulo e nas regiões adjacentes, chegando a quase nove mil detentos no ano de 1992, momento auge de sua história.

Diante dessas condições o Carandiru tem posição estrutural no sistema penitenciário estadual, abrigando cerca de 60% do total de prisioneiros quando em pleno funcionamento; como aponta Fernando Salla:

A Casa de Detenção sempre exerceu um papel de sorvedouro de presos do sistema de segurança pública e de certa forma amenizou as tensões nas delegacias e cadeias públicas (SALLA, p. 3, 2007)

Ainda segundo o autor, em 1976 o estado de São Paulo somava 17.192 pessoas encarceradas; em 10 anos esse total aumentou para 24 mil aproximadamente, mantendo-se estagnado o número de vagas nas Unidades Prisionais²⁷. É esse crescimento de cerca de 40% que gera a superlotação dos presídios, corroborando com o surgimento de rebeliões e

²⁶ACESSA JUVENTUDE. História do Carandiru. Disponível em: <<https://acessajuventude.webnode.com.br/historia-do-carandiru/>> Acesso em 19/03/2019.

²⁷ SALLA, Fernando. De Montoro a Lembo: as políticas penitenciárias em São Paulo. Revista Brasileira de Segurança Pública. São Paulo, 1ª Edição, 2007. Apud OLIVEIRA, Mariana M. Cardoso de. A religião nos presídios. São Paulo, 1978.

movimentações. Já entre os anos de 1983 e 1990 o governo promoveu um salto no número de Unidades Prisionais, passando de 14 para 37 estabelecimentos, muitos ainda operando acima da capacidade máxima e com infraestrutura precária.

Perante a influência de uma abertura política nacional, o governador eleito em 1983, André Franco Montoro, adotou uma postura de maior humanização do sistema carcerário; nessa medida, buscou acabar com as práticas de violência e tortura – bagagem do período de Ditadura – aproximando a relação entre a administração das Unidades e seus apenados e a estruturação de um sistema de oportunidades ao egresso do sistema. Entretanto, a grande incidência de rebeliões e motins em cadeias espalhadas pelo estado e a resposta com violência desmedida do aparato policial revelam forte oposição ao conjunto de intenções do governo estadual em âmbitos menores, fruto dos poderes locais no corpo policial.

Um dos episódios notórios do período se deu em 1989: a morte por asfixia de 18 detentos que dividiam com outros 33 uma cela de um metro e meio por quatro metros no 42º Distrito Policial de São Paulo; o confinamento era uma punição por uma tentativa de fuga recente. Sob esse prisma, o Massacre do Carandiru pode ser compreendido não como um acontecimento isolado de excesso da força policial, mas como parte integrante de um processo contínuo de abusos e arbitrariedades das forças de segurança que acabou atingindo proporções muito maiores.

3.1.2 Ordem cronológica

No dia 2 de outubro de 1992, por volta das dez horas da manhã, dois detentos iniciaram uma briga no pavilhão 9, deflagrando uma rebelião generalizada. Após algumas tentativas de negociação pelo fim do motim, às quatro horas da tarde um pelotão de homens da tropa de choque da Polícia Militar rompeu a defesa dos presos amotinados e deu início à ação no pavilhão, conhecido por alojar réus-primários. Quando a situação já estava controlada, a Polícia Militar utilizou os próprios detentos para agrupar os cadáveres e limpar as cenas de crime, dificultando o trabalho posterior da perícia técnica e investigação sobre os excessos. Ao final da operação, fontes oficiais relataram oito detentos mortos, passando para o número de 60 até o final da noite. Entretanto, o número de vítimas chegou a 111; destes, 103 morreram por disparos de arma de fogo, oito por objetos cortantes e mais 130 detentos ficaram feridos. Em contrapartida, somente 23 policiais tiveram apenas ferimentos leves²⁸.

²⁸ CAMARGO, Henrique. Como foi o Massacre do Carandiru? Publicado em 04/04/2017. Disponível em: <<https://super.abril.com.br/historia/como-foi-o-massacre-do-carandiru/>> Acesso em 19/03/2019.

No ano de 2001 o coronel Ubiratan Guimarães, comandante da operação no Carandiru, foi condenado a 632 anos de detenção pelo homicídio de 102 vítimas do total de mortos. Em 1997 ele havia sido eleito deputado estadual em São Paulo com o número 111 e no ano de 2006 foi absolvido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. No mesmo ano, foi assassinado a tiros pela namorada em seu apartamento²⁹.

Em 2002 o complexo da Casa de Detenção de São Paulo foi desativado e demolido para dar lugar ao Parque da Juventude e um memorial sobre o Massacre. Seus detentos foram distribuídos pelas detenções do oeste paulista, fomentando o movimento de expansão do sistema para a região nos anos seguintes. Nos 26 anos subsequentes ao acontecido, diversas tentativas de levar o processo de acusação de 74 policiais militares pelas mortes dos detentos são barradas pelo Tribunal de Justiça de São Paulo e pelo Superior Tribunal de Justiça. Segundo a argumentação da defesa e o próprio entendimento dos juízes, a ação militar se deu em legítima defesa perante os ataques sofridos durante a intervenção. Em 2018, o governador eleito em São Paulo, João Dória, anuncia Nivaldo César Restivo como Secretário de Segurança do Estado³⁰; o então coronel da PM participou indiretamente do episódio no Carandiru, sendo acusado de estar conivente com as práticas violentas do episódio.

3.1.3 Desdobramentos, permanências e memórias

A repercussão do massacre foi intensa, a grande mídia cobriu o episódio em reportagens, entrevistas e documentários. Na esfera cultural, produções diversas ilustraram os acontecimentos sob diversas perspectivas; dentre elas, o livro *Estação Carandiru*³¹ de Drauzio Varella se destaca. Médico voluntário durante 20 anos na Unidade, Varella tece com precisão cirúrgica o cotidiano da massa do Carandiru; destrincha transformações de comportamento, formas de relação entre os apenados e a Direção e registra as percepções de sua experiência no trabalho com os detentos. Posteriormente, o autor também publicou os livros *Carcereiros*³² e *Prisioneiras*³³, expondo o que vivenciou no contato com as mulheres no bloco feminino e com

²⁹ GARCIA, Janaina. Após ser condenado a 632 anos por massacre, Coronel Ubiratan foi absolvido e assassinado em 2006. Publicado em 06/04/2013. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2013/04/06/condenado-a-623-anos-por-massacre-coronel-ubiratan-foi-absolvido-e-assassinado-em-2006.htm>> Acesso em 19/03/2019.

³⁰ ADORNO, Luís. Coronel que esteve no Massacre do Carandiru chefiará presídios em SP. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2018/12/10/coronel-que-participou-do-massacre-do-carandiru-chefiara-prisoas-em-sp.htm>>. Acesso em 19/03/2019.

³¹ VARELLA, Drauzio. Estação Carandiru – 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2005

³² _____. Carcereiros – 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

³³ _____. Prisioneiras – 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

os agentes penitenciários do Carandiru. O primeiro livro ainda deu origem ao longa-metragem *Carandiru*³⁴ em 2003. Produção também digna de menção, o rap *Diário de um detento*³⁵ do grupo Racionais MC's, narra os dias que antecedem o Massacre e levanta provocações importantes sobre o sistema carcerário brasileiro, sendo considerado atual mesmo 21 anos depois de seu lançamento em 1997 no álbum *Sobrevivendo no Inferno*.

Nessa medida, o acontecimento ganha notoriedade e consolida-se no imaginário social brasileiro em duas perspectivas de “massacre”. Uma parcela da sociedade ainda compreende a intervenção da polícia como necessária e a morte de 111 pessoas como mera consequência, diante de sua condição de prisioneiros criminosos. Não raro se esbarra com discursos como “deveriam ter morrido mais de mil”, proferido por Jair Bolsonaro na Câmara dos Deputados em 20 de março de 2014, durante uma sessão na Câmara dos Deputados do Rio de Janeiro referindo-se ao Massacre³⁶.

Diametralmente oposta à essa visão, movimentos pelo desencarceramento e por Direitos Humanos dentro do cárcere argumentam que a desarticulação da rebelião poderia ter sido mais diplomática, com acordos e até medidas de controle, como cessar o abastecimento de comida e água na Unidade, ainda que por pouco tempo, minaria a resistência dos amotinados e enfraqueceria a rebelião. Além disso, questionam a ausência de punições pela ação brutal da Polícia Militar até os dias de hoje. Dentro dos muros, o Massacre do Carandiru ecoa como a expressão máxima da opressão, exercendo grande influência sob a percepção dos detentos no sistema. Nessa perspectiva, o episódio pode ainda ser conectado ao surgimento da facção criminosa Primeiro Comando da Capital, servindo como base para a afirmação e legitimação de sua ideologia na massa carcerária.

3.2 A ORGANIZAÇÃO DO CRIME

3.2.1 As origens e as bases da teia

A delimitação temporal precisa do surgimento da facção é incerta, mas acontecimentos no ano de 1993 representam o gatilho para o início da facção; no Anexo da Casa de Custódia de Taubaté, presídio de segurança máxima conhecido como “Piranhão”, oito detentos transferidos da capital protagonizaram o que se entende por sua inauguração. O grupo formou

³⁴ CARANDIRU. Direção de Hector Babenco. São Paulo: Columbia Pictures do Brasil, 2003. 1 DVD (150 min)

³⁵ Racionais MC's. “Diário de um detento”. Por Mano Brown e Jocenir. *Sobrevivendo no Inferno*. Cosa Nostra, 1998. CD. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=er-bYI9-3hM>>. Acesso em 18/09/2019.

³⁶ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ww_ASgrylQQ> Acesso em 19/03/2019.

um time de futebol chamado Comando da Capital, em oposição ao time local Comando dos Caipiras; durante a disputa esportiva um de seus fundadores, *de vulgo* Geleirão, deu início a uma briga envolvendo os dois times e seus respectivos apoiadores, resultando em alguns detentos mortos e outros feridos. Assim, em 1993 o Primeiro Comando da Capital ganha corpo e certa notoriedade dentro do *xadrez*³⁷ paulista.

Surgindo em um momento turbulento na esfera da segurança pública com a recente tragédia no Carandiru, o PCC prega desde sua origem a necessidade de união entre os detentos diante das mazelas sofridas pela ação do Estado e suas forças de controle. A partir dessa tentativa de coesão entre a massa, o grupo adota uma série de medidas que regulam a vida dentro das unidades prisionais sob seu comando, objetivando melhorar as condições de cumprimento de pena, a partir de um Estatuto dividido em 18 itens que ditam um *proceder*. Ainda, o documento elenca que diante do Massacre no Carandiru se dá a necessidade de união e luta contra opressões dos agentes da segurança pública. A passagem diz:

14 – Temos que permanecer unidos e organizados para evitarmos que ocorra novamente um massacre semelhante ou pior ao ocorrido na Casa de Detenção em 2 de outubro de 1992, onde 111 presos foram covardemente assassinados, massacre este que jamais será esquecido na consciência da sociedade brasileira. Porque nós do Comando vamos mudar a prática carcerária desumana, cheia de injustiças, opressão, torturas, massacres nas prisões³⁸.

Com essa prerrogativa de organização, as ações mais concretas da facção no gerenciamento do cotidiano prisional são: a restrição do uso e porte de facas e armas brancas improvisadas, o apaziguamento de conflitos entre detentos e a mediação em negociações comerciais dentro das prisões, sejam elas de produtos básicos ou no tráfico interno. Quando há um desacordo, o modelo adotado é o dos debates: as duas partes expõem a situação e o acusador deve apresentar provas concretas ao “júri” – membros de maior hierarquia na facção. O acusado deve se defender e também prestar contas de sua inocência; assim, é deliberado pela punição de uma das partes, comumente envolvendo castigos físicos. O sistema já era utilizado antes da consolidação do PCC nas cadeias brasileiras, mas ganha maior aplicação posteriormente; ainda, a prática se expande para o extramuros e hoje é também utilizada nas periferias brasileiras. Além disso, chega banir o uso do crack dentro dos presídios pois a figura do *craqueiro*³⁹ é tida como um fator de deturpação da ordem social almejada pela organização, desobedecendo as regras impostas.

³⁷ Detenção.

³⁸ QUADROS, Vasconcelos. Vinte anos após Carandiru, prisões estão caóticas e déficit de vagas é recorde. Publicado em 14/04/2013. Disponível em: <<https://ultimosegundo.ig.com.br/brasil/sp/2013-04-14/vinte-anos-apos-carandiru-prisoas-estao-caoticas-e-deficit-de-vaga-e-recorde.html>> Acesso em 19/03/2019.

³⁹ Usuário de crack.

Nas décadas anteriores ao Primeiro Comando da Capital, os códigos de conduta da vida cotidiana dentro de uma prisão eram basicamente regidos pela força bruta e irracionalidade, sendo raras as possibilidades de associação entre os apenados. Sob essa perspectiva, o exercício da violência se dava de modo pulverizado e em certa medida desorganizado entre pequenos agrupamentos de criminosos respeitados principalmente por seu vigor físico, exercendo controle sobre prisioneiros mais vulneráveis. Em conjunto a esse elemento, a administração prisional raramente buscava interferir nos modos de relação de seus internos, deixando que a ordem informal – os próprios detentos – regesse as nuances menores da vida no cárcere. Sob esse prisma de exiguidade do Estado, a autora Camila Nunes afirma:

O problema é a forma pela qual o Estado se insere nesse sistema, o que acaba por minar sua credibilidade e sua legitimidade para atuar como autoridade central, acima das partes, capaz de regular e mediar os conflitos ali existentes. A sua atuação distorcida, seja por meio da corrupção de diretores e funcionários, seja pela truculência e a violência, deslegitima a sua autoridade moral diante da população carcerária, o que incide diretamente sobre a ordem social das prisões (NUNES, 2011, p. 191).

O PCC começa a ter controle efetivo das cadeias no estado de São Paulo apoderando-se da gestão das relações através do monopólio da força e assim impõe sobre a massa carcerária sua *disciplina*, um modo de agir e se relacionar, regendo boa parte das leis que ditam o cotidiano prisional. Onde muitas vezes o Estado se faz ausente e abre um vácuo de poder, a facção impõe seu modo de operar. O principal pilar dessa *disciplina* imposta é o autocontrole: o *primo* ou *irmão* deve procurar caminhos racionais para resolver seus conflitos e prezar pela boa convivência, arcando com as *responsas* do *xis*.

Os detentos inscritos no sistema de poder do PCC, que hoje abrange cerca de 90% das cadeias do estado de São Paulo⁴⁰, são denominados *primos*. Apesar de não participarem diretamente das operações, em certa medida corroboram com sua atuação dentro dos muros. Enquanto isso, os membros da organização são chamados de *irmãos*⁴¹. O processo para se tornar um *irmão* depende do que os membros chamam de *proceder*, constituído por toda a história de vida no crime desse candidato; para além de um currículo profissional por assim dizer, valores como honra e lealdade são essenciais.

Um *primo* só pode ser indicado por um *irmão* já consolidado no Partido, que se torna seu *padrinho*; todas as ações do novo membro ficam sob a responsabilidade de quem o indicou. Isso gera um sistema de responsabilidade e fiscalização interno – no grupo e no indivíduo –,

⁴⁰ LAVIERI, Fernando. VILARDAGA, Vicente. A Facção que mais cresce no mundo. Publicado em 03/08/2018. Disponível em <<https://istoe.com.br/a-facciao-que-mais-cresce-no-mundo/>> Acesso em 19/03/2019.

⁴¹ FELTRAN, Gabriel. Irmãos: uma história do PCC. 1ª ed. – São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

fortalecendo os nós da teia de interdependência entre os *irmãos*. O processo conhecido por *batismo* firma o compromisso do novo membro com a vida do crime, sob a ameaça de graves punições caso o indivíduo queira deixar as operações criminosas.

A disseminação acelerada dos ideais da organização pelo sistema penitenciário paulista se deu pela própria ação do Estado que promoveu a “oestização” de sua malha penitenciária. Em um efeito reverso, transferir líderes influentes para Unidades afastadas na intenção de isolá-los acabou por fornecer-lhes novas oportunidades de recrutamento espalhadas pelo estado de São Paulo, ampliando a malha de influência do Partido.

3.2.2 Disputas de poder: facção, Estado e sociedade

Até o ano de 2001 a facção era conhecida por um círculo restrito de pessoas: especialistas e acadêmicos da esfera da segurança pública, agentes da lei, autoridades e, claro, pela massa carcerária. Demonstrando grande sincronia, no dia 28 de fevereiro a cúpula do PCC deflagrou uma megarrebelião em 29 Unidades Prisionais espalhadas por 19 cidades de São Paulo. Por ser um domingo, dia de visitas das famílias aos detentos, cerca de 10 mil familiares foram mantidos reféns, junto aos quase 30 mil presos amotinados. Nesse episódio a facção estreia perante a sociedade de forma mais ampla, ganhando atenção da mídia e da opinião pública.

Entretanto, é o ano de 2006 que representa um marco fundamental na história não só da organização, mas da segurança pública brasileira de modo geral. Entre os dias 12 e 21 de maio diversos bancos, repartições públicas e delegacias foram atacados por rajadas de tiros e bombas, ônibus foram incendiados e cerca de 82 Unidades Prisionais se rebelaram, somando aproximadamente 70 mil detentos amotinados.

Durante oito dias de choque, 505 pessoas foram assassinadas pela Polícia Militar no estado de São Paulo e 59 agentes de segurança também foram mortos, fruto da disputa entre os agentes da lei e o PCC. O mote do episódio se deu na decisão da gestão estadual pela transferência de 765 membros do Comando para a penitenciária de segurança máxima na cidade de Presidente Venceslau, com o objetivo de desarticular futuras rebeliões. Segundo fontes levantadas posteriormente, um funcionário da Câmara dos Deputados teria vazado informações para advogados ligados ao PCC, amplamente disseminadas dentro e fora das cadeias através dos *salves*⁴².

⁴² Mensagens e ordens proferidas pela cúpula da facção que se propagam rapidamente pela teia de comunicação.

A tabela apresenta detalhadamente o número e o tipo de vítima dividido pelos dias de duração da ação. É necessário fazer a ressalva de que muitos homicídios no período não foram esclarecidos e suas autorias são desconhecidas, podendo ou não ter relação com os números abaixo:

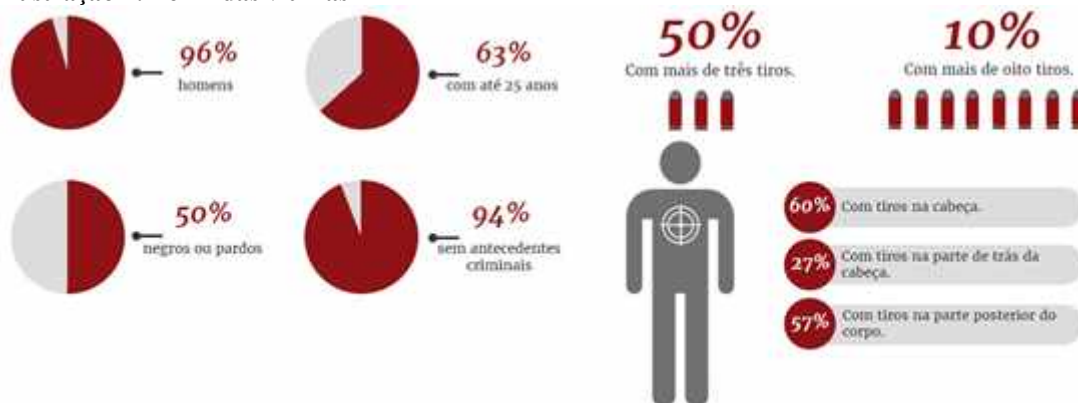
Tabela 1: vítimas do confronto

Dias	Agentes mortos	Agentes feridos	Civis mortos	Civis Feridos
12/05	10	3	12	3
13/05	23	8	39	18
14/05	8	1	107	28
15/05	5	0	84	21
16/05	6	1	75	4
17/05	3	0	65	6
18/05	0	0	22	7
19/05	0	0	13	0
20/05	0	0	6	7
21/05	0	0	2	0
Sem data	4	0	80	3
Total	59	13	505	97

Fonte: Secretaria Especial de Direitos Humanos, 2014.

A pesquisa realizada em 2014 pela Secretaria de Direitos Humanos ilustra o perfil médio das vítimas; assustadoramente, 94% dos civis assassinados não tinham passagem anterior pela polícia⁴³. O estudo também traz dados preocupantes sobre como se deram as mortes: a maioria dos disparos atingiu a cabeça das vítimas, revelando fortes indícios de execução.

Ilustração 1: Perfil das vítimas



Fonte: Secretaria Especial de Direitos Humanos, 2014.

⁴³ BRITO, Gisele. Mães de Maio: a reação contra a violência do Estado. Publicado em 13/05/2016. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2016/05/13/surgido-da-dor-maes-de-maio-se-tornam-referencia-no-combate-a-violencia-do-estado/>> Acesso em 19/03/2019.

No dia 14 de maio uma comitiva do governo estadual se deslocou até o presídio Presidente Bernardes com o objetivo de solucionar a crise que já afetava a rotina das cidades paulistas: os transportes públicos pararam, escolas suspenderam as aulas e o comércio não abriu. Junto do corregedor da Secretaria de Administração Penitenciária Antônio Ruiz Lopes e do delegado José Luiz Cavalcanti, a advogada que defendia membros do PCC Iracema Masciaveo foi até Presidente Bernardes com o objetivo de constatar a integridade física de Marcos Herbas Camacho, *de vulgo*⁴⁴ Marcola, tido como líder da facção, para a ordem de cessar fogo. Especula-se que os bloqueadores de sinal da Unidade tenham sido desligados e um detento próximo a Marcola conhecido por LH tenha feito o contato com o exterior em um celular levado pela advogada. Ainda que os ataques tenham cessado no mesmo dia, os agentes públicos envolvidos rejeitam a palavra “acordo”, a reunião teria apenas estabelecido termos para solucionar o quadro caótico. Em linhas gerais, ataques e revides entre a Polícia Militar, agentes penitenciários e forças de segurança contra os *irmãos* do Partido continuaram acontecendo até meados de agosto, mas a onda de violência havia diminuído.

No dia 11/08/2006, o jornalista Guilherme Portanova e seu assistente Alexandre Coelho Calado, ambos da Rede Globo, foram sequestrados. O assistente técnico foi liberado em posse de um vídeo; o termo de negociação pela soltura de Portanova seria a exibição do conteúdo em rede nacional. O vídeo com duração próxima de seis minutos vem como alerta às autoridades: em caso da escolha pelo enfrentamento, a facção não pouparia esforços na guerra contra o Estado. Posteriormente, os dois jornalistas foram liberados ilesos.

Tendo como força motriz a mobilização pela apuração e julgamento da morte dos 505 civis no período, as famílias das vítimas formaram o movimento Mães de Maio, majoritariamente composto por mães dos jovens mortos no episódio. O grupo obteve poucos avanços na esfera jurídica em decorrência da ineficiência do Estado em julgar processos de violência e uso indevido da força policial – como vemos desde as mortes causadas pela ROTA na década de 1980, descritos por Caco Barcellos no livro ROTA 66⁴⁵. Entretanto, o movimento constitui uma importante voz na contestação à violência e arbitrariedade policial e em defesa dos Direitos Humanos.

Nos anos seguintes a organização promoveu um movimento de submersão em relação à postura combativa adotada no ano de 2006. A partir da demonstração de seu poder de enfrentamento, consolidado pelo monopólio da violência dentro das cadeias e no *mundão*, o

⁴⁴ Apelido no crime.

⁴⁵ BARCELLOS, Caco. Rota 66 – 25ª ed. – São Paulo: Globo, 1994.

Comando direciona seus esforços em caminhos mais diplomáticos, preservando seus interesses econômicos.

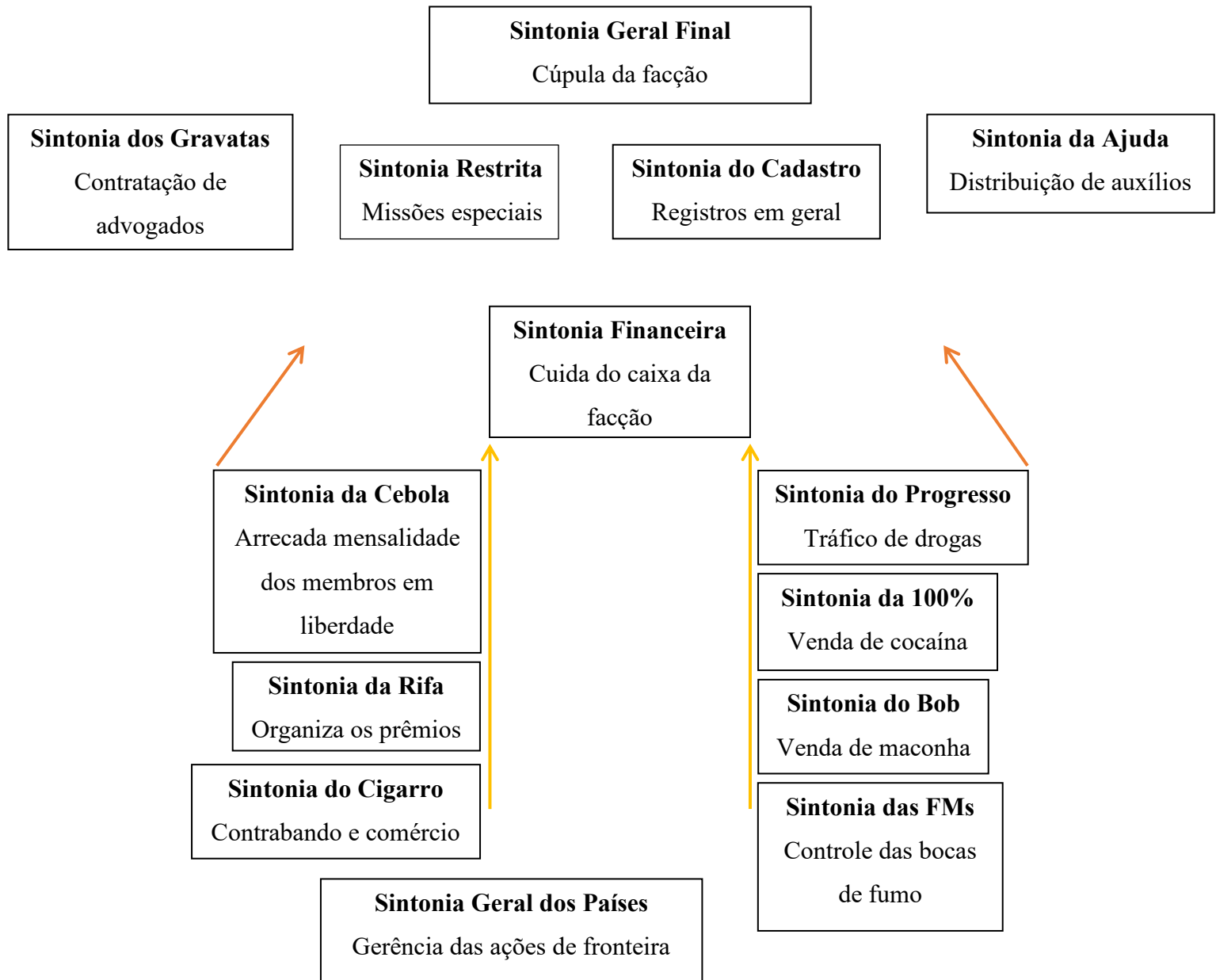
3.3.3 Expansão organizada

Para compreender a força e a hegemonia do PCC, é necessário conhecer o sistema de *sintonias*⁴⁶. Operando como esqueleto do grupo, faz jus à denominação de “organização criminosa” ao constituir uma complexa rede na divisão das funções, sendo algumas delas: administrativo, comercial, bélico e até mesmo burocrático. As flechas amarelas representam o fluxo financeiro e as laranjas a hierarquia e o fluxo de informações. O esquema representa essas *sintonias*⁴⁷:

⁴⁶ Divisões de ofícios dentro da organização.

⁴⁷ ADORNO, Luis. COSTA, Flávio. 25 anos de PCC. Disponível em <<https://www.uol/noticias/especiais/25-anos-de-pcc.htm>> Acesso em 17/10/2019.

Ilustração 2: sintonias da organização



Fonte: Portal UOL, 2018.

Em rápida ascensão nos últimos anos, estima-se que o PCC consolidou trinta mil membros definitivos⁴⁸, estando presente na maior parte dos estados brasileiros e sua margem de ação e influência transbordou o muro das detenções. Em estados como Mato Grosso do Sul, Paraná e principalmente São Paulo, as periferias das grandes cidades são territórios da facção. Assim, ocorre uma transição do caráter das operações financeiras do grupo, diante de seu crescimento. No início, assaltos a bancos e transportadoras de grandes valores eram a principal fonte de renda; hoje, o tráfico de drogas constitui a atividade econômica majoritária da receita gerada pelo Comando. Em 2018, documentos encontrados pela Inteligência da polícia apontavam um faturamento anual de 400 milhões de reais⁴⁹ direcionados para a lavagem de dinheiro em estabelecimentos comerciais de fachada com funcionários-fantasma, muitos registrados como postos de gasolina.

Sob essa perspectiva de expansão e recrutamento, especialistas do Núcleo de Estudos de Violência da USP, Bruno Paes Manso e Camila Nunes, pontuam:

A hegemonia dentro do sistema penitenciário de São Paulo, conquistada no começo dos anos 2000, foi fundamental para a ampliação e o fortalecimento da rede de distribuição dos paulistas. Os grandes nomes do tráfico de drogas iriam aderir pouco a pouco às propostas do PCC, à medida que eram presos e submetidos a um sistema já completamente controlado pela cúpula, o sistema prisional (NUNES e MANSO, 2018, p. 164).

Desse modo, a organização cresce no *mundão* a partir de uma base sólida forjada na *tranca* e fortalece ainda mais os nós da rede já tecida com o processo de encarceramento em massa promovido pelo Estado nos últimos anos; quanto mais detentos ingressando no sistema, mais potenciais soldados do crime a serem recrutados. Assim, o sistema carcerário de São Paulo exerceu função vital na estruturação da facção criminosa e ocupa até hoje posição central na hegemonia do grupo, sendo o estado com a maior população carcerária, de aproximadamente 240 mil detentos e detentas⁵⁰.

A leitura possível da situação no estado de São Paulo é que a presença reguladora do PCC – no tráfico de drogas nas periferias e da vida nas cadeias – amenizou a violência de forma geral, principalmente diminuindo as taxas de homicídios, em uma espécie de paz violenta

⁴⁸ ALFAYA, Ingrid. PCC Já tem mais de 30 mil membros espalhados pelo Brasil, diz MP-SP. Publicado em 07/07/2018. Disponível em <<https://noticias.r7.com/sao-paulo/pcc-ja-tem-mais-de-30-mil-membros-espalhados-pelo-brasil-diz-mp-sp-09072018>> Acesso em 19/03/2019.

⁴⁹ GODOY, Marcelo. PCC usa doleiros e já fatura mais de 400 milhões. Publicado em 03/06/2018. Disponível em <<https://brasil.estadao.com.br/noticias/geral,pcc-usa-doleiros-e-ja-fatura-mais-de-r400-milhoes,70002335331>> Acesso em 19/03/2019.

⁵⁰ BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. Departamento Nacional Penitenciário. INFOPEN 2016. Disponível em <http://depen.gov.br/DEPEN/noticias-1/noticias/infopen-levantamento-nacional-de-informacoes-penitenciarias-2016/relatorio_2016_22111.pdf> Acesso em 13/05/2019.

A abordagem construída aqui direciona olhar sobre como um grupo de detentos consegue adesão massiva dentro de uma figuração social específica – a *tranca* – impondo a legitimação de seus ideais através do monopólio da força e a partir desse controle gera certa tranquilidade social e consegue se expandir. Primando pela interdependência e sincronia de sua rede, toma o controle de universos tão complexos como a detenção e as zonas de periferia, consolidando-se enquanto organização criminosa de nível internacional em notoriedade, influência e operações.

3.3 O FLUXO DAS DROGAS

3.3.1 Definições, legislação e controle

As substâncias consideradas proibidas na legislação penal brasileira são determinadas atualmente pela portaria nº344 de 12 de maio de 1998⁵² elaborada pela ANVISA, órgão subordinado à Secretaria de Vigilância em Saúde e ao Ministério da Saúde. O documento toma como base principalmente os tratados internacionais sobre drogas da Convenção Única de 1961, da Convenção de Drogas de 1971 e da Convenção contra o Tráfico Ilícito de Entorpecentes de 1988, instituídas sob a organização das Nações Unidas⁵³; assim, a lista de substâncias é constantemente atualizada para permitir ou restringir o que é comercializado em território nacional.

A regulamentação abrange também as transações de importação e exportação, que devem se alinhar à política legislativa dos países em parceria comercial. O catálogo é composto por diversos itens, porém os mais conhecidos são as drogas amplamente difundidas no mercado ilegal dentro e fora do Brasil: cocaína, crack, maconha, LSD, anfetaminas e heroínas. No espectro estudado aqui são essas as peças fundamentais para compreender a relação entre sua proibição e a criminalidade crescente no país.

A legislação atual que rege as medidas penais para as infrações ligadas ao consumo e comércio de substâncias ilícitas está na Lei 11.343 de 23 de agosto de 2006⁵⁴, popularmente conhecida como Lei de Drogas. Das disposições contidas na lei, interessa discutir em específico

⁵² BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº344 de 12 de maio de 1998. Disponível em <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/svs/1998/prt0344_12_05_1998_rep.html> Acesso em 13/04/2019.

⁵³ BOITEUX, Luciana. Brasil: reflexões críticas sobre uma política de drogas repressiva. Revista Sur, v.12, nº21. agosto/2015.

⁵⁴ BRASIL. Casa Civil. Lei nº11.343 de 23 de agosto de 2006. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111343.htm> Acesso em 13/04/2019.

os artigos 28 e 33, referentes ao uso e ao comércio de substâncias ilícitas, respectivamente. O artigo 28 versa sobre as medidas cabíveis ao indivíduo definido como usuário, sendo esse:

Art. 28: quem adquirir, guardar, tiver em depósito, transportar ou trazer consigo, para consumo pessoal, drogas sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar será submetido às seguintes penas:
 I – advertência sobre os efeitos das drogas;
 II – prestação de serviços à comunidade;
 III – medida educativa de comparecimento a programa ou curso educativo; (BRASIL, Lei 11.343/2006)

A lei prevê a aplicação de medidas socioeducativas por até cinco meses, uma admoestação ao usuário pelo agentes da lei e aplicação de multa a ser creditada ao Fundo Nacional Antidrogas. Diante disso, cabe afirmar que as medidas legais referentes ao consumo não constituem violação criminosa da lei, o que é passível de restrição da liberdade. Assim, a instância do consumo passa a compor o que o Direito Penal define enquanto o processo de despenalização das drogas, promovido na alteração da lei em 2006. Essa noção se confunde com a da descriminalização; para os usuários, as mudanças na legislação em 2006 abrandam a pena com medidas alternativas ao encarceramento, modelo punitivo adotado anteriormente, o que está ainda distante do processo de descriminalização de algumas das principais drogas comercializadas no Brasil.

Enquanto o artigo de uso sofre uma atenuação de sentença, o artigo 33 da Lei de Drogas referente ao tráfico prevê a punição de privação de liberdade do indivíduo infrator. Assim, caracteriza enquanto traficante quem:

Art. 33: Importar, exportar, remeter, preparar, produzir, fabricar, adquirir, vender, expor à venda, oferecer, ter em depósito, transportar, trazer consigo, guardar, prescrever, ministrar, entregar a consumo ou fornecer drogas, ainda que gratuitamente, sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar:
 Pena: reclusão de 5 (cinco) a 15 (quinze) anos e pagamento de quinhentos a mil e quinhentos dias-multa (BRASIL, Lei 11.343/2006).

Contando ainda com possíveis agravantes na infração como o contexto, local, reincidência de acusação e até para quem a droga está sendo vendida no caso de flagrante, o indivíduo penalizado por tráfico pode receber a pena de até quinze anos de prisão. Em contrapartida à despenalização pelo uso, a sentença por tráfico adquire caráter mais severo e punitivo na revisão da lei promovida em 2006.

Tendo esse espectro da legislação apontado, é necessário construir o cenário em que a maioria das abordagens e autuações por posse de drogas são feitas: a Polícia Militar enquadra um indivíduo em atitude suspeita durante seu patrulhamento nas ruas, sem trabalho de

inteligência e investigação prévia, encontrando pequenas porções de droga e geralmente a ação se dá em zonas de periferia.

Em um estudo analisando 3.745 processos entre 2014 e 2015, a Defensoria Pública do estado do Rio de Janeiro apontou que 75% das acusações por tráfico tinham como justificativa a localidade ser de domínio de facções criminosas, ainda que o acusado pudesse não apresentar indícios de associação ao crime organizado⁵⁵. Outro levantamento feito também pelo órgão de defesa apresenta mais um dado alarmante: das 2.591 sentenças analisadas, 71% contavam apenas com policiais enquanto testemunhas de sua própria ação.

Geralmente, um dos soldados protocola a ação no Boletim de Ocorrência e seu parceiro de viatura entra como testemunha; o poder judiciário brasileiro compreende que a palavra de um policial militar, bem como de qualquer funcionário público, é creditada pelo princípio da “fé pública”. Por se tratar de um indivíduo a serviço da sociedade, sua posição não teria a intenção de prejudicar nenhum cidadão ou cidadã; assim, é possível afirmar que ao se tornarem testemunhas, os próprios policiais podem produzir provas contra o acusado em questão através de seu testemunho, nutrindo o processo de supostas evidências que incriminam o réu em questão. Dessa forma, muitos usuários de drogas são qualificados como traficantes e acabam recebendo punições de ordem da segurança pública, enquanto as medidas mais adequadas seriam da ordem da saúde pública, com ações de prevenção e recurso terapêutico ao uso de drogas.

3.3.2 A punição e seus efeitos

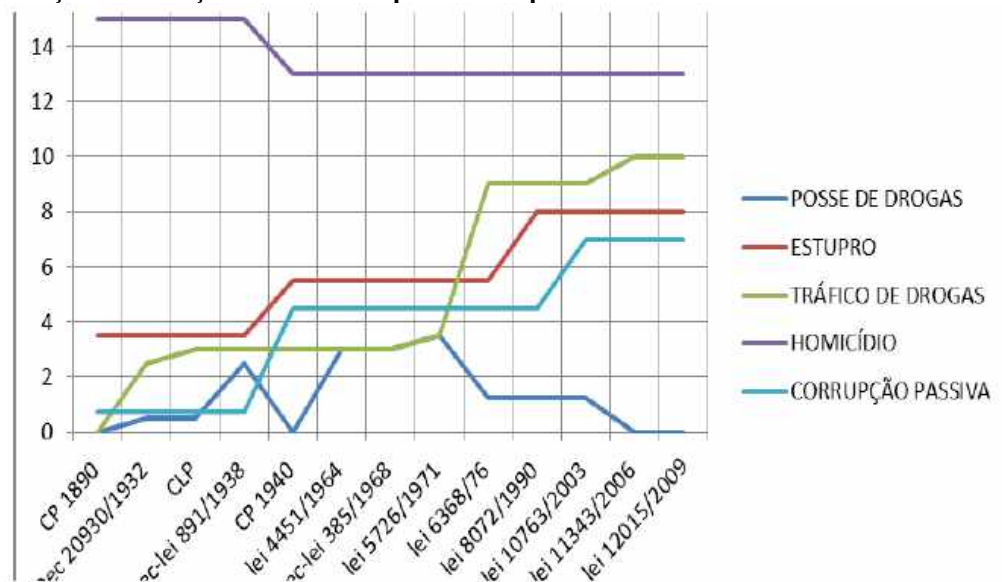
Compreende-se no Direito Penal que o principal objetivo da aplicação de uma pena é proteger a sociedade de condutas possivelmente danosas à ela e dessa forma cada infração preescreve uma punição mediante o risco que coloca os indivíduos que compõem essa sociedade. No recorte aqui analisado, o tráfico de drogas é compreendido como extremamente prejudicial ao bem estar social e atualmente governantes a nível mundial não medem esforços em combatê-lo. Com a estruturação do discurso de Guerra às Drogas ganhando força internacionalmente, impulsionado sobretudo pelo governo de Ronald Reagan nos Estados Unidos durante a década de 1980, a legislação brasileira acaba seguindo o mesmo fluxo. O que

⁵⁵ STABILE, Artur. Um policial pode te prender sem provas. E a Justiça vai acreditar nele. Publicado em 08/04/2019. Disponível em <<https://ponte.org/um-policial-pode-prender-voce-sem-provas-e-a-justica-vai-acreditar-nele/>> Acesso em 13/04/2019.

se verifica na política brasileira de controle das substâncias proscritas nos últimos anos é um endurecimento da pena máxima e mínima por sua comercialização.

No que concerne a mais recente alteração da Lei de Drogas no ano 2006, uma das discussões travadas na esfera do Direito Penal se detém ao princípio da proporcionalidade da pena para o tráfico de substâncias proibidas mediante o custo econômico e social das penalidades adotadas. Fundamentais para pensar a punição, as questões de como e em que medida punir são ainda controversas entre juristas e especialistas da área. Quando comparada a outros delitos, a penalização por tráfico de drogas tem um aumento desproporcional nas últimas décadas, como evidencia a ilustração⁵⁶:

Ilustração 4: Evolução histórica comparativa de penas mínimas e máximas



Fonte: BOITEUX e PADUA, 2012.

A discussão apresentada por Luciana Boiteux e João Pádua junto dessa representação versa sobre a desproporcionalidade no aumento das sentenças por tráfico de drogas frente a outros crimes. A argumentação coteja os riscos trazidos pelo tráfico em relação aos crimes de danos e consequências diretas à outras pessoas, como homicídio ou estupro, ou indiretos e que lesam vítimas diversas, como a corrupção e desvio de verba pública. O que se constata é um aumento regular nas penas para outros crimes e até uma diminuição para algumas tipificações penais, enquanto para o tráfico de drogas o aumento segue expressivo no período analisado. Assim, a questão formulada pelos autores se detém a como esse entendimento do risco tão

⁵⁶ BOITEUX, Luciana. PÁDUA, João. A desproporcionalidade da lei de drogas: os custos humanos e econômicos da política no Brasil. Disponível em <http://egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/a_desproporcionalidade_da_lei_de_drogas_os_custos_humanos_e_p_df> Acesso em 12/05/2019.

elevado do tráfico estruturado pelo discurso de Guerra às Drogas gera um combate expressivo por parte do Estado e consequentemente um custo econômico e social através da guerra promovida em zonas de periferia e do encarceramento crescente. Dessa forma, o abismo entre a proporcionalidade dos danos causados à sociedade pelo tráfico e os danos causados pelo custo econômico e social de se prender cada vez mais só tende a crescer; em certa medida, é mais custoso à sociedade encarcerar do que prevenir e pensar práticas alternativas para a questão das drogas, sobretudo quando esse processo é vinculado a noção da reprodução da delinquência, articulada por Michel Foucault.

Sob essa perspectiva de endurecimento da legislação punitiva se faz necessário apontar a última mudança substancial na Lei de Drogas no ano de 2006 como fator que acarreta consequências diretas ao sistema penitenciário brasileiro. Para compreender as nuances da relação entre as duas tipificações penais de consumo e comercialização é necessário elucidar também o segundo parágrafo do artigo 28; em seu postulado, a lei atribui ao juiz a prerrogativa de como enquadrar o indivíduo autuado no seguinte trecho:

§ 2º Para determinar se a droga destinava-se a consumo pessoal, o juiz atenderá à natureza e à quantidade da substância apreendida, ao local e às condições em que se desenvolveu a ação, às circunstâncias sociais e pessoais, bem como à conduta e aos antecedentes do agente (BRASIL, Lei 11.343/2006).

Diante disso, a alteração da legislação no ano de 2006 para a atual Lei 11.343 confere ao texto caráter amplo e aberto na medida em que não especifica uma quantidade mínima para definir o indivíduo autuado com drogas enquanto traficante ou usuário. Assim, a conjuntura construída fornece ao poder judiciário uma margem de manobra e interpretação bastante larga, deixando a cargo do juiz essa avaliação. Ao longo dos últimos anos, desde a mudança efetiva na lei, o que se observa é um aumento significativo das prisões por tráfico e consequentemente da população carcerária, gerando um inchaço dentro das detenções.

A seletividade da prática judiciária e das polícias enquanto poder executivo pode ser ilustrada no perfil das pessoas acusadas de tráfico de drogas: em um levantamento feito em 2010 pela Defensoria Pública de São Paulo⁵⁷ das prisões em flagrantes, cerca 62% das apreensões foram de até 100 gramas de droga, 53% dos indivíduos estavam na faixa etária entre 18 e 24 anos, 59% dos autuados tinham a pele preta ou parda e 60% tinham apenas o primeiro grau completo. Dessa forma, se pode concluir que o Estado direciona suas forças de controle a

⁵⁷ D'AGOSTINO, Rosanne. Com lei de drogas, presos por tráfico passam de 31 mil para 138 mil no país. Publicado em 24/06/2015. Disponível em <<http://g1.globo.com/politica/noticia/2015/06/com-lei-de-drogas-presos-por-trafico-passam-de-31-mil-para-138-mil-no-pais.html>> Acesso em 13/04/2019.

um perfil bem delimitado enquanto alvo, o que influi diretamente na constituição da população carcerária brasileira.

A partir da Lei de Drogas de 2006 é detectado um crescimento vertiginoso da população carcerária em detrimento das prisões por tráfico de drogas; no ano de 2005, as Unidades Prisionais brasileiras somavam 31.520 pessoas detidas por essa acusação, cerca de 8,7% do total da população carcerária, segundo o mesmo levantamento da Defensoria Pública de São Paulo. Já em 2016, segundo Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias produzido pelo DEPEN⁵⁸, o número de pessoas condenadas por tráfico de entorpecentes chegou a 176.691, um aumento de mais cinco vezes em apenas 10 anos de vigência da lei. Ainda, a condenação por tráfico representa a porcentagem de 26% do total de homens encarcerados e, assustadoramente, 62% do total de mulheres encarceradas.

Perante as considerações tecidas, o quadro que se pinta no Brasil é de um encarceramento em massa promovido pelo Estado através da Guerra às Drogas, com consequências diretas e custos à sociedade altíssimos – econômicos e sociais – de forma geral. Em um sistema carcerário abarrotado, as práticas de ressocialização mostram-se cada vez mais escassas e as organizações criminosas têm terreno fértil para sua ascensão e conquista de hegemonia; essas condições promovem o alto índice de reincidência criminal. Assim, a ação eficaz da polícia em prender, cada vez mais aliada à conjuntura de um poder legislativo seletivo e de um poder judiciário tomado por pré-conceitos, colocam um alvo sob uma parcela bem definida da população, lubrificando cada vez mais as engrenagens de um sistema perverso e em constante processo de expansão. Desse modo, a Lei de Drogas de 2006 representa uma direção bem orquestrada do Estado em reprimir práticas desviantes sem pensar a eficácia na ressocialização de indivíduos desviantes.

3.4 POR DENTRO DO SISTEMA ATUAL

3.4.1 Regimes e tipificações penais

Antes de tecer qualquer consideração utilizando os dados numéricos sobre o sistema carcerário atual, se faz necessário apontar a ineficiência do Estado brasileiro em conhecer a população que mantém atrás das grades: a pesquisa mais recente e de maior abrangência realizada pelo governo federal é do ano de 2016, exposta no Levantamento Nacional de

⁵⁸ BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. Departamento Nacional Penitenciário. INFOPEN 2016. Disponível em <http://depen.gov.br/DEPEN/noticias-1/noticias/infopen-levantamento-nacional-de-informacoes-penitenciarias-2016/relatorio_2016_22111.pdf> Acesso em 13/05/2019.

Informações Penitenciárias⁵⁹ executado pelo Departamento Nacional Penitenciário. A defasagem de três anos entre sua publicação e o quadro atual do sistema no momento dessa pesquisa é reflexo da autonomia de cada estado no registro e controle de seus internos e a consequente desarticulação entre as políticas e gestões nessa esfera. Assim, a comunicação entre os âmbitos federal e estadual ainda é precária. Ainda, cada sessão de dados trazida pelo estudo varia quanto à abrangência de informações; em muitas Unidades, a triagem é insuficiente e restrita, deixando o relatório com lacunas na obtenção de dados sobre diversos estados da federação.

No ano de publicação do relatório, o Brasil mantinha presas 726.712 pessoas, dispondo de apenas 386 mil vagas; com um déficit de vagas quase igual a capacidade, a superlotação atinge a taxa de 197,8% a nível nacional. Também atingimos, enquanto país, a terceira maior população prisional do mundo, atrás somente dos Estados Unidos em primeiro lugar e da China ocupando o segundo posto do ranking. Ainda, a taxa de aprisionamento brasileira atinge o número de 352,6 pessoas para cada 100 mil habitantes a nível nacional. Diante desses dados, pensar esse sistema transbordando em corpos é ponto de partida essencial para destrinchar suas nuances e algumas características diametralmente opostas: ao mesmo tempo que se mostra falido, está em constante expansão. Ao mesmo tempo que se diz intencionado à ressocialização, se estrutura restritamente sob o viés de punição e reprodução da criminalidade.

O regimento atual dos cárceres brasileiros se dá na lei nº7210 de 11 de julho de 1984, conhecida como Lei de Execuções Penais⁶⁰. Conforme a LEP, os homens e as mulheres em situação de privação de liberdade no Brasil estão divididos em quatro categorias, conforme o tipo de regime que estão cumprindo e sua possível progressão de pena. Na fase inicial de regime provisório o indivíduo é detido e aguarda a conclusão das investigações e do julgamento propriamente dito, a finalidade da medida é garantir o trâmite do processo penal sem que esse seja afetado por fatores externos como a evasão do réu, ameaça às vítimas e testemunhas, a destruição de provas ou quando existem indícios concretos de que o réu voltará a cometer crimes se permanecer em liberdade.

Já nos processos julgados, os regimes se dividem em três modelos: fechado, semiaberto e aberto. No primeiro caso se encaixam réus sentenciados a oito ou mais anos de reclusão que permanecem integralmente dentro da detenção. Enquanto isso, encaixam-se no regime semiaberto os detentos e detentas com condenações entre quatro e oito anos e que não

⁵⁹ *Ibidem*.

⁶⁰ BRASIL. Casa Civil. Lei nº7.210 de 11 de julho de 1984. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/17210.htm> Acesso em 12/05/2019.

apresentam reincidência criminal, adquirindo o direito de trabalhar e participar de cursos fora da prisão, com a exigência de retornar durante a noite para a Unidade Prisional; geralmente a pena é cumprida em Colônias Agrícolas ou Industriais. O avanço ao regime aberto também requer o cumprimento de um sexto da pena e bom comportamento. O regime aberto consiste na última etapa do processo de penalização cujo a sentença pode ser cumprida com maior flexibilidade; as pessoas condenadas sob essa normativa podem transitar livremente durante o dia, mas devem retornar aos albergues ou à própria residência durante a noite. Se descumprir as normativas acordadas no julgamento, apresentar mau comportamento nessa fase do processo penal ou cometer faltas disciplinares dentro da detenção, a pessoa está sujeita a regressão de regime e o aumento de sua pena.

Segundo o estudo do INFOPEN, a totalidade da população carcerária se divide em apenas 6% para o regime aberto, 15% no regime semiaberto e 38% cumprindo regime fechado. O número alarmante se dá na esfera dos presos provisórios; em 2016 haviam 292.450 pessoas encarceradas ainda sem julgamento, número que chegou a 40% do total da população carcerária brasileira. Em uma parceria firmada entre o portal G1 e o Núcleo de Estudos da Violência da USP foi criado o Monitor da Violência⁶¹; a plataforma digital traz dados sobre a segurança pública de forma ampla nos últimos anos. Na análise mais recente publicada em 26/04/2019, o número de pessoas encarceradas em situação provisória é de 252.533, atingindo a parcela de aproximadamente 36% do total de pessoas encarceradas. Mesmo que mostre uma diminuição em relação ao ano de 2016, o número ainda é bastante elevado.

A quantidade exorbitante de presos e presas em regime provisório – mais de um terço do total – evidencia um aspecto fundamental para a discussão aqui tecida. O movimento de deter antes de haver um julgamento e uma sentença estipulada aliado à ação lenta do sistema de justiça resulta em um inchaço dentro de cada Unidade Prisional, refletido a nível nacional. Pensando a atuação do poder judiciário, fica manifesta a necessidade urgente de agilizar a tramitação e julgamento dos processos, na medida em que pessoas têm sido encarceradas antes mesmo da ponderação sobre a aplicação de sua pena; com uma superpopulação atrás das grades, as práticas ressocializadoras e até mesmo condições dignas de cumprimento de pena são inviabilizadas.

⁶¹ Portal G1. NEV-USP. Monitor da Violência. Publicado em 26/04/2019. Disponível em <https://especiais.g1.globo.com/monitor-da-violencia/2019/raio-x-do-sistema-prisional/?fbclid=IwAR0nE_BNYkkr_IFC2Y7xv2SXUgObpNqgg49kPdwqsYNLJbhJ5sP6IWOWFI8> Acesso em 12/05/2019.

Para além disso, há uma percentagem elevada de pessoas sendo absolvidas após o julgamento, tendo permanecido até meses em reclusão. O estado de São Paulo conta com a maior população carcerária do país, detendo aproximadamente 240 mil pessoas no ano de 2016⁶²; segundo o relatório, 47% dessas pessoas já estavam presas a no mínimo noventa dias, permanecendo ainda sem julgamento. Nessa medida, a prática gera um alto custo sob duas frentes: o econômico ao contribuinte e o social ao indivíduo detido e à sociedade como um todo, por perpetuar a lógica punitivista de encarceramento.

Diante disso, o aprisionamento indevido pode ser constatado de maneira concreta no projeto Presos Provisórios, Danos Permanentes⁶³ desenvolvido em conjunto entre as instituições Sou da Paz e Centro de Estudos de Segurança e Cidadania da Universidade Cândido Mendes na cidade do Rio de Janeiro. Com o intuito de tornar pessoal cada caso de detenção provisória, o estudo compilou processos criminais de flagrante do Tribunal de Justiça do Estado durante o ano de 2013, acompanhou o andamento dos processos e calculou o custo financeiro de cada prisão repassado à sociedade através de impostos. Dos 7.734 casos analisados, aproximadamente 54% receberam penas alternativas, firmaram acordos com a Justiça, foram arquivados ou até mesmo absolvidos; em média, os acusados e acusadas passaram 101 dias na detenção; o custo total foi de R\$ 45 milhões aos cofres públicos. No caso mais emblemático selecionado, Pedro (nome fictício) de quarenta e quatro anos, casado, deficiente visual e diagnosticado com esquizofrenia foi detido e acusado de tráfico por ter posse de dezesseis gramas de maconha. O acusado ficou 485 dias detido até ter sua doença reconhecida e, segundo os cálculos do projeto, sua manutenção na prisão custou 28 mil reais ao Estado. Analisando o caso específico, se mostra de grande valia levantar o elemento da desproporcionalidade das sentenças: por uma pequena quantidade de droga um indivíduo permaneceu quase um ano e meio atrás das grades, acabou sendo absolvido e hoje porta o estigma de ex-presidiário. Sob esse prisma, permanece o questionamento: para ele, quais foram os custos reais da prisão?

Tendo esse espectro da divisão pelos regimes de cumprimento de pena construído, é necessário conhecer também quais os crimes e infrações da lei que compõem a massa carcerária majoritariamente. Desse modo, interessa principalmente ao recorte da análise o que se compreende enquanto os três pilares das tipificações penais que mais encarceram: crimes contra pessoa expressos nos homicídios (simples, culposos e qualificados), os crimes contra o

⁶² BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. Departamento Nacional Penitenciário. INFOPEN 2016. Disponível em <http://depen.gov.br/DEPEN/noticias-1/noticias/infopen-levantamento-nacional-de-informacoes-penitenciarias-2016/relatorio_2016_22111.pdf> Acesso em 13/05/2019.

⁶³ Disponível em <<http://danospermanentes.org/index.html>> Acesso em 12/05/2019.

patrimônio através de roubos, furtos ou receptação de mercadoria roubada e principalmente o grupo da legislação específica sobre drogas. De forma sintetizada, cada representação da tabela soma-se à outras infrações⁶⁴ que compõem os três grupos para chegar ao número total, também expresso na tabela:

Tabela 2: Número de pessoas detidas dividido por tipificação penal

Pessoa:	Homens	Mulheres	84.686
Simples (art. 121)	26.409	887	27.296
Qualificado (art. 121)	36.758	1.149	37.907
Patrimônio:			278.809
Furto simples (art. 155)	35.674	1.481	37.155
Furto qualificado (art. 155)	35.254	1.372	36.626
Roubo simples (art. 157)	50.729	1.507	52.236
Roubo qualificado (art. 157)	99.961	2.107	102.068
Latrocínio (art. 157)	15.495	417	15.912
Receptação (art. 180)	17.360	395	17.755
Drogas: Leis 6.368/76 e 11.343/06			176.691
Tráfico	134.676	17.106	151.782
Associação para o tráfico	16.724	3.409	20.133
Tráfico internacional	4.269	507	4.776

Fonte: Departamento Penitenciário Nacional, 2016.

Lançando olhar amplo sobre esses três grupos de tipificação penal, obtêm-se porcentagens relevantes para ponderar sobre o perfil dos internos e internas do sistema. No grupo de danos a terceiros, o número contempla apenas 11% do total. Enquanto isso, nas incidências criminais de roubo e furto a porcentagem chega a 37%. O tráfico de drogas corresponde a cerca de 28% das acusações, julgadas ou em andamento, do sistema prisional; diferenciando a porcentagem por gênero, entre os homens é de 28% e entre as mulheres atinge 62%.

No ano de 2018 foi desenvolvido pelo Departamento Penitenciário Nacional um estudo da população carcerária feminina, em específico aos mesmos moldes do relatório tomado como base nessa discussão; nesse estudo mais recente, o montante de 62% de mulheres presas por tráfico se manteve, como em 2014. Parte dessa quantidade elevada é consequência das apreensões realizadas durante as revistas para a entrada de visitas nas Unidades Prisionais; portando drogas nas roupas, no corpo ou na alimentação e produtos de higiene das *sacolinhas*,

⁶⁴ Priorizou-se na análise apenas esses artigos do Código Penal por terem maior expressividade em números e maior influência sob o imaginário social.

diversas mulheres são presas por tentarem passar drogas a seus companheiros dentro da detenção. O crime é popularmente conhecido como “33 Portaria”, em referência ao artigo 33 da Lei de Drogas e às revistas na entrada de cada presídio.

Mais uma vez, a ponderação sobre a proporcionalidade das penas pode ser levantada: em um crime de pouco dano à sociedade e sem violência, penas duras são empreendidas à essas mulheres, inflando cada vez mais o sistema carcerário. Repensar essa medida punitiva não se trata de “defender bandidos” – como vocifera o bordão popular - , mas levar em consideração o contexto de cada crime: muitas dessas mulheres estão no início da vida adulta e são mães solteiras, resultando em uma desestruturação social tanto na vida das detentas quanto na de filhos, filhas e familiares ao seu redor. Existem outras medidas cabíveis para lidar com a questão: no aspecto da prevenção, o banimento de visitas em estabelecimentos prisionais é uma alternativa, enquanto a prestação de serviços à comunidade pode ser uma reparação dos prejuízos alçados na infração. Entretanto, o viés duramente punitivista é priorizado e sentenças de anos de detenção são proferidas à essas mulheres.

3.4.2 Dando contorno: o perfil dos detentos e das detentas

Conhecer de fato o sistema prisional requer um olhar mais aguçado que supere a impessoalidade e burocracia das tipificações penais, códigos e da legislação que compõe o quadro penal brasileiro. É fundamental que se delimite um esboço de quem são os internos do sistema traçando um perfil sociodemográfico através de categorias formativas como faixa etária, estado civil, raça/cor e escolaridade.

Pautando-se no Estatuto da Juventude⁶⁵, o diagnóstico do INFOPEN considera jovens indivíduos os que estão na faixa etária entre 18 e 29 anos. A população brasileira total nesse recorte de idade é de 18%⁶⁶; no que tange a população dentro dos muros, as pessoas consideradas jovens correspondem a 55% do número total. Na faixa etária de 30 a 45 anos enquadram-se 38% dos internos e acima dessa idade apenas 8%. O que se pode aferir desses números é uma representação acentuada na faixa de jovens predominando no sistema carcerário e discrepante em relação à totalidade da população brasileira. Em relação ao estado civil, prevalecem indivíduos solteiros, totalizando 60%; em situação de união estável ou casamento,

⁶⁵ BRASIL. Lei nº 12.852 de 5 de agosto de 2013. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12852.htm> Acesso em 12/05/2019

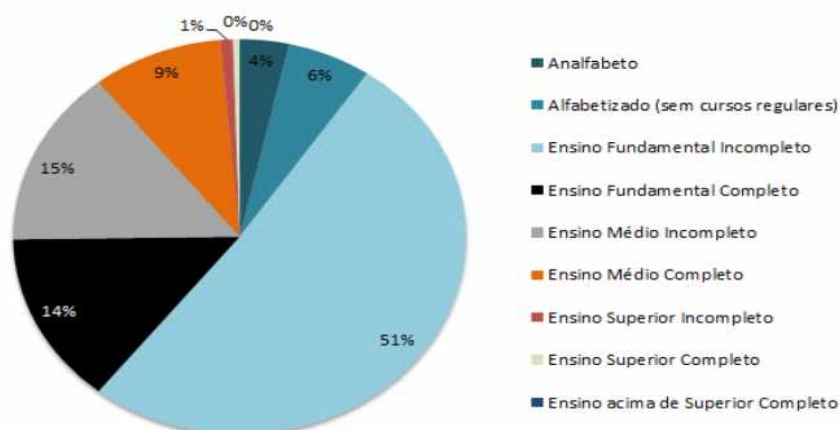
⁶⁶ IBGE. Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios (PNAD) 2015. Disponível em <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv98887.pdf>> Acesso em 12/05/2019.

somam-se 37%. Dividem-se nos 3% restantes os casos de divórcio, separação judicial ou viúvos e viúvas. A alta ocorrência de pessoas solteiras está em consonância à própria faixa etária média, por se tratarem de jovens iniciando a vida adulta.

No tópico referente à raça/cor, é importante salientar que o relatório adota a classificação do IBGE nas categorias branca, preta, parda, amarela ou indígena; ainda, a categoria de pessoas negras é composta pela soma entre pretos e pardos. Entretanto, não é utilizada a autodeclaração para contabilização, estando a critério do gestor de cada Unidade como classificar seus internos; nessa medida, a informação sobre raça/cor corresponde a apenas 72% do montante total. Segundo o levantamento da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) do IBGE⁶⁷ no ano anterior ao relatório em 2015, a população brasileira era formada por 46% de pessoas brancas, 53% de pessoas negras e a quantidade mínima de 1% para amarelas e indígenas. Entretanto, a situação dentro dos cárceres é destoante: o sistema prisional é formado majoritariamente por pessoas negras com a taxa de 64%, enquanto o número de pessoas brancas aproxima-se de 35% e indígenas e amarelas são quase inexpressivas, representadas em menos de 1% no relatório.

No que tange a escolaridade da massa carcerária, os dados também se mostram significativos; opta-se por trazer o gráfico presente no Levantamento do INFOPEN devido a quantidade de divisões entre Ensino Fundamental, Médio e Superior, completos e incompletos, e pessoas analfabetas e alfabetizados sem cursos regulares em escolas. Desse modo, as representações estão contidas na ilustração:

Ilustração 5 – Grau de escolarização das pessoas privadas de liberdade



Fonte: Departamento Penitenciário Nacional, 2016.

⁶⁷ *Idem.*

As taxas de maior expressividade se referem à indivíduos com Ensino Fundamental e Médio incompletos; o que se pode aferir cotejando essas informações é o alto índice de evasão escolar nas pessoas que acabaram atrás das grades. Nessa medida, o resultado obtido na investigação do relatório corrobora com a concepção da necessidade de garantir formação e educação escolar à população brasileira enquanto prevenção e combate à criminalidade, no que se refere ao exterior dos muros. Pensando o contexto intramuros, mostra-se essencial pensar a esfera do ensino consoante à perspectiva de reinserção desses indivíduos desviantes na sociedade civil. Sob esse prisma, a Educação possibilita não só oportunidades concretas de emprego ao egresso do sistema, mas também é ferramenta crucial para sua valorização enquanto pessoa e o desenvolvimento de sua cidadania.

3.5 RESSOCIALIZAÇÃO

3.5.1 Desafios e possibilidades

Para explorar criticamente o projeto de ressocialização desenvolvido nos 1449 estabelecimentos prisionais brasileiros, é indispensável pensar a organização da mão-de-obra que faz rodar o cotidiano de cada Unidade Prisional. Muito se fala sobre a precariedade da estrutura física das detenções em termos de vagas e condições de atendimento, mas o corpo laboral também se encontra sucateado e infere diretamente enquanto agravante no processo de ressocialização. Os cargos se dividem em diversas funções, mas para a perspectiva da ressocialização interessam a de custódia contemplando agentes penitenciários, as atribuições na área de saúde, da Educação e de assistência jurídica e social.

Os homens e as mulheres que exercem a função de agentes penitenciários totalizavam 78.108 pessoas no ano de 2016; apesar de ser um efetivo numeroso, a desproporcionalidade em cada estado resulta em precariedades no serviço e jornadas estressantes de trabalho, o que reflete diretamente sob a qualidade de vida tanto desses profissionais quanto dos detentos. Em alguns casos, como no estado de Pernambuco, a proporção chega a 35 detentos para cada agente penitenciário, taxa muito elevada se comparada a outros países e até mesmo estados do Brasil; entretanto, a média nacional é de 8,2 detentos para cada agente penitenciário trabalhando no sistema.

Os profissionais atuantes na área da saúde se dividem entre clínicos gerais, ginecologistas, psiquiatras, enfermeiros e dentistas. O serviço prestado dentro das detenções é de atendimento imediato e tratamentos de menor seriedade nos ambulatórios; quando exigem maiores recursos, o interno deve ser deslocado até um hospital público para atendimento. Os

responsáveis pela saúde dentro dos cárceres somavam 5.084 pessoas no ano de 2016; o número é restrito diante da infraestrutura precária e da superlotação nas Unidades. Segundo o relatório do INFOPEN, a média de óbitos no sistema carcerário foi de 13,6 por Unidade Prisional, divididos por causas naturais ou óbitos criminais. O dado evidencia duas faces da ineficiência do Estado em prover condições mínimas de vivência e segurança. Em um primeiro momento, detentos podem esperar semanas até conseguirem atendimento médico para pequenos problemas, como dor de dente ou virose. Ainda, aliado à insuficiência na quantidade de agentes penitenciários, a violência dentro dos muros é fruto da disputa acirrada entre facções criminosas pelo poder e controle da massa carcerária, ocasionando constantes rebeliões e confrontos, quadro bastante atual na região nordeste do país.

No âmbito de amparo psicológico e social e de assessoria jurídica, em 2016 trabalhavam no sistema prisional cerca de 3.400 pessoas; esses profissionais se dividem em 723 advogados e advogadas, 1.265 psicólogos e psicólogas, 1.397 assistentes sociais e 85 terapeutas ocupacionais. Por não disponibilizar mais dados acerca dessas funções, como a proporção entre internos e seus advogados nos atendimentos jurídicos por exemplo, torna-se difícil analisá-las criticamente, mapeando um dos pontos a serem melhorados. Entretanto, diante do número assombroso de internos do sistema, pode-se aferir que esses profissionais atuam sobrecarregados e muitas Unidades ainda não contam com o serviço em pleno funcionamento. A defesa dos apenados também passa pela incumbência das Defensorias Públicas Municipais, que organizam ações conjuntas entre seus advogados e advogadas para acelerarem o andamento dos processos em cada vara criminal. Apesar disso, não são incomuns relatos dos internos sobre a demora no serviço prestado, que chegam a caracterizar os profissionais de defesa enquanto “advogados da casa” em referência a possível parcialidade ou descaso nessa atuação.

A esfera da Educação é vital quando se tenciona um processo bem-sucedido de ressocialização; conforme exposto anteriormente, é parte componente do perfil médio dos detentos e detentas um abandono do ensino regular, seja a nível do Fundamental ou Médio, com um número escasso chegando ao Ensino Superior. Sob essa perspectiva, é relevante discutir o acesso a educação dentro dos cárceres brasileiros; no ano de cotejo do relatório exerciam a função docente 2.849 professores e professoras e 275 pedagogos e pedagogas.

Diante desses números que integram a força de trabalho responsável pelas operações nas diversas atribuições dentro de cada Unidade Prisional, é chegada a hora de expor os projetos e práticas de ressocialização realizados hoje de modo efetivo. Tomando como base de ação os dois eixos principais de trabalho e educação, o objetivo principal é não só ocupar o cotidiano

dos detentos e detentas, mas fornecer-lhes oportunidades de desenvolvimento enquanto cidadãos e cidadãs a serem reinseridos na comunidade.

Os detentos e detentas que se envolvem em atividades educacionais somam 61.642 pessoas em contato com o ensino regular e 12.898 pessoas em atividades educacionais complementares, como clubes de leitura, práticas desportivas ou cursos de formação técnica. A nível nacional essas duas quantias representam apenas 12% do total da população carcerária, número extremamente tacaño. É corriqueiro encontrar relatos da massa sobre a vontade de ingressar nos programas de educação; como em todos os tópicos discutidos aqui, faltam vagas e infraestrutura para suprir a demanda tão alta de corpos que se abarrotam no interior das detenções.

Também inserido nesse eixo da ressocialização encontram-se os projetos de leitura; em um período de 30 dias, os participantes dessa modalidade educacional devem ler uma obra indicada pelos tutores do projeto e tecerem uma resenha ou relatório de leitura; a cada livro lido, são diminuídos quatro dias da pena total do indivíduo. A prática mostra-se de grande valor, na medida em que abre margem de participação para um número maior de detentos e detentas, não dependendo exclusivamente de vagas nas escolas carcerárias.

Enquanto isso, as práticas laborais previstas na Lei de Execução Penal têm finalidade educativa e formativa, contemplando em atividades internas detentos em regime provisório ou condenados ou atividades fora do estabelecimento penal para detentos que já cumpriram ao menos 1/6 da pena. Ao todo, as operações abrangem 95.919 pessoas, girando em torno de 15% da massa carcerária brasileira; nesse quesito, destaca-se o estado de Minas Gerais que conta com uma população carcerária de 68.354, divididas em 189 estabelecimentos e empregava 30% desse número no ano de 2016. Do número total de indivíduos trabalhando, 87% desenvolvem atividades internas nos estabelecimentos prisionais; os ofícios variam entre a prestação de serviços a empresas, organizações sociais ou instituições públicas até serviços básicos de limpeza, manutenção e organização de cada Unidade Prisional. Ainda que não estejam contemplados pelo regime da Consolidação das Leis do Trabalho, a LEP estipula que os detentos e detentas que trabalham devem receber remuneração igual ou superior a 75% do salário mínimo. Entretanto, o que se verifica na prática não cumpre com a normativa: um terço da população carcerária em atividade laboral não é remunerada (cerca de 33%) ou está abaixo dos $\frac{3}{4}$ do salário mínimo, sendo cerca de 41%. Dos detentos que recebem até um salário mínimo encaixam-se 22% do total e a quantia entre um e dois salários mínimos abrange apenas 3% dos indivíduos.

Direito concedido apenas no ano de 2011 enquanto normativa nacional⁶⁸, encontra-se na Lei de Execução Penal a possibilidade de remição de pena sob a prerrogativa de incentivar o engajamento de internos e internas nessas atividades, se estendendo aos regimes fechado ou semiaberto. Para o estudo, a cada 12 horas de aula frequentadas o aluno ou aluna do cárcere consegue subtrair um dia de sua pena; as jornadas de estudo se dividem em quatro horas por dia, requerendo três dias para a subtração. No caso do trabalho, a cada três dias de serviço prestado, um dia também é abatido da pena total. Ainda, a participação em projetos educacionais paralelos como a leitura possibilitam a remição; a cada livro lido, com a resenha devidamente apresentada e corrigida pelos educadores, o detento consegue reduzir quatro dias de pena. Diante disso, as diversas modalidades de remição limitam-se à subtração de, no máximo, 48 dias por ano e qualquer falta grave pode ocasionar na revogação de até 1/3 do tempo já atingido na remição.

Diante dos números apresentados, considera-se que as ações de trabalho e estudo constituem hoje o principal expoente da vertente ressocializadora do cárcere, fazendo oposição à perspectiva de punição. Contudo, é necessário ponderar sobre a falha do sistema carcerário em inserir de volta o indivíduo em reclusão na sociedade mais ampla. Apesar de inconclusas pela desarticulação entre o sistema governamental e suas informações, as pesquisas que investigam a taxa de reincidência criminal chegam ao número de até 70%⁶⁹. A porcentagem pode variar em decorrência do recorte de análise adotado; segundo o Ipea, pautando-se nas informações do DEPEN, esse número foi obtido por serem contabilizados também os presos provisórios e seus processos que podem não se converter em condenações concretas; assim, a taxa real seria de cerca de 25%.

3.5.2 Reflexões sobre as engrenagens do sistema

A discussão tecida sobre ressocialização não almeja trabalhar exclusivamente com números e dados; compreende-se que é essencial humanizar o olhar sob essa população carcerária superando o tratamento burocrático da questão. Retomando parte de cada uma das esferas tratadas têm-se uma história do universo prisional no Brasil; cada componente é fruto

⁶⁸ BRASIL. Casa Civil. Lei nº12.433 de 29 de junho de 2011. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12433.htm> Acesso em 12/05/2019.

⁶⁹ TARDÁGUILA, Cristina. A reincidência criminal atinge mais de 70% dos presos no Brasil?. Disponível em: <<https://piaui.folha.uol.com.br/lupa/2016/07/12/lupaaqui-a-reincidencia-atinge-mais-de-70-dos-presos-no-brasil/>> Acesso em 17/10/2019.

de um conjunto de elementos, particularidades, significados e sujeitos que juntos constroem representações desse espaço tão singular e presente na história recente.

Dessa forma, o recorte temporal construído adota o episódio marcante do Carandiru enquanto ponto de partida da estrutura de raciocínio. Alongando-se para além do acontecimento propriamente dito do dia 2 de outubro de 1993, o massacre do Carandiru evidencia as práticas de violência e abuso policial adotadas ao longo dos anos e que são perpetuadas nas prisões até os dias atuais. O que se constata atrás das grades são constantes testemunhos dos presos e presas sobre agressões de agentes penitenciários, que contam com todo um aparato repressivo e de controle: cassetete, bomba de efeito moral, canil, armas de munição não letal e uma sorte de técnicas de subjugação da massa carcerária. Diante disso, não é raro que as vozes internas dos detentos elenquem o episódio de forma relacionada à própria vivência, inserida na lógica da disciplina e controle garantidos através da violência.

Seguindo a linha construída, a leitura do que tange o Primeiro Comando da Capital se orienta a compreender a facção para além da caracterização de “criminosa”; é indubitável que o adjetivo se encaixe, porém é necessário ampliar a interpretação sobre o grupo. Seu processo de formação, a consolidação de sua hegemonia e a estrutura empresarial de larga escala alcançada nos dias de hoje dialogam intrinsecamente com as formas do Estado brasileiro de tratar a segurança pública; nas quase três décadas da organização, pode-se dizer que as ações do governo não obtiveram sucesso em enfraquecer o grupo e em certa medida chegaram a corroborar com seu desenvolvimento. Primeiro, a negação de reconhecer sua formação abre campo para a consolidação. Posteriormente, as formas de combate e tentativas de desmantelamento acabam por acelerar sua expansão dentro do estado de São Paulo. Por último, o encarceramento crescente nos últimos anos fornece cada vez mais tropas a serem recrutadas pelo *mundo do crime* e suas organizações criminosas; para além do PCC, o recrutamento acontece também por outras facções em cada região do país, sendo ponto crucial para lidar com a segurança pública brasileira.

Diante dessa última nuance de fortalecimento do *corpus* do *mundo do crime*, se insere no debate a ferrenha criminalização das drogas no Brasil, sobretudo a partir do ano de 2006. Ao jogar atrás das grades usuários de drogas e pequenos traficantes perpetua-se a reprodução da delinquência; no cárcere os sujeitos imergem mais fundo no crime. Isso é percebido no entendimento da massa carcerária: as ruas são a “escola do crime”, iniciando a pessoa na vida criminosa; na reclusão é que o criminoso novato toma contato com pessoas e ações já

consolidadas no *mundo do crime* e passa pela “faculdade do crime”, ganhando a liberdade cada vez mais *na correria*⁷⁰.

Outra possibilidade se dá quando um interno não se torna faccionado nos anos de reclusão e ganha a liberdade após o cumprimento de sua sentença. Mesmo tendo pago a suposta dívida com a sociedade, continua vestindo a camisa de ex-presidiário e o estigma de sua passagem pela cadeia, permanecendo com o *status* de bandido perante os olhos da sociedade. Sob esse prisma, as oportunidades quando egresso são nulas e muitas vezes o crime constitui uma das únicas saídas para o sustento próprio ou da família. Os programas de oportunidades de trabalho para ex-detentos são escassos e não contemplam os egressos do sistema; nessa medida, permanece ainda o viés de punição construído sob a imagem do desviante, afastando qualquer possibilidade de integrá-lo novamente a sociedade.

Diante dessas considerações, é crucial exercer a distinção entre as palavras de punição e ressocialização. De acordo com o caminho percorrido até aqui em dados, estatísticas e situações concretas do cotidiano prisional, a ótica punitivista estabelecida no sistema carcerário e legitimada pela sociedade é falha e apenas atua na produção e reprodução da delinquência. Se enquanto país e sociedade almejamos a ressocialização, é inadiável que seja repensado o modelo de encarceramento restritamente punitivo adotado.

Conforme o próprio radical da palavra, ressocializar é reinserir na sociedade aquele indivíduo apartado; assim, devem lhe ser fornecidos no interior dos muros elementos que compõem essa sociedade e seus membros. Direitos básicos como acesso à educação e saúde, alimentação adequada, práticas e atividades de formação, instalações adequadas para o convívio e toda uma sorte de reformas estruturais devem ser propostas no sistema prisional. Para além disso, a concepção da sociedade brasileira deve ser ressignificada, afastando a visão da detenção como algo distante e dissociado do todo; nós criamos o cárcere e nós devemos cuidar dele. Para um processo de ressocialização de êxito é imprescindível a participação da própria sociedade nele, refletindo, ocupando e reformulando o universo prisional. Para isso é necessário que se conheça essa realidade de perto, é necessário que se abram as trancas.

⁷⁰ Práticas criminosas.

4. CAPÍTULO 2 – *DICHAVANDO*⁷¹ O MATERIAL: AS DINÂMICAS DA PRÁTICA NA ESCOLA ESTADUAL DO PARQUE SÃO JORGE

Ilustração 6: Cartaz de divulgação da exposição



Fonte: Arquivo pessoal, 2019.

⁷¹ Ato de destrinchar, esmiuçar.

4.1 O OLHAR DO HISTORIADOR NA PESQUISA E NO ENSINO

As cinco esferas tratadas no capítulo anterior: O massacre do Carandiru, A organização do crime, O fluxo das drogas, Por dentro do sistema atual e Ressocialização, são as partes componentes do bloco de aulas “Abrindo as Trancas – uma exposição sobre o universo prisional”, pensado para alunos e alunas de Ensino Médio com o objetivo de trazer à tona dilemas e saídas que formam o cárcere brasileiro. Como mencionado anteriormente, o bloco de aulas foi realizado em quatro turmas diferentes de 3º ano do Ensino Médio envolvendo cento e quatro participantes, durante os dias 17, 18, 19 e 24 de junho de 2019 na Escola Estadual do Parque São Jorge na cidade de Uberlândia - MG. O projeto foi protocolado no Sistema de Informação de Extensão e Cultura (SIEC) da Universidade Federal de Uberlândia, vinculando um certificado de participação⁷² ao CPF de cada participante. Assim, tendo a convicção na relevância da propagação desse debate, discutem-se aqui questões referentes ao exercício da pesquisa, ao ofício do historiador e a prática docente estando alinhadas para a elaboração de opinião crítica junto aos estudantes, a ampliação das discussões sobre o tema abordado e, consequentemente, a construção de conhecimento sobre o mesmo.

Sob o prisma histórico e historiográfico, mostra-se substancial concatenar essas esferas em uma linha temporal, constituindo uma ordem de raciocínio que interliga os momentos tidos como mais importantes nesse campo de discussão. Com isso, é objetivado que se construa com os alunos e alunas o conceito de processo histórico, trazendo as noções de continuidade e ruptura aplicadas a um contexto temporal e temático delimitado: o universo prisional.

Dessa forma, as últimas três décadas formaram o recorte histórico tratado, partindo dos anos 1990 e chegando ao momento atual; retomando de forma resumida a discussão tecida na primeira parte desse trabalho, o recorte temático escolhido em cada uma das esferas é revelador de nuances mais amplas. O episódio do Carandiru em 1992 é evidência da violação sistemática dos Direitos Humanos nos cárceres e serviu de gatilho para a origem de uma facção criminosa em 1993. Esse elemento se relaciona intrinsecamente com a questão das drogas e suas políticas⁷³ enquanto pilar financeiro e de interesses entre os dois polos aqui estudados – o Estado e o *mundo do crime* -, e dessa maneira o combate às drogas expandido na última década é também um dos marcos temporais que constituem a linha temporal tecida. As consequências desse

⁷² Os certificados do proponente e de uma participante encontram-se nos Anexos.

⁷³ Em específico a lei 11.343 de 2006, conhecida como Lei de Drogas. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2006/lei/111343.htm> Acesso em 18/09/2019.

processo fracassado de encarceramento levam ao sistema caótico atual, inviabilizando as práticas de ressocialização. Dentro da exposição em sala de aula esse aspecto correlacional entre as esferas foi extensamente ressaltado, justamente corroborando com as noções ora de continuidade, ora de ruptura dentro de um processo histórico.

Também inserido no ofício do historiador está a compreensão das múltiplas formas de pensar da sociedade estudada, sobretudo em uma temática espinhosa e controversa como a da segurança pública. Para isso, é significativo que as narrativas e discursos que permeiam a sociedade em questão nas esferas política, cultural e social sejam evidenciadas e que se faça uma análise crítica de suas direções e intenções. Sendo assim, vozes de posicionamentos diversos são trazidas e cotejadas, tanto na bibliografia utilizada como base quanto no material exposto (entrevistas, vídeos e charges), que durante a prática convocaram as turmas incitando diferentes opiniões sobre o assunto.

É necessário apontar que o ponto de partida para a construção do conhecimento lecionado se dá na atuação dentro do presídio, narrada no memorial que antecede esse estudo. Assim, o contato próximo e efetivo com os *fundões* da detenção e a observação de perto da realidade prisional forneceram uma base empírica e sólida para toda a teoria acadêmica, ilustrando e materializando os números e conceitos. Entretanto, ainda que fundamental para as reflexões aqui tecidas, priorizou-se para a atividade prática um discurso e uma perspectiva bastante distanciados da vivência prisional específica na cidade de Uberlândia, priorizando discussões mais amplas. Apesar da experiência ter sido minimizada no discurso, o exercício da pesquisa em trabalho de campo sob a ótica do historiador se aliou ao trabalho docente em sala de aula em uma ação de caráter extensionista, abarcando na proposta os três pilares do ensino superior: a pesquisa, o ensino e a extensão.

Tendo postas essas primeiras orientações na preparação do conteúdo, é chegada a hora de visitar cada uma das cinco esferas que compuseram a exposição “Abrindo as Trancas” ponderando sobre o material utilizado, os motivos de sua escolha e a relevância de tratá-los com os alunos e alunas. Assim, nesse capítulo encontra-se também a execução propriamente dita desse planejamento e especialmente a recepção discente durante as aulas. Apesar de igual, o conteúdo ministrado provocou questões diversas, gerando argumentações diferentes em cada dia de realização. Com o objetivo de registrar a experiência foram feitas gravações da atividade prática e um diário de anotações e impressões; os trechos aqui citados remetem a esse material. Entretanto, pela dificuldade em organizar a participação das turmas dividida por cada dia de realização, tratam-se aqui os aspectos gerais acerca da compreensão dos alunos e alunas sobre o tema e as falas mais pontuais serão elencadas relacionando-se com cada tópico do conteúdo,

e não especificamente ao dia em que ocorreram. Desse modo, registra-se um relato de experiência dividido pelas cinco esferas, bem como uma reflexão em torno das nuances mais relevantes que apareceram durante o trabalho.

4.2 A EXPERIÊNCIA NA MIRA: PLANEJAMENTO, EXECUÇÃO E INTERAÇÃO

Fotografia 3 – Estudantes assistindo o clipe de “Diário de um Detento”



Fonte: Arquivo pessoal, 2019.

O tópico apresentado no capítulo anterior, “O Massacre do Carandiru”, dá início à linha temporal trazendo elementos de contextualização da malha penitenciária paulista, sua ampliação durante as décadas anteriores ao episódio, chegando finalmente ao dia 2 de outubro de 1992. Na leitura do fato foi priorizada uma tônica de narrativa sobre a violência policial desmedida aplicada na contenção da rebelião e como isso possui decorrências futuras. Quando indagados, apenas alguns estudantes afirmaram conhecer o episódio ou mesmo o longa-

metragem posterior, Carandiru⁷⁴. Para explanar o episódio foi utilizada a cobertura jornalística⁷⁵ de Caco Barcelos nos dias seguintes ao massacre; ao adentrar a Casa de Detenção, o jornalista faz filmagens das celas e corredores e entrevista alguns detentos sobreviventes. Entende-se que trazer esse tipo de produção visual durante a exposição serviu não só para exemplificar o que estava sendo narrado e discutido em sala, mas principalmente para dar voz às pessoas atingidas pela brutalidade policial; em uma perspectiva histórica, lembrar e escutar essas vozes é atribuir também protagonismo e visibilidade às suas causas e demandas.

Compondo um dos lados das possíveis narrativas que emergem do episódio, foram elencadas as visões de Drauzio Varella e dos Racionais MC's em "Diário de um detento"⁷⁶. Diametralmente oposto, o discurso de Jair Bolsonaro na Câmara dos Deputados foi apresentado como pontapé inicial para pensar a perspectiva punitivista adotada pelo sistema carcerário; ambas as perspectivas foram discutidas no capítulo anterior. A fala do atual presidente da República foi intencionalmente exibida para servir de motivador da discussão, tendo em vista a efervescência política e social de sua figura. Ainda, serviu para levantar o debate sobre a ineficácia do Estado em ponderar sobre seus próprios erros e excessos, tendo em vista que o vídeo acontece em 2014, 22 anos depois do Massacre, esse permanecendo ainda sem o julgamento dos responsáveis pela ação.

Em sua fala, Jair Bolsonaro defendeu que o único direito de um preso é o direito de não ter direitos, aspecto que gerou controvérsias dentro de sala de aula. Em um dos dias uma aluna manifestou concordância com o trecho do discurso, afirmando que ao violar os direitos de outra pessoa, seja de sua vida ou seus bens materiais, um criminoso detido deveria perder seus direitos e ser duramente punido pelo Estado, como forma de lição. Tão logo expressou esse posicionamento, a aluna foi advertida pelos colegas de que esse tratamento não reparava os erros do criminoso perante a vítima e não teria nada de colaborativo na recuperação desse sujeito encarcerado; em poucos minutos de discussão, as duas partes chegaram em um acordo de que, apesar de criminosos, um episódio como o do Carandiru era inconcebível e existiam direitos mínimos a serem garantidos atrás das grades. Em outros dias⁷⁷, alguns estudantes mostravam-se totalmente contrário às falas do político, reconhecendo a ineficácia em sentenciar

⁷⁴ CARANDIRU. Direção de Héctor Babenco. São Paulo: Globo Filmes, 2003. 147 min.

⁷⁵ Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=0JWRNQrtb9s>>. Acesso em 05/07/2019.

⁷⁶ Racionais MC's. "Diário de um detento". Por Mano Brown e Jocenir. *Sobrevivendo no Inferno*. Cosa Nostra, 1998. CD. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=er-bYI9-3hM>>. Acesso em 16/08/2019.

⁷⁷ Caderno de anotações, acervo desta pesquisa: 2019.

e punir restritamente sob a perspectiva de castigo; um aluno pontuou: “Esse discurso é burro, não resolve nada, nem sei como virou presidente”⁷⁸, sendo apoiado por colegas de turma.

O episódio do Carandiru, além de levantar questões acerca da brutalidade das forças de segurança no tratamento com pessoas encarceradas, traz à tona também algumas consequências, uma delas, a direta formação da maior organização criminosa do país atualmente, o PCC. Conforme discutido no capítulo anterior, a perspectiva do *mundo do crime* incorporou o massacre em uma memória bastante consolidada. Dessa forma, a segunda esfera do conteúdo, “A organização do crime”, versou especificamente sobre como a organização em foco se origina a partir do episódio, forma sua estrutura ao longo dos anos e consegue um nível de hegemonia nos universos que ocupa enquanto regente da ordem informal. Dessa forma, a finalidade de explicar o funcionamento da facção criminosa remeteu a problemas mais amplos sobre como se organiza e ganha corpo uma figuração social específica regendo as normas e códigos de conduta, dominando as zonas de conflito que ocupa: a *tranca* e a *quebrada*⁷⁹.

Portanto, tratar essas duas esferas já mencionadas de forma interligada foi essencial, fazendo uso dos instrumentos e da metodologia da História; ao concatenar os acontecimentos, suas nuances e elementos, a compreensão dos discentes se orienta a tomá-los enquanto um único processo histórico carregado de ordens de permanência e desordens de ruptura, interligando os fatos e organizando um entendimento abrangente do período. Assim, os eventos de Carandiru e PCC devem ser lidos de forma conjunta, onde as ações na Casa de Detenção de São Paulo têm reverbero significativo no surgimento da facção criminosa posteriormente.

Seguindo no conteúdo exposto, outro marco temporal construído se deu no item “Disputas de poder: facção, Estado e sociedade”. Ao apresentar os conflitos entre as forças de segurança e integrantes do PCC em maio de 2006, ano significativo para a linha temporal tecida, o que se obteve de consideração dos discentes foi que enquanto as duas forças – Estado e facção – travam embates, os efeitos colaterais são sentidos pela sociedade, seja de forma específica e direta, como as 564 mortes no período tratado, ou de modo mais amplo no medo da violência propagado em todo o corpo civil. Para demonstrar os dias de maio foi utilizado um vídeo⁸⁰ do Jornal do Estado de São Paulo que traz manchetes, fotos e depoimentos de jornalistas sobre a cobertura que exerceram durante o período; o uso desse tipo de material visual foi de grande valia, tendo em vista que todas as turmas demonstraram atenção ao vídeo.

⁷⁸ *Idem.*

⁷⁹ Zonas de periferia.

⁸⁰ Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=CwzDai9Jr8s>>. Acesso em 09/08/2019.

Dois relatos foram considerados relevantes pelo que trouxeram à aula estendendo o conteúdo exposto à experiência singular de alguns participantes. De acordo com uma discente, seu primo havia sido assassinado pelo envolvimento com o tráfico de drogas local há poucos anos, causando um choque para toda a família. Outro aluno trouxe um dos momentos mais ricos da realização da atividade, explanando a seguinte situação: “Meu pai é da polícia e meu tio é PCC, eles já tentaram se matar, trocaram tiro e hoje nem sei, dá medo”⁸¹. As duas falas constituem um aspecto significativo da atividade pois superam a intenção de mostrar o impacto social da violência em situações longínquas e distantes através da exposição do proponente aos discentes. Nesse momento, ao trazerem suas vivências, o sentido da exposição foi invertido entre o docente e a turma. Assim, os discentes têm uma evidência sobre como aquele assunto atingia diretamente suas vidas e a de pessoas próximas; alguns colegas de turma chegaram a indagar o aluno sobre a situação vivida em sua família, curiosos sobre a história contada.

O momento seguinte da aula trouxe uma entrevista⁸² do rapper paulistano Mano Brown ao jornal francês *Le Monde Diplomatique*; no trecho editado, Brown faz considerações sobre o movimento do crime organizado em São Paulo, sua dinâmica de recrutamento e atuação. Em seu entendimento, a associação entre criminosos se dá com o objetivo de autoproteção e fortalecimento: “Aí os moleque vira facção memo, pra se defender, pra se proteger, um defender o outro; aí o crime organizado vai ganhar força memo”⁸³. Seguindo, Brown aponta: “Cê pega um cara que é abandonado, sem família e sem ninguém, acolhe ele, dá um nome pra ele, dá uma sigla pra ele defender, uma família pra defender ele e ele defender, ele não valoriza o cara?”⁸⁴.

A fala de Mano Brown também traz um elemento estrutural para a discussão tecida nesse estudo: os interesses financeiros – do Estado e do *mundo do crime* – no sustento de todo o sistema de segurança pública. Assim, ele afirma: “O Bezerra da Silva, antes de morrer a gente fez um show junto, falou assim ó: Brown, cadeia é que nem show, tem que tá lotado pra dar dinheiro.”⁸⁵

Esse apontamento foi central para o entendimento da discussão, sendo destacado perante os discentes a fim de relacionar a fala a situações concretas. Nessa perspectiva, parte da experiência na Pastoral Carcerária foi narrada, onde o mesmo trecho do vídeo é citado nas

⁸¹ Caderno de anotações, acervo desta pesquisa: 2019.

⁸² Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=gMT9cXizDYQ>>. Acesso em 09/08/2019.

⁸³ SOARES, Pedro Paulo. Mano Brown, um sobrevivente no inferno. [Entrevista concedida a] Guilherme Henrique. *Le Monde Diplomatique Brasil*. São Paulo, 2019. Disponível em <<http://diplomatique.org.br/um-sobrevivente-do-inferno/>>. Acesso em 16/09/2019.

⁸⁴ *Idem*.

⁸⁵ *Idem*.

conversas entre o proponente e os detentos. Ilustre entre as gerações da juventude dos anos 90 e até os dias atuais, abarcando os dois públicos-alvo citados acima, a figura icônica de Mano Brown foi significativa por colocar uma voz influente sob os discentes abordando o tema; isso era esperado na medida em que o trecho, ao ser citado durante as atividades da Pastoral, provoca e instiga a *troca de ideias*⁸⁶ com os detentos. Ainda, a visão passada pelo rapper é consonante com a abordagem teórica articulada no primeiro capítulo desse estudo pelos pesquisadores Gabriel Feltran⁸⁷ e Camila Nunes⁸⁸; esse aspecto do cabedal teórico sendo trabalhado dentro de sala será discutido adiante nesse segundo capítulo.

A terceira esfera versa sobre os artigos que tipificam o ponto das drogas no Brasil a fim de discutir com os discentes o que dá sustento financeiro ao *mundo do crime* e também fornece base à política do sistema de segurança e controle no Brasil. Para pensar a transição entre os últimos pontos tocados – os danos sentidos pela sociedade e os interesses por detrás do encarceramento – a charge de 2017 publicada pelo desenhista Carlos Latuff foi a motivadora da discussão e estampou o início da esfera denominada “O fluxo das drogas” nos slides⁸⁹. Nos três primeiros quadros são exibidos sujeitos sendo vitimados: um morador de favela, um pequeno traficante e um policial. O material toca um ponto crucial que foi enfatizado durante a exposição: na guerra promovida pelo Estado contra o *mundo do crime*, abarcando também a sociedade, quem sofre as consequências são as bases de cada pirâmide de grupos sociais.

Foram destacados os papéis de cada um dos sujeitos da charge no universo em que ocupam: no campo da sociedade civil, a violência se concentra majoritariamente nas zonas de periferia na medida em que o Estado, ao não prover a estrutura básica nessas localidades, oportuniza a instalação das associações criminosas. Quando chega a presença do Estado, se dá somente pela via da segurança, ocupando com as polícias, dessa forma, os atingidos pelos confrontos são as pessoas moradoras dessas zonas de periferia. Já no *mundo do crime* quem está na mira das forças de segurança são os pequenos criminosos: homens, jovens prioritariamente negros ou pardos e localizados nas periferias. Elencando também os sujeitos que exercem as funções da segurança e controle, quem está na linha de frente dos conflitos armados são policiais das mais baixas patentes, compostos pelas polícias Civil, Militar e Federal; como no caso explicitado pela fala do aluno, seu pai sofria diariamente a pressão por

⁸⁶ O trabalho nas detenções da cidade de Uberlândia foi aprofundado no Memorial desse estudo.

⁸⁷ FELTRAN, Gabriel. *Irmãos: uma história do PCC*. 1ª ed. – São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

⁸⁸ MANSO, Bruno, NUNES, Camila. *A guerra: a ascensão do PCC e o mundo do crime no Brasil*. São Paulo: Todavia, 2018.

⁸⁹ Os slides estão anexados ao final desse trabalho.

ser policial, envolvendo até questões familiares na disputa com o *irmão*⁹⁰. Outro participante da oficina também trouxe um relato pessoal sobre sua família: seu pai havia sido agente penitenciário por sete anos em Uberlândia e abandonou a profissão por questões de saúde, tendo em vista que o cotidiano hostil de uma Unidade Prisional trazia muito estresse e esgotamento. Essas duas situações remetem a efeitos menos graves dessa política de conflitos adotada pelo Estado, mas que muitas vezes se torna mortal contra seus próprios agentes.

O principal objetivo dentro desse terceiro tópico foi explanar às turmas como a legislação brasileira tem aludido a questão das drogas e os reflexos disso no interior das detenções ao redor do país; para isso, uma retomada histórica da sentença por tráfico foi feita conforme a tabela, os dados e as reflexões tecidas sobre a legislação penal no primeiro capítulo. Chegando ao estágio atual, a lei 11.343 de 2006 foi exposta afim de embasar o debate, trazendo a citação da Constituição Federal e os artigos 28 e 33 de uso e tráfico, respectivamente.

A interpretação ampla que a condenação por tráfico pode adquirir foi extensamente debatida e nuances interessantes surgiram; em uma das turmas, um aluno chegou a dizer: “Então pode ser preso por chamar um amigo pra fumar, como tá dizendo aí?”⁹¹, referindo-se à um convite de uma pessoa à outra para fazer uso de maconha, sem fins comerciais. Ainda que não mencionasse a suposição diretamente atrelada a sua vida, os colegas de sala zombaram do aluno dizendo que ele sim, poderia ser preso. Nesse momento, mais uma vez o caráter de mera exposição entre docente/discentes é superado e a experiência particular de um sujeito envolvido na atividade foi convocada; o aluno estava não só tomando conhecimento de um conteúdo, mas relacionando-o diretamente com sua vida e vendo os vínculos entre teoria e prática.

Durante a discussão dessa esfera algumas questões foram aparecendo, mas a principal se deu no âmbito das possíveis soluções: tendo em vista que o argumento da exposição considera as prisões por drogas um dos pilares que sustentam o sistema prisional, alguns discentes (em duas turmas, especificamente) fizeram o questionamento sobre como sanar esse problema. Para estimular o debate um vídeo⁹² de Drauzio Varella foi exibido problematizando a distinção essencial entre usuários e traficantes, bem como a diferença no tratamento entre os domínios da saúde e da segurança pública. Ao trazer a noção de descriminalização das drogas enquanto uma alternativa para diminuir a superlotação dos presídios, as discordâncias apareceram.

⁹⁰ O termo “irmão” é usado aqui de forma ambígua; na situação específica remete ao grau de parentesco, entretanto é também como se denomina um membro da facção criminosa, como explanado no capítulo anterior.

⁹¹ Caderno de anotações, acervo desta pesquisa: 2019.

⁹² Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=HHG8khIKWEk&t=1s>>. Acesso em 09/08/2019.

O aluno que mencionou o pai, policial civil, se manifestou contrário ao ponto defendido por Drauzio Varella e em outra turma uma aluna indagou: “Então não prende mais? Deixa vender, deixa usar? Não concordo e não acho que é o caminho!”⁹³. A fala é provocativa pois a estudante questiona as estratégias defendidas para o desencarceramento e se posiciona firmemente contra; esse tipo de postura ativa foi constantemente buscada objetivando entusiasmar as turmas no debate. Nesse momento, a estratégia de argumentação adotada priorizou os dados numéricos⁹⁴ trazidos como base sólida para construir uma concordância; assim, retomaram-se as informações específicas sobre as prisões por tráfico de drogas dessa esfera e um elo oportuno para a próxima já foi firmado, onde seriam evidenciados as tipificações penais e o perfil do detento.

A quarta esfera denominada “Por dentro do sistema atual” é tida como a mais significativa em todo o conteúdo por associar as anteriores, sendo ponto de chegada dos processos construídos de forma interligada e servindo de ponto de partida para pensar a esfera seguinte de ressocialização a partir da conjuntura do sistema penitenciário. Dessa forma, destacou-se a relação entre as três temporalidades percorridas entre o Carandiru, a composição do crime e o papel de legislativo e executivo do Estado, foi constituído um passado que edificou o quadro presente do sistema nessa esfera, influenciando as possíveis práticas de ressocialização para o futuro, pensadas na última esfera da exposição.

Sob essa perspectiva de compreensão relacionada os dados numéricos do Relatório Nacional de Informações Penitenciárias de 2016 trazidos no primeiro capítulo foram explanados através de gráficos, afim de destrinchar quem são as pessoas que compõem e ocupam o sistema carcerário; era a hora de “dar corpo”⁹⁵ a esses sujeitos. O elemento visual dos gráficos mostrou-se bastante rico, corroborando com o entendimento dos discentes das taxas e números que estavam sendo discutidos. De início foram apresentados números gerais acerca do sistema prisional, como a totalidade das pessoas encarceradas, as vagas disponíveis e a respectiva taxa de superlotação decorrente desses dois números, a taxa de encarceramento utilizada para medir os parâmetros internacionais e uma charge que serviu de mote para algumas observações, presente em um dos slides⁹⁶ dessa sessão da apresentação.

Os gráficos foram divididos em duas categorias que se conectavam de alguma forma; a primeira com informações sobre os tipos de regime (aberto, semiaberto, fechado e provisório)

⁹³ Caderno de anotações, acervo desta pesquisa: 2019.

⁹⁴ Os dados tratados referem-se às prisões por tráfico de drogas no estado de São Paulo e ao Relatório de Informações Penitenciárias de 2016, pormenorizados no primeiro capítulo.

⁹⁵ A questão do corpo detido será abordada na sessão “Os Corpos em foco”.

⁹⁶ Os slides estão disponíveis nos Anexos desse trabalho.

e sobre as taxas de lotação das Unidades Prisionais em âmbito nacional. Junto a este par foi exibido o vídeo⁹⁷ mencionado na primeira parte do estudo sobre as prisões provisórias; a problematização com os alunos e alunas direcionou o regime provisório influenciando diretamente sob as altas taxas de superlotação. A segunda dupla de gráficos tratou das principais tipificações penais divididas por masculino e feminino em decorrência das especificidades de cada gênero. O principal intento nessa categoria era quantificar nas porcentagens os tipos de regimes e os artigos mais recorrentes, chamando atenção para as taxas altíssimas no crime de tráfico de drogas, que encarcerava 62% das detentas, 26% dos detentos e cerca de 28% do total de pessoas privadas de liberdade no ano de 2016.

Em uma das turmas um apontamento adquiriu papel importante na discussão, quando uma aluna demonstrou a seguinte avaliação: “É muito diferente alguém que mata várias vezes de uma pessoa que roubou pouca coisa ou tava vendendo droga. Se mistura tudo, piora os que não eram tão bandidos, não pode prender tudo junto”⁹⁸. Quando questionada por uma colega sobre o que ela pensaria de solução possível, a aluna disse que não saberia dizer uma solução específica por nunca ter estudado o tema, mas tê-lo em debate já era algo sendo feito.

Seguindo na apresentação, outros quatro gráficos foram apresentados na segunda categoria delineando o perfil das pessoas encarceradas em quatro pontos: faixa etária, estado civil, raça/cor e escolaridade. O propósito em aglutinar todos esses tópicos é constituir a figura média do criminoso no Brasil: homem, majoritariamente negro ou pardo, com idade entre 18 e 29 anos e de ensino básico incompleto; no campo da tipificação penal tratado pouco acima, esse sujeito é em maioria enquadrado por crimes relacionados às drogas. Quando esses dados são pormenorizados e sua interpretação é alinhada aos outros pontos discutidos durante a atividade, enfatizou-se nas turmas o entendimento acerca desse recorte de classe e cor que opera escrupulosamente no sistema penitenciário respaldado pela legislação e orquestrado pelas forças da política e da segurança pública.

No último dia de realização de atividades uma aluna se destacou pela participação constante com falas e perguntas, tendo destaque a menção à sua vivência escolar em dois ambientes dispares:

Eu estudava no IFTM e lá a gente tinha o Núcleo de Estudo Afro-brasileiro e Indígena, o NEABI. Em uma das palestras no ano passado foi perguntado lá, eu conheço a galera e sei quem é usuário de drogas e essas coisas, quantos aqui já foram parados pela polícia? E o anfiteatro inteiro ficou com a mão abaixada, ninguém levantou a mão. Cês é tudo um bando de branco rico, né. Na minha antiga escola pelo menos uns cinco tinham levantado a mão. Porque é uma realidade aqui, na periferia a gente vê essa

⁹⁷ Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=Y5ZF684Ty28>> Acesso em 09/08/2019.

⁹⁸ Caderno de anotações, acervo desta pesquisa: 2019.

realidade: qualquer cara andando assim, é parado pela polícia sem nem ter ficha criminal, enquanto os caras lá, nunca foi parado porque não é considerado suspeito.⁹⁹

Ao apontar a diferença no olhar da polícia em diferentes zonas da cidade – o *morro* e o *asfalto*¹⁰⁰ – a aluna demonstra assimilar as discussões tecidas naquela manhã e, além disso, coteja sua vivência pessoal e das pessoas que a cercam nos diferentes meios em que transita. Assim, a comparação entre a trajetória dos e das estudantes que compõem as duas escolas em questão, um Instituto Federal e uma Escola Estadual de periferia, é abundante para se pensar o início de alguns jovens em uma vida de marginalização que nesse momento se expande do meramente territorial para a segregação social, colocando-os mais suscetíveis à mira das autoridades de segurança.

Durante essa esfera, o ponto enfatizado foi a superlotação dos presídios brasileiros; esse aspecto é central por interligar todas as outras esferas, sendo resultado do encarceramento em massa das esferas anteriores e produtora de outras esferas por influir na infraestrutura precária e consequentemente na falha do sistema em ressocializar os sujeitos encarcerados. Nessa medida, em uma das turmas um aluno apresentou uma reflexão interessante diante desse pensamento:

É como se tivéssemos o triplo de pessoas nessa sala que já tá lotada, imagina se daria pra ter aula direito. Ninguém ia aprender nada. É a mesma coisa com a cadeia, se lota de gente não dá pra ajudar todo mundo. E quanto mais gente no mesmo espaço, mais barato fica pro governo bancar, como falou o Mano Brown¹⁰¹.

Tendo sido construído o espectro da conjuntura do sistema carcerário nas quatro esferas anteriores, chegou-se ao objetivo final das penas de privação de liberdade: a ressocialização. Para isso, conhecer as esferas anteriores é vital por tratarem de pontos que tangenciam a ressocialização; as três primeiras versam sobre fatores agravantes que dificultam esse processo, enquanto a esfera anterior é que possibilita a edificação dessa intenção de ressocialização. Inicialmente a própria etimologia da palavra foi trabalhada com os discentes; ao infringir alguma lei, a pessoa é apartada do convívio em sociedade e a pena de privação de liberdade adquire caráter punitivo e reformativo. Assim, dentro da detenção a pessoa privada de liberdade deve receber oportunidades concretas de reingresso na sociedade, bem como ter os direitos e cidadania reconhecidos. Para ressocializar é vital que se prezem elementos e característica da sociedade dentro da detenção.

⁹⁹ *Idem*.

¹⁰⁰ Os dois termos são utilizados enquanto gírias para definir zonas periféricas das mais abastadas especificamente na cidade do Rio de Janeiro.

¹⁰¹ Caderno de anotações, acervo desta pesquisa: 2019

Dessa forma, foram examinadas as principais atividades de ressocialização exercidas hoje: o trabalho e o estudo. Trabalhando o quadro atual foram cotejados os números que abrangem essas duas atividades presentes no Relatório de Informações Penitenciárias de 2016, trazidos em foco no capítulo antecedente. Conforme o relatório, cerca de 27% das pessoas detidas estão exercendo as atividades, engajando-se no processo de ressocialização e até mesmo operando a remição de pena. Inserido no tópico de ensino dentro das detenções também foi exibido um vídeo¹⁰² do Maranhão, estado modelo em atividades educacionais dentro de seu sistema, sobre os detentos que prestaram o Exame Nacional do Ensino Médio para obtenção do certificado de conclusão, bem como a aplicação nas vagas disponíveis em universidades federais.

Tendo os dados examinados, a postura e ponto de vista dos alunos e alunas foi quase unânime: em um grupo que aproxima-se a oitocentas mil pessoas mantidas ociosas atrás das grades era inaceitável que apenas $\frac{1}{4}$ desse número tivesse acesso às atividades de ressocialização. Diante desse dado, um aluno apontou: “É um desperdício de tempo e dinheiro. Coloca eles pra trabalhar e devolver alguma coisa pra sociedade, ou coloca pra estudar e essa pessoa ter oportunidade depois. Porque aí sai e não consegue nada”¹⁰³. Reflexionando sobre essa fala do aluno, chega-se ao altíssimo índice de reincidência criminal no Brasil; ainda que os dados variem e sejam praticamente inconclusos, trabalha-se com o número de aproximadamente 7 em cada 10 pessoas voltando à situação de privação de liberdade depois de terem cumprido pena anteriormente.

Assim, foi tratada parte da discussão teórica de Michel Foucault¹⁰⁴, abordando os conceitos de produção e reprodução da delinquência; durante a passagem pela detenção a “ressocialização” almejada é falha e o *status* de criminoso e desviante apenas se agrava dentro das detenções. Dessa forma, a instituição atua na perpetuação da criminalidade, onde o sistema se alimenta novamente de seus próprios egressos. Em todos os dias o seguinte questionamento foi feito às turmas: ao descrevermos um ambiente cercado por muros altos, portas e grades de ferro, composto por pessoas uniformizadas e organizadas em fileiras, tendo o horário de obrigações, refeições e intervalo regidos por um sinal e o constante controle de outras pessoas, estaríamos pensando em uma prisão ou uma escola? Sob esse prisma foram tratados os conceitos de Foucault acerca das instituições disciplinares (o manicômio, a fábrica, a escola e a cadeia) e seu modo similar de funcionamento, organização e mesmo arquitetônico.

¹⁰² Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=Iq0v9SxsoZo>> Acesso em 09/08/2019.

¹⁰³ Caderno de anotações, acervo desta pesquisa: 2019.

¹⁰⁴ FOUCAULT, Michel. Vigiar e Punir: nascimento da prisão; 42^a ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

Também foi problematizada a postura adotada pelo Estado em priorizar essas duas modalidades, tendo em vista que essa perspectiva considera que “ressocializar” se restringe apenas ações laborais de caráter produtivo, características de uma lógica capitalista de funcionamento da sociedade. Sob o prisma da humanização, um amplo leque de atividades deve ser oferecido, afluindo outras facetas nos detentos e detentas para além do aspecto estritamente trabalhista. Assim, foram apresentados alguns projetos alternativos de ressocialização, como as Oficinas de teatro e instrumentalização realizadas na Penitenciária de Guarulhos Adriano Marrey¹⁰⁵ ou o projeto Ponto Firme¹⁰⁶, que ensinou o ofício do crochê aos detentos da mesma Unidade Prisional e levou as roupas manufaturadas para desfiles da São Paulo Fashion Week, um dos principais eventos de moda do Brasil ocorrido anualmente na cidade de São Paulo.

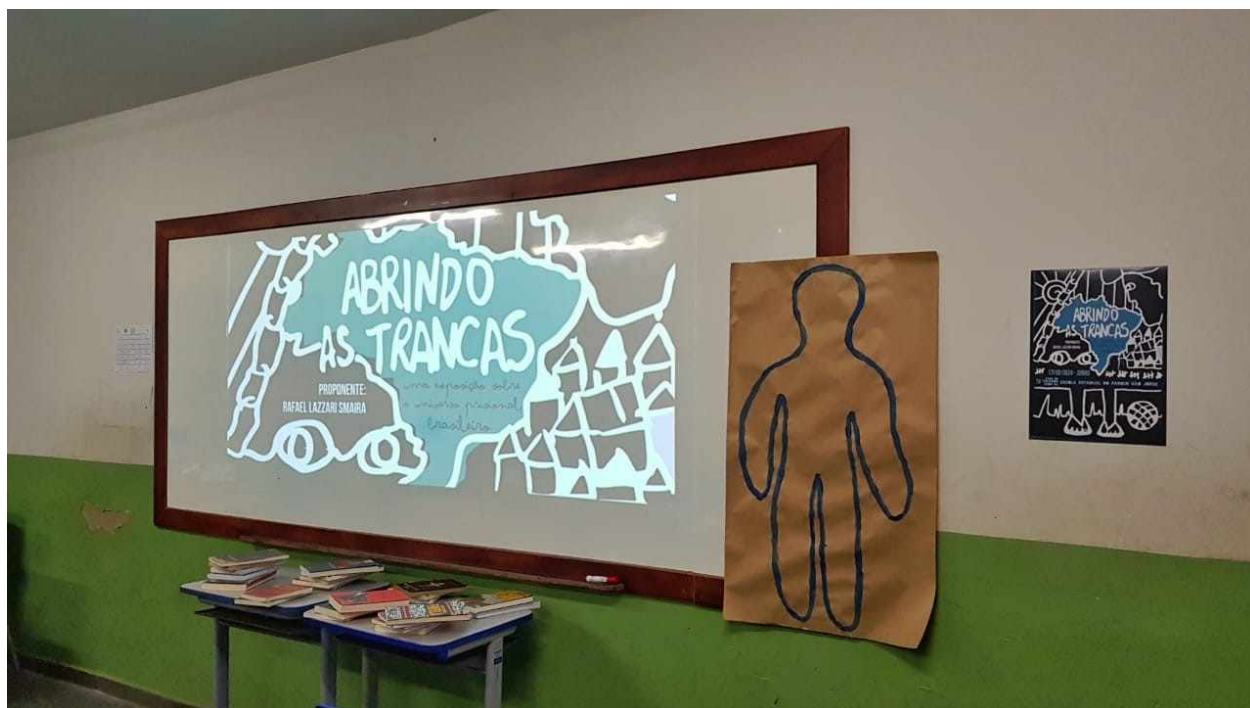
4.3 OS CORPOS EM FOCO

A atividade prática desenvolvida na exposição se deteve ao campo da representação visual: em cada dia de realização foi colocada junto à lousa uma silhueta de um corpo sem gênero, cor, idade ou alguma colocação social específica (policial, criminoso ou cidadão). A proposta foi de que os e as participantes e o proponente construíssem uma anotação conjunta da aula dentro desse corpo trazendo pensamentos, reflexões e posições através de palavras, frases e até mesmo desenhos, estando a forma de expressão livre conforme a aspiração de cada aluno ou aluna. Assim, enquanto eram trabalhadas as cinco esferas e aconteciam as discussões, os discentes se levantavam de suas carteiras para anotar seus entendimentos naquele corpo. Segue abaixo uma foto exemplificando a disposição desse exercício:

Fotografia 4: Montagem da exposição semelhante em cada sala

¹⁰⁵ Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=CQnar3MZNsI>> Acesso em 09/08/2019.

¹⁰⁶ Disponível em <https://www.vice.com/pt_br/article/d354bw/sao-paulo-fashion-week-prisao-moda-adriano-marrey-desfile-croche> Acesso em 09/08/2019.



Fonte: Arquivo pessoal, 2019.

A inspiração teórica e metodológica para essa atividade surgiu a partir dos Mapas Corporais Narrados, uma forma visual de auto representação e caracterização através de um trabalho de caráter artístico e manual. O Mapa Corporal Narrado é um desenho que o autor faz de si mesmo com elementos que remontam a sua história, colocando em pauta suas afetividades, sentimentos e os acontecimentos importantes de sua trajetória de vida. Cada elemento colocado em um Mapa deve ser considerado enquanto uma chave de interpretação das memórias, ordenando em passado, presente e uma projeção de futuro sobre as vivências e sensibilidades desse sujeito que constrói seu Mapa.

Em primeira instância, a metodologia de análise foi desenvolvida e aplicada em pessoas portadoras de HIV na África do Sul em 2002, com o objetivo de ajudar no tratamento desses pacientes no campo do psicológico facilitando a assimilação do que estava sendo vivido. Ademais, foi utilizada com pessoas imigrantes em situação de trabalho ilegal no Canadá também como recurso terapêutico. No entendimento das pesquisas que desenvolveram essa metodologia o processo de revisitar as memórias, ordená-las em um passado tomando conhecimento de como se constituiu o quadro presente e assim uma ordenar uma expectativa para o futuro é um exercício que corrobora para a saúde mental dos grupos em tratamento¹⁰⁷.

¹⁰⁷ GASTALDO, Denise. MAGALHÃES, Lilian. CARRASCO, Christine. Mapas Corporais Narrados: um método para documentar trajetórias de saúde, resiliência, adoecimento e sofrimento. In: As práticas corporais no campo da saúde. Orgs.: FRAGA, Alex. CARVALHO, Yara. GOMES, Ivan. São Paulo: Hucitec. 2013.

A partir dessas experiências, as pesquisadoras Denise Gastaldo, Lilian Magalhães, Christine Carrasco e Charity Davy elaboraram um manual de construção dos Mapas Corporais Narrados¹⁰⁸, elaborando uma ferramenta de pesquisa valiosa para investigação de histórias de sujeitos particulares e também dessas vivências que se atrelam a contextos mais amplos, abrangendo problemas sociais diversos. Esse aspecto fica manifesto no caso dos imigrantes em situação ilegal no Canadá; ao construírem sua história nos Mapas fica evidente o impacto emocional causado nessas pessoas pela situação de ilegalidade em um país e pela exaustão das formas de trabalho exploratórias a que eram submetidas; assim, atrela-se o percurso individual de um sujeito à um processo social maior.

Essa metodologia de trabalho foi aplicada pelo proponente desse estudo em um ambiente diferente do tratado aqui, mas que se insere no mesmo contexto social: a Unidade de Internação Psiquiátrica do Hospital das Clínicas da Universidade Federal de Uberlândia. A atividade foi desenvolvida junto à duas colegas de turma sob orientação da professora Maria Andréa Angelotti Carmo na disciplina de Estágio Supervisionado 5. Dentre os Mapas construídos com os e as pacientes do Hospital, destacam-se os Mapas Corporais Narrados¹⁰⁹ de A. e H., iniciais dos respectivos nomes.

Primeiro, a auto representação de A. trouxe elementos significativos; ele iniciou por um corpo obeso e estampando um sorriso no rosto, pois se dizia feliz no presente. O segundo elemento desenhado foi seu pênis, sendo a sexualidade um tema constante durante sua representação. Remetendo-se ao passado, A. desenhou seu cérebro dizendo que ali começava sua história, ainda na barriga de sua mãe que era usuária de drogas psicotrópicas, razão pela qual disse ter seus sofrimentos psíquicos. Ao elencar boas memórias de seu passado, A. trouxe histórias de seu pai e sua mãe: contou sobre as refeições fartas nos finais de semana e sobre passeios nas feiras de rua de Uberlândia. Um episódio em específico foi mencionado como o mais marcante: quando seu pai descobriu que A. estaria fazendo uso de drogas aos dezesseis anos e tentou agredi-lo, sua mãe o impediu com um espeto de churrasco. A partir dessas histórias narradas e suas representações desenhadas, evidencia-se um contexto de violência em que cresceu o sujeito.

O elemento do uso de substâncias químicas foi uma constante durante sua exposição; além do consumo, A. revelou ter sido preso entre os anos de 2001 e 2003 no Presídio Professor Jacy de Assis por tráfico de drogas. Ainda, trouxe para seu Mapa os apelidos que lhe foram

¹⁰⁸ Disponível em <<http://www.migrationhealth.ca/undocumented-workers-ontario/body-mapping>>. Acesso em 04/10/2019.

¹⁰⁹ Os Mapas Corporais Narrados podem ser encontrados nos Anexos desse trabalho.

atribuídos durante a vida no contexto criminal: Faustão da Maconha, Suíno, Tibanha, Leitão, Surubino e Puta Gorda. Os apelidos se diferem em duas tônica: uma primeira com direcionamento voltado para o *mundo do crime* e um possível tratamento de respeito, que abarca os quatro primeiros apelidos. Já sobre a segunda tônica dos dois últimos apelidos pode ser inferida a hipótese de que se tratava da esfera sexual de sua vida, a partir de tratamentos pejorativos em suas relações e de possíveis abusos. Ainda nesse tópico, A. disse não ter relações sexuais com sua esposa há muitos anos, relacionando-se somente com prostitutas; toda a construção de sua história, a partir de um contexto violento, mostra também uma sexualidade edificada de forma conturbada.

O presente de A. foi descrito a partir de um sentimento de felicidade por estar internado, ainda que ele denominasse o quarto do Hospital como “cela”; segundo ele, a rua seria um lugar violento “onde as pessoas se matavam por causa de um real”¹¹⁰. Ainda, mencionou ficar muito feliz quando era visitado pela esposa na internação. Como perspectiva de futuro A. disse querer “salvar as crianças da terra sem nenhuma gota de sangue”¹¹¹ e adotar muitas crianças para viver em uma grande fazenda; a família foi um elemento constante de suas falas. Ao final da atividade, A. foi questionado pelo proponente desse estudo sobre o motivo de não colocar o período de detenção em seu Mapa, e assim apontou: “esse tempo foi um pesadelo, é muito triste pra entrar aqui no desenho”¹¹². Sua história é relevante por suscitar questões referentes ao processo supostamente ressocializador: ainda que tenha cumprido sua pena e ganhado a liberdade, A. continuou em situação de marginalidade e vulnerabilidade social; assim, o indivíduo atinge outro nível de isolamento da sociedade, dessa vez em outra instituição de caráter também disciplinar.

O segundo Mapa a ser tratado é do paciente H. de 23 anos de idade, também valioso a esse estudo; quando lhe foi proposto que contasse sua história através do Mapa Corporal Narrado, H. pediu para ser chamado de Chorky, apelido de batismo no Primeiro Comando da Capital. Contando um pouco sobre seu passado, o interno disse ter começado a usar drogas aos quatorze anos de idade, ingressando também no *mundo do crime* com pequenos assaltos e no tráfico. Assim, Chorky escolheu narrar o episódio específico que o levou à detenção no Presídio Professor Jacy de Assis algumas semanas antes e posteriormente à internação no Hospital das Clínicas.

¹¹⁰ Acervo desta pesquisa, 2019.

¹¹¹ *Idem.*

¹¹² *Idem.*

A história contada pelo paciente sobre seu passado recente começa pouco antes de sua prisão; por ter quebrado a televisão de sua sogra quando estava com sua namorada J., Chorky decidiu pegar uma arma emprestada de um conhecido em seu bairro Shopping Park para realizar um assalto e reaver a televisão danificada. Então, rouba uma caminhonete e durante a perseguição policial sofre um acidente, capotando o veículo. Segundo o paciente, a polícia o teria coagido a dizer onde conseguira a arma; por ter revelado a fonte, Chorky foi detido e taxado dentro do Presídio enquanto *cagueta*¹¹³, uma infração imperdoável sob a ética do crime, sendo jurado de morte. É nesse momento que ele tentou suicídio no interior da detenção e foi levado para internação no Hospital das Clínicas.

Ao tratar do presente, disse ser uma pessoa muito triste e representando essa temporalidade o paciente fez uso de uma metalinguagem ao se desenhar fazendo seu Mapa Corporal na Unidade de internação. Ainda, representou sua expectativa de futuro estando livre junto de sua família: sua mãe E. e sua namorada J.

É necessário mencionar que nas Oficinas Terapêuticas anteriores, o paciente desenhou diversos símbolos da organização pelo espaço dos leitos da Saúde Mental nas paredes e em cartazes, tais como o ying-yang, o número 1533 e o lema do grupo (paz, justiça, liberdade e igualdade), evidenciando forte obsessão com as simbologias e a expressão de sua identidade enquanto pertencente a um grupo específico; esse aspecto da ideologia por trás da facção foi tratado no primeiro capítulo desse estudo.

Dessa forma, essa história particular evidencia na prática a discussão tecida acerca do papel exercido pela organização criminosa na produção e reprodução da delinquência: antes, um jovem que cometia pequenos delitos foi recrutado enquanto soldado do crime, e agora atingia um nível de subjugação ainda mais drástico estando às margens das leis do Estado e também do crime. H. permanecia com assistência da família na internação, coletando *bitucas*¹¹⁴ do chão para improvisar um cigarro, perambulava com panos amarrados às canelas para evitar ferimentos de escara das algemas, sendo sempre vigiado por um agente penitenciário.

Diante dessas considerações acerca da metodologia original, a premissa dos Mapas Corporais Narrados – uma representação corporal carregada de significações – foi emprestada e remodelada conforme as circunstâncias de sua aplicação nessa atividade, com tema e grupo de demandas específicas; dessa forma, opta-se aqui por chamar as silhuetas – plataformas do exercício – de Corpos, dissociando-se da metodologia dos Mapas Corporais Narrados.

¹¹³ Gíria utilizado para pessoas que delatam e entregam outros criminosos.

¹¹⁴ Sobra de cigarro.

Esses Corpos foram caracterizados conforme os elementos estavam sendo constituídos na trajetória das cinco esferas do conteúdo, divididas em passado, presente e futuro. É necessário dizer que o planejamento inicial do bloco de aulas “Abrindo as Trancas” previa uma expressão individual para cada aluno ou aluna em um Corpo, pois a oficina seria para somente uma turma reduzida com cerca de 30 estudantes a ser realizada em um dia. Entretanto, como a atividade foi expandida para todas as salas de Terceiro Ano do Ensino Médio (104 participantes em quatro dias), alguns dias antes da realização houve a necessidade de adaptação para garantir o cumprimento do exercício prático, também auxiliando no exame posterior dessa produção neste trabalho.

Cada turma trabalhou com uma silhueta de forma coletiva ao invés de aplicações individuais, ilustrando os pensamentos a partir do conteúdo exposto e dos debates ocorridos. Como mencionado anteriormente, o exercício adquiriu caráter de anotação conjunta da aula, tecendo um sentido entre as expressões que apareceram conforme as cinco esferas eram perpassadas. Assim, ao fazer uma anotação no Corpo, a pessoa deveria expressar oralmente para a turma as motivações daquele pensamento, fazendo a conexão com o assunto discutido. Ainda, é interessante apontar que, apesar de a manifestação ter formato livre, apenas palavras apareceram nos Corpos¹¹⁵, sem a presença de desenhos. Dessa forma, apresenta-se aqui uma tabela com todas as palavras que apareceram em cada Corpo divididas por dia de realização:

Tabela 3 – Palavras escritas no Corpo

3ºD - 17/06	3ºC - 18/06	3ºB - 19/06	3ºA - 24/06
Covardia	Injustiça	Descaso	Imoral
Consequência	Violência gera violência	Desatenção	Violência
Inconstitucional	Vergonha	Impulso	Sistema falho
Opressão	Destruição	Convivência no inferno	Desigualdade
Injustiça	O estado é cego	Nojo	Racismo + abuso de poder
Massacres	Vício	A sociedade é apenas um número no meio do governo	+ presos + lucro
Atrocidade	Contexto histórico	Carência	Precariedade do sistema carcerário
Influência	Cor	Pobres	Destruturção
Racismo	Desigualdade	Falta de humanidade	
Negros	Consciência	Investigação	
Pobres	Garantia de direitos	Taxa de mortalidade	

¹¹⁵ Fotos do resultado final de cada Corpo podem ser encontradas nos Anexos deste trabalho.

Ganância	Conhecimento	Convivência no inferno	
Desumanização	Novas leis	Desrespeito	
Mudança		Sem iniciativa	
Amadurecimento		Humanidade	
Respeito		Projetos	
Educação		Fé	
Consciência		Oportunidades	
Esperança			

Fonte: Arquivo pessoal, 2019.

Diante de todas as palavras que surgiram enquanto resultado do exercício prático serão feitas considerações às mais significativas levando em conta a explicação que as acompanhou durante a atividade. Assim, tangendo a primeira esfera sobre o Massacre do Carandiru, ganham destaque as expressões “Inconstitucional” e “Injustiça”; as duas palavras apareceram quando foi exposto às turmas a conduta violenta adotada pelo Estado no episódio. Ao colocar a primeira palavra a aluna justificou dizendo que seria contra a própria lei brasileira a pena de morte para criminosos, enquanto a segunda foi acompanhada pela fala “O governo não pode punir a pessoa além do que ela já tinha de pena, a cadeia. Ainda mais assim, como foi.”¹¹⁶.

Os próximos termos selecionados são “Consequência”, “Influência” e “Violência gera violência”. Acredita-se que eles surgem diante da noção de continuidade em um processo histórico, fruto dos efeitos do acontecimento de 2 de outubro de 1992: como já foi percorrido no primeiro capítulo, o episódio serve como um dos gatilhos para o surgimento da organização criminosa Primeiro Comando da Capital. Quando indagado, o aluno que escreveu o terceiro termo argumentou que a violência faz um movimento repetitivo e “assim a guerra entre os polícia e os bandido não tem fim, com mais violência”¹¹⁷. Sob esse prisma da violência em formato cíclico elenca-se também a expressão “A sociedade é apenas um número no governo”, colocada no Corpo durante a segunda esfera sobre o *mundo do crime*. Quando foram apresentados os números dos assassinatos no mês de maio de 2006, uma aluna registrou esse pensamento no Corpo e completou, de forma oral, que “a política não leva em consideração as pessoas, somos números”¹¹⁸.

As expressões sobre a terceira esfera “O fluxo das drogas” remetem principalmente às formas discriminação de raça e classe que operam no sistema judicial e carcerário, evidenciadas nos dados e gráficos sobre as prisões por drogas do capítulo anterior. Dessa forma, a participação das turmas trouxe contribuições bastante relevantes, como os apontamentos

¹¹⁶ Caderno de anotações, acervo desta pesquisa: 2019.

¹¹⁷ *Idem*.

¹¹⁸ Caderno de anotações, acervo desta pesquisa: 2019.

“Contexto histórico”, “Racismo” e “Desigualdade”. Ao colocar a primeira expressão em um dos Corpos, o aluno apontou “É importante conhecer a História do Brasil de escravidão pra ver de onde veio esse racismo até hoje”¹¹⁹; diante disso, é valioso salientar a correlação que o aluno fez ao atrelar a questão prisional atual a outros momentos do processo histórico brasileiro, sobretudo às formas escravização da comunidade negra no Brasil.

Sob essa perspectiva, nos quatro dias de realização, termos que se associam ao racismo tiveram uma presença forte, sobressaindo a discussão nessa esfera diante das demais. Ainda, o mesmo aluno cujo mencionou o vídeo de Mano Brown em sua fala, reproduzida na nota de número 101, trouxe a contribuição “+ presos + lucros”, fechando o processo de participação na exposição ao assimilar o conteúdo discutido, relacioná-lo ao material exposto e terminar com a expressão em um dos Corpos; esse ciclo completo foi a intenção maior do que se esperava enquanto postura ativa dos e das participantes durante a exposição.

Constituindo o quadro atual do sistema na quarta esfera evidenciam-se os termos “Convivência no inferno”, “Desumanização” e “Precariedade do sistema carcerário”, que tocam o problema das péssimas condições de cumprimento de pena em decorrência da superlotação nas Unidades Prisionais brasileiras. O aluno que adicionou a primeira expressão disse entender as cadeias como uma forma de punição parecida com o inferno, onde pessoas que erravam eram colocadas para sofrer. Além disso, ao trazer a ideia de desumanização no sistema com a segunda palavra, a participante se pronunciou dizendo que era improvável alguém sair recuperado da cadeia, mas apenas traumatizado pelo castigo recebido; assim sua perspectiva se associa diretamente aos outros dois termos elencados.

Inserindo-se na última esfera sobre as possíveis formas de ressocialização, os termos que ganham destaque são “Novas leis” e “Garantia de direitos”; quando foram adicionados ao Corpo pela mesma turma, a discussão tomava uma direção bastante proveitosa, pensando soluções possíveis para os problemas do sistema carcerário até então levantados. O aluno que adicionou o primeiro termo foi indagado por um colega da turma sobre quais seriam essas novas leis, e assim apontou “Uai, como vimos aí. Tem muita gente presa, tem gente presa sem julgamento. Precisa mudar de alguma forma.”¹²⁰; depois da resposta, uma aluna se levantou para adicionar o segundo termo “Garantia de direitos”, dizendo que novas leis não eram suficientes enquanto o governo não garantisse as já existentes, bem como os direitos de quem já estava preso.

¹¹⁹ *Idem.*

¹²⁰ Caderno de anotações, acervo desta pesquisa: 2019.

Nesse momento de encerramento em cada dia de exposição diversas foram as sugestões dos e das estudantes sobre as possíveis soluções para o sistema carcerário, entretanto poucas apareceram manifestadas nos Corpos. Todavia, acredita-se que as palavras já elencadas e outros termos que surgiram como “fé”, “oportunidades” e “educação”, são evidência do entendimento do coletivo sobre as saídas para essa questão social.

4.4 OS LIVROS NA MÃO

Uma das partes que constituiu o bloco de aulas “Abrindo as Trancas” também foi o contato com a bibliografia utilizada para organizar o conteúdo ali exposto; a forma mais direta de trabalhar com essa bibliografia era, literalmente, ter os livros em mãos. Conforme exibido na foto que abre o tópico anterior sobre os Corpos, todos os livros utilizados foram dispostos na lousa, junto do Corpo e da projeção dos slides. Seguindo a lógica empregada ao longo de todo esse trabalho, a bibliografia foi dividida entre as cinco esferas componentes da aula e convocada conforme os temas eram perpassados. Dessa forma, ao passo que um assunto estava sendo abordado ou alguma pergunta surgia, os livros que se relacionavam eram mostrados, seus autores e autoras apresentados e um breve resumo feito.

O objetivo principal dessa prática foi mostrar de onde estavam sendo tirados todos os dados e o conteúdo da exposição, materializando o conhecimento na mão dos alunos e alunas. Com isso, tencionou-se também aproximar esses e essas estudantes de uma bibliografia interdisciplinar, com produções teóricas das áreas da História, Filosofia, Direito e Ciências Sociais, tanto brasileiras quanto de outros países em versões traduzidas. Ainda, trazer para a escola essa bibliografia de caráter prioritariamente acadêmico foi útil para evidenciar o trabalho científico por detrás do estudo do crime, embasado empiricamente em coletas de dados e estudos sociológicos, que pensam com austeridade as possíveis soluções para esse problema social.

O exercício serviu também como ponto instigante da curiosidade e interesse das turmas na aula; os momentos de apresentação de cada livro foram seguidos por esse mesmo livro rodando pelas carteiras para que fossem explorados; as capas foram observadas, as páginas folheadas e examinadas. Algumas intervenções surgiram dessa prática; em um dos dias uma aluna indagou sobre um filósofo francês que falava sobre as prisões, entretanto não se recordava o nome. Nesse momento, ter o livro de Michel Foucault¹²¹ ali pronto para uso foi favorável ao

¹²¹ FOUCAULT, Michel. Vigiar e Punir: nascimento da prisão. 42ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

engajamento na discussão não só dessa aluna, mas para a sala toda, na medida em que a dúvida foi sanada e o próprio livro já circulava pela sala no mesmo instante. Em outro momento, quando o livro *A Nova Segregação*¹²² de Michelle Alexander era explanado em uma das turmas, uma aluna o associou ao documentário *13ª Emenda* (2016)¹²³, por se aproximarem ao destrinchar as formas de encarceramento em massa aliadas à segregação racial nos Estados Unidos. Segundo apontou a discente, “O documentário é ótimo, a gente vê que não é de hoje esse racismo. Gostei muito.”¹²⁴.

A partir dessa circulação dos cerca de trinta livros expostos, uma lista de interesse também foi passada em cada turma, onde os e as participantes colocaram seus nomes e os livros em que haviam se interessado e, possivelmente, leriam por completo. Esse aspecto foi interessante para reflexionar sobre o que chama mais atenção desse público alvo; de longe, o livro mais requisitado foi o já mencionado aqui *Sobrevivendo no Inferno*, dos Racionais MC's; a produção é chamativa aos discentes não só pela canção relacionada diretamente à temática, *Diário de um detento*, mas por seu conteúdo integral, com músicas consagradas entre as juventudes dos anos 90 até os dias atuais. Os três livros de Drauzio Varella, aqui já citados, tiveram boa parte da atenção das turmas também por se tratarem de reflexões posteriores ao episódio emblemático do Carandiru.

Sob esse prisma da atividade prática, o movimento mostrou-se valioso pois, em grande maioria, os livros e seus escritores e escritoras eram ainda desconhecidos a esse público de jovens de Ensino Médio, proporcionando um contato, ainda que inicial, com a bibliografia dessa área de segurança pública. Dessa forma, acredita-se que estratégias como essa são úteis para chamar a atenção dos discentes, incentivando a participação durante a aula bem como o empenho em aprender sobre um tema cujo não tinham tanto conhecimento.

5. ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Tendo sido construído esse percurso que atravessa as operações de pesquisa, planejamento e execução da exposição “Abrindo as Trancas” torna-se imprescindível que seja feita uma ponderação sobre o processo tecido nesta monografia. Assim, constitui-se aqui um movimento de fechamento levando em conta os limites e avanços da experiência, os efeitos e

¹²² ALEXANDER, Michelle. *A nova segregação: racismo e encarceramento em massa*. São Paulo: Boitempo, 2017.

¹²³ DUVERNAY, Ava. *A 13ª EMENDA*. Documentário sociocultural original. Netflix, 2016.

¹²⁴ Caderno de anotações, acervo desta pesquisa: 2019.

resultados obtidos, bem como as respostas e – muito mais – perguntas suscitadas ao final do trabalho. Há de se começar essa reflexão levando em conta o alicerce inicial do que foi construído: a junção entre pesquisa, ensino e extensão.

Compreende-se que a aliança formada entre as três vertentes que constituem o ensino superior em uma licenciatura foi extremamente colaborativa com o desenvolvimento da atividade por tratar de uma questão possível de ser observada na prática. Ao conhecer o sistema prisional e suas entranhas, o ato da pesquisa teórica foi aprimorado de modo produtivo para sistematizar o que seria lecionado; assim, o trabalho de campo inicial serviu como base de sustentação desse estudo como um todo.

Partindo dessa pesquisa prática e teórica, a mobilização do conteúdo no campo do ensino constituiu parte do ofício de professor em um exercício de filtrar e selecionar saberes, fontes e um determinado material, concatenando em uma ordem de raciocínio; aos moldes da História, a estrutura segue uma linha temporal. Ademais, a inserção da atividade enquanto extensão em um ambiente escolar foi o que trouxe riqueza para o projeto, aproximando a universidade da escola, relação fértil na formação dos e das estudantes de ambas as instituições.

Ainda nessa perspectiva de envolvimento conjunto das atividades que dão estrutura ao ensino superior, trata-se do efeito produzido no sujeito que tece esse estudo. Transitar entre esses três elementos formativos e conhecer seus métodos e estratégias de trabalho mostra-se ao final enquanto um caminho de grande aprendizado profissional, o que contribui de forma abundante no processo de instrução do professor e do pesquisador. Sob esse prisma, ao final de um curso de licenciatura, estima-se que mobilizar os conhecimentos adquiridos ao longo da graduação e trilhar diferentes espaços e funções que abarcam as três modalidades foi de grande valia por proporcionar uma experiência plural em aprendizado, sentidos e sentimentos.

No tocante às questões da exposição propriamente dita, considera-se que o exercício com os Corpos obteve parte do resultado esperado; o objetivo mais abrangente da proposta era engajar os alunos e alunas na participação ativa, os levando a tecer o registro e a compartilhar com a turma o raciocínio que embasou a expressão, incentivando o debate, aspecto esse atingido. Entretanto, seria mais valioso enquanto experiência de absorção dos pontos de vista e entendimentos dos e das jovens público-alvo do bloco de aulas se a atividade tivesse sido aplicada de maneira individual, em que cada discente comporia sua própria anotação, caracterizando o Corpo e construindo uma representação de sua visão sobre o tema. Como foi mencionado, o que tolheu essa possibilidade foi a expansão do número de turmas participantes – seria inviável para esse estudo trabalhar com essa quantidade de material, tendo que ser deixada a intenção inicial em prol de levar a exposição “Abrindo as Trancas” para mais pessoas.

Porém, o exercício ainda se mostrou bastante benéfico ao processo tencionado para a aula. Logo que as primeiras palavras eram adicionadas aos Corpos, os e as discentes compreendiam a dinâmica de expressão seguida da explicação para a turma e nos momentos subsequentes as palavras serviram como disparadoras dessa participação ativa tão almejada através de questionamentos, contraposições e acordos entre as turmas participantes. Ainda, quando analisados qualitativamente, os Corpos e as palavras que os preenchem deixam evidente a apreensão da aula e a compreensão sobre o tema por parte dos discentes, atingindo os objetivos de gerar interação e de registro das reflexões durante a aula.

Ao que tange o recurso didático de levar os livros até a sala de aula, a avaliação também é bastante positiva; apresentar de forma material esse cabedal teórico pode superar seus usos momentâneos de dinamizar a aula e incentivar a curiosidade das turmas participantes. Ao final do estudo, entende-se que a prática se mostra frutífera na medida em que, do total de cento e quatro participantes, trinta e oito alunos e alunas manifestaram interesse em diversos livros apresentados¹²⁵. Dessa forma, os efeitos produzidos pelo trabalho ainda podem ser ampliados com o engajamento futuro desses e dessas jovens em aprofundarem o conhecimento no tema e ampliarem seus hábitos de leitura.

Ainda sobre a importância do incentivo à leitura enquanto forma de construção de conhecimento e formação social, posteriormente ao processo aqui tecido foi promovida uma campanha de doação de livros pelo proponente junto à uma integrante da Pastoral Carcerária. Foram doados, até o momento de escrita desse trabalho, 532 livros para a biblioteca do Presídio Professor Jacy de Assis, que contava com cerca de 180 exemplares. Todo esse arsenal de literatura integrará o projeto de remissão de pena pela leitura, que abrange atualmente 76 pessoas na Unidade Prisional. A ideia da ação vem de uma conversa com detentas no bloco feminino que manifestaram grande interesse na leitura, seja para remição ou somente pelo hábito, e se queixavam do péssimo estado de conservação dos livros e da pouca variedade dos exemplares. Assim, os 532 livros de literatura nacional e estrangeira, religião e autoajuda foram coletados durante o mês outubro e novembro, sendo destinados à Unidade Prisional. Acredita-se que materializar as intenções de ajuda em um ambiente crítico como aquele é fundamental; ainda que as visitas da Pastoral Carcerária sejam de grande alívio para os que ali vivem, são passageiras. Assim, ampliar o material da biblioteca é uma forma de permanência da assistência social prestada no interior da detenção e de ocupação dos elementos da sociedade dentro da instituição.

¹²⁵ Caderno de anotações, acervo desta pesquisa: 2019.

Em sentido oposto ao cenário repleto de adversidades e problemas constatados no sistema prisional, o fechamento da exposição “Abrindo as Trancas” orientou o olhar para os recursos e soluções que os alunos e as alunas idealizavam para o sistema penitenciário brasileiro. Nos quatro dias de realização algumas ideias surgiram, porém a constante se deu também no âmbito do trabalho como forma de ressocializar: dentro do cárcere, as pessoas presas deveriam passar por cursos profissionalizantes, bem como concluírem o Ensino Básico, a fim de favorecer a busca por um emprego no momento em que saíssem da prisão. Ainda, em uma das turmas alguns discentes sugeriram a criação de um sistema de cadastro dessas pessoas que terminam de cumprir pena para receberem auxílio na logística de contratação, onde o Estado faria a mediação entre a pessoa e uma empresa privada ou até contrataria esses egressos para atuarem em repartições ou ofícios públicos, como em obras de manutenção pela cidade ou em serviços administrativos e burocráticos.

As soluções de caráter imaterial mencionadas pelas turmas encaixam-se sob o prisma da humanização – tencionado também nas atividades da Pastoral. Em todas as discussões o que se colocou enquanto necessidade urgente de reformulação no sistema prisional foi o tratamento recebido por seus detentos e detentas, sobretudo os de condenações mais leves. Em uma das turmas um aluno defendeu a ampliação da inserção dos profissionais de Psicologia em uma Unidade Prisional, pois este compreendia que as pessoas detidas deveriam passar por um tratamento e não uma punição. Assim, expressou um apontamento de posição emblemática: “Não é tratar como bicho, trancando e batendo, que recupera esse bandido. Não é passar a mão na cabeça, mas precisa de amor, educação e oportunidade. Eu sou religioso e a gente aprende a conversar e perdoar”¹²⁶.

Sob essa perspectiva de idealizar saídas para esse problema social é que se concluiu cada dia de atividade com um discurso semelhante ao do final do primeiro capítulo desse estudo: antes de mais nada, para um processo pleno de ressocialização é indissociável a participação e preenchimento da sociedade dentro das prisões, levando seus elementos de contribuição para a vida das pessoas que ali habitam. Nessa medida, é imprescindível que se discuta com objetividade e seriedade a questão da segurança pública com jovens estudantes em formação, tendo em vista que na sociedade brasileira quase todo sujeito se relaciona com a violência de alguma forma, direta ou indiretamente. Assim, a possibilidade de afinar a compreensão sobre o quadro da segurança pública brasileiro se alinhando ao exercício da cidadania desses jovens é o que fundamenta esse trabalho. Dessa forma, investigar o tema

¹²⁶ Caderno de anotações, acervo desta pesquisa: 2019.

visando a apropriação do meio prisional pela sociedade levando ações transformadoras do espaço e suas pessoas é o que se concebe enquanto “abrir as trancas”.

ANEXOS

1- SLIDES ABRINDO AS TRANCAS



Ⓜ Massacre do Carandiru



A conjuntura do sistema carcerário de São Paulo

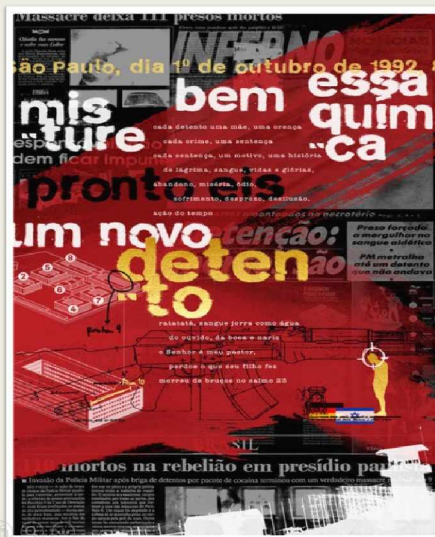
- Em **1976**, o sistema penitenciário de São Paulo abrigava cerca de **17.000** detentos; nos dez anos seguintes, esse número subiu para **24.000**; entretanto, manteve-se o número de estabelecimentos prisionais.
- Com uma taxa de superlotação de **40%**, no final da **década de 80** o governo do estado promove uma expansão do sistema, ampliando o número de **14** para **37** as detenções.
- A Casa de Detenção de São Paulo, popularmente conhecida como **Carandiru**, foi inaugurada em **1920** com

capacidade para **1.200** detentos. Estima-se que foram gastos em sua construção **14 mil contos de réis**. Em **1992**, ano fundamental de sua história, abrigava **9 mil detentos**, totalizando **60%** do sistema paulista.





O fato através dos anos: narrativas e memórias



A organização do crime



As origens e bases da teia

- O **Primeiro Comando da Capital** surgiu em **1993** no bloco Anexo da Casa de Custódia de Taubaté, conhecido como Piranhão. Oito detentos transferidos da cidade de São Paulo formaram o Comando da Capital, consolidando o grupo posteriormente.
- A partir da tentativa de coesão entre a massa carcerária, a organização adota uma série de medidas que regem a vida dentro das Unidades Prisionais sob seu comando. Formando um Estatuto dividido em dezoito itens que ditam um *proceder*, a facção elenca também o episódio ocorrido no Carandiru:

*14 – Temos que permanecer unidos e organizados para evitarmos que ocorra novamente um massacre semelhante ou pior ao ocorrido na Casa de Detenção em 2 de outubro de 1992, onde 111 presos foram covardemente assassinados, massacre este que jamais será esquecido na consciência da sociedade brasileira. Porque nós do **Comando** vamos mudar a prática carcerária desumana, cheia de injustiças, opressão, torturas, massacres nas prisões.*



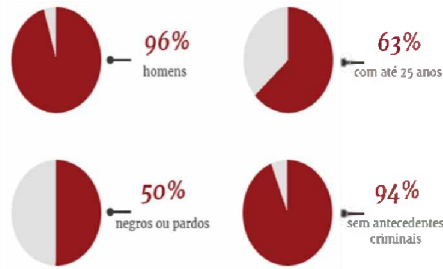
72 ataques e 7 mortos em nova onda de terror em SP

2 civis morreram, 30 ônibus foram destruídos; autoridades trocam acusações

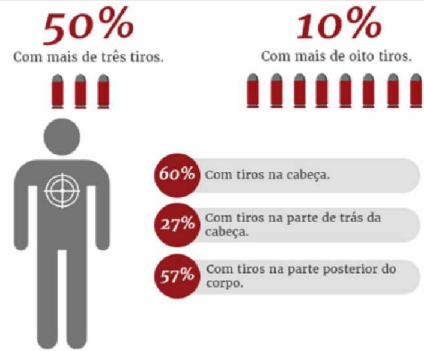
Disputas de poder: facção, Estado e sociedade

- Entre os dias **12 e 21 de maio de 2006**, **505 pessoas** foram assassinadas pela Polícia Militar e **59 agentes** de segurança pela facção. O mote do episódio se deu na decisão da gestão estadual pela transferência de **765** membros do **PCC** para a penitenciária de segurança máxima na cidade de Presidente Venceslau, com o objetivo de desarticular futuras rebeliões.

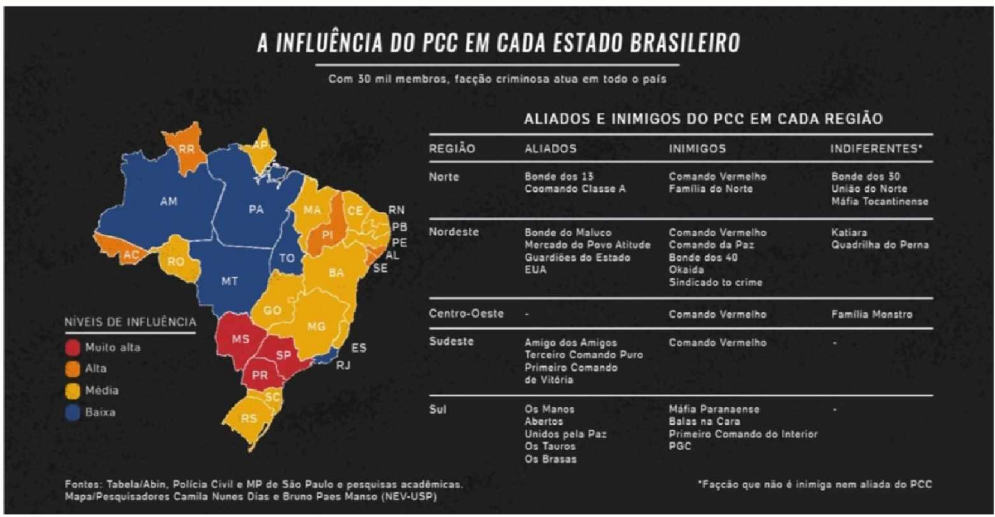
Perfil das vítimas



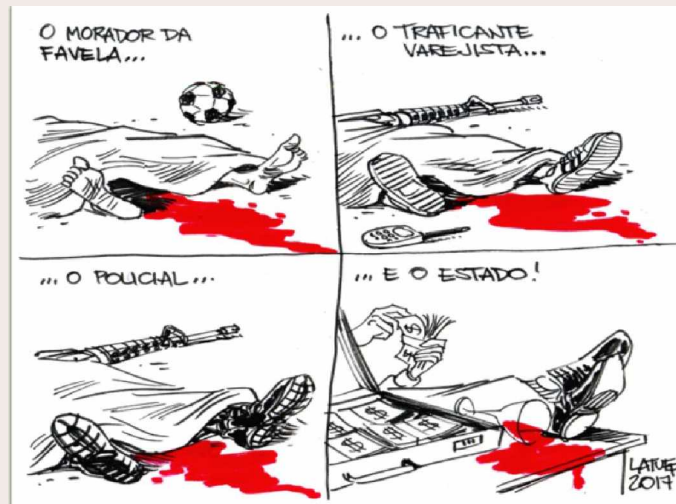
Execuções



Expansão Organizada

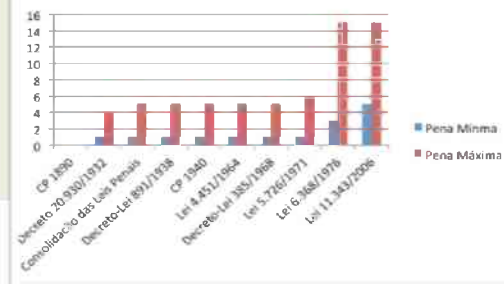
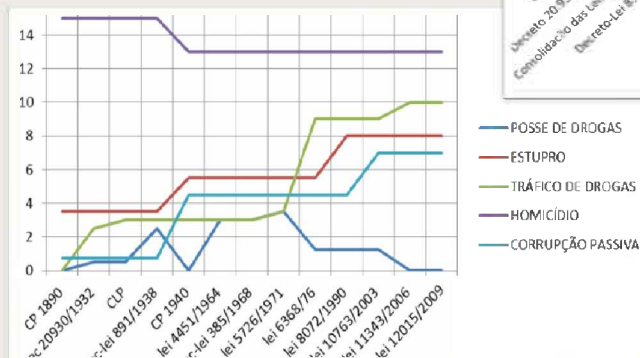


O fluxo das Drogas



Definições, legislação e controle

- A lei 11.343 de 2006 está em vigência; popularmente conhecida como Lei de Drogas, assevera a punição por tráfico e consequentemente o encarceramento em massa.



Tráfico

"Art. 33: Importar, exportar, exportar, remeter, preparar, produzir, fabricar, adquirir, vender, expor à venda, oferecer, ter em depósito, transportar, trazer consigo, guardar, prescrever, ministrar, entregar a consumo ou fornecer drogas, ainda que gratuitamente, sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar:

Pena: reclusão de 5 (cinco) a 15 (quinze) anos e pagamento de quinhentos a mil e quinhentos dias-multa." (BRASIL, Lei 11.343/2006)

Consumo

"Art. 28: quem adquirir, guardar, tiver em depósito, transportar ou trazer consigo, para consumo pessoal, drogas sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar será submetido às seguintes penas:

I – advertência sobre os efeitos das drogas;

II – prestação de serviços à comunidade;

III – medida educativa de comparecimento a programa ou curso educativo;" (BRASIL, Lei 11.343/2006)

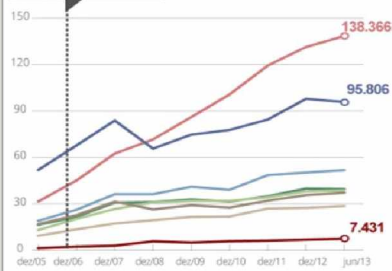


"§ 2º Para determinar se a droga destinava-se a consumo pessoal, o juiz atenderá à natureza e à quantidade da substância apreendida, ao local e às condições em que se desenvolveu a ação, às circunstâncias sociais e pessoais, bem como à conduta e aos antecedentes do agente." (BRASIL, Lei 11.343/2006)

Seletividade Penal

A punição e seus efeitos

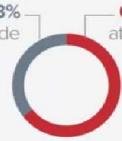
Entrada em vigor da Lei de Drogas - out.2006



	dez.2005	jun.2013
Tráfico Internacional de Entorpecentes	1.360	7.431
Tráfico de Entorpecentes	31.520	138.366
Roubo Qualificado	51.883	95.806
Roubo Simples	19.013	51.817
Furto Simples	16.444	39.579
Furto Qualificado	13.101	38.747
Homicídio Qualificado	16.926	37.214
Homicídio Simples	9.321	28.540

Quantidade de droga apreendida

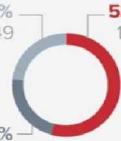
33,83% mais de 100g



62,13% até 100g

Perfil do apreendido

22,91% 30 a 49 anos



53,82% 18 a 24 anos

21,82% 25 a 29 anos

Cor



- Em 2016, estavam condenadas por **tráfico de drogas 176.691 pessoas**, cerca de **28%** da população carcerária total.

BBC BRASIL



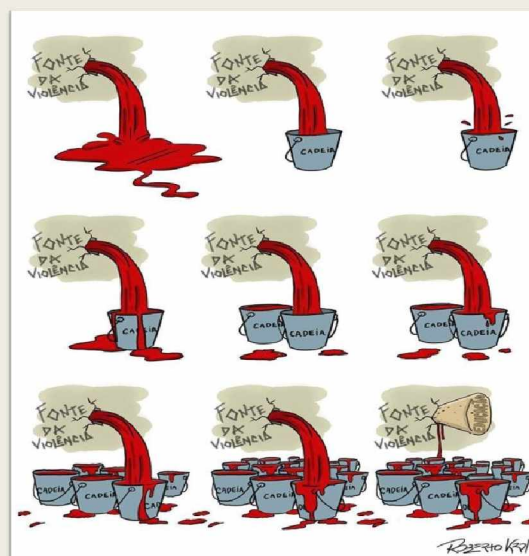
Por dentro do sistema atual



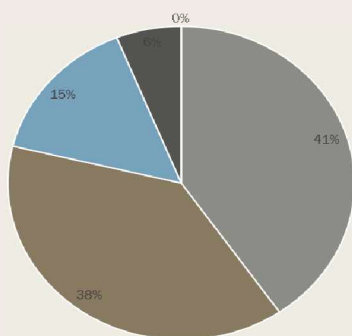
Regimes e tipificações penais

INFOPEN 2016:

- 726.712 pessoas presas
 - 386 mil vagas
- 197,8% de superlotação
 - 3ª maior população
- 352,6 pessoas / 100 mil - 26ª posição

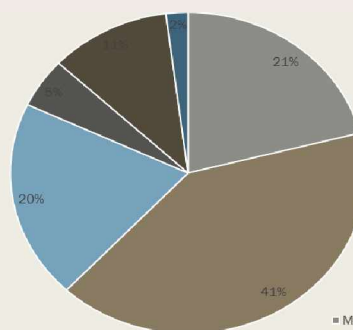


Tipo de regime



- Sem condenação
- Fechado
- Semiaberto
- Aberto
- Medida de segurança

Taxa de lotação



- Menor que 100%
- Entre 101 e 200%
- Entre 201 e 300%
- Entre 301 e 400%
- Maior que 400%
- Sem informação

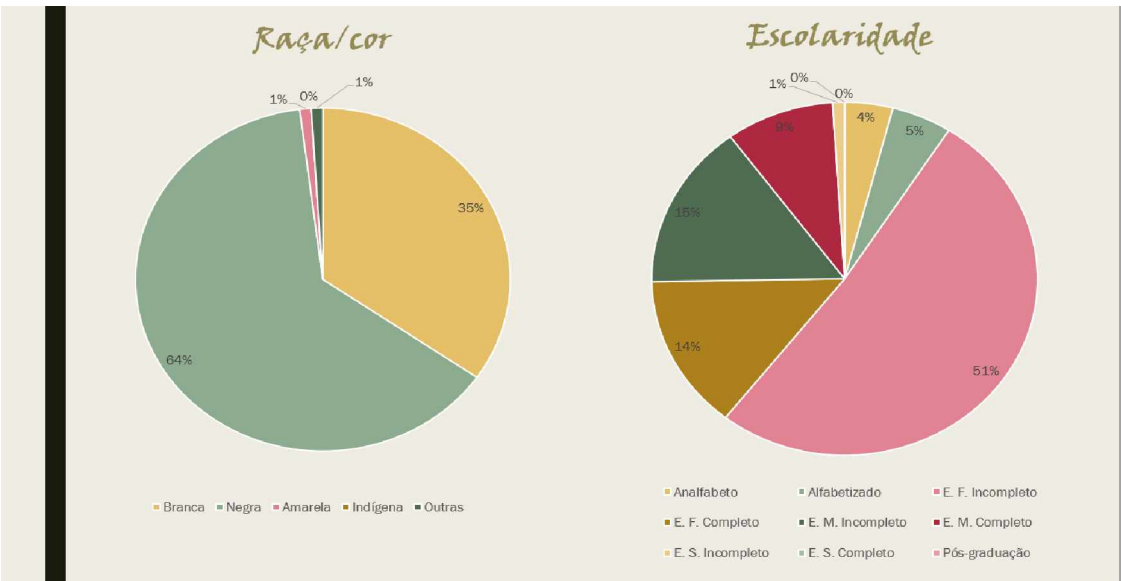
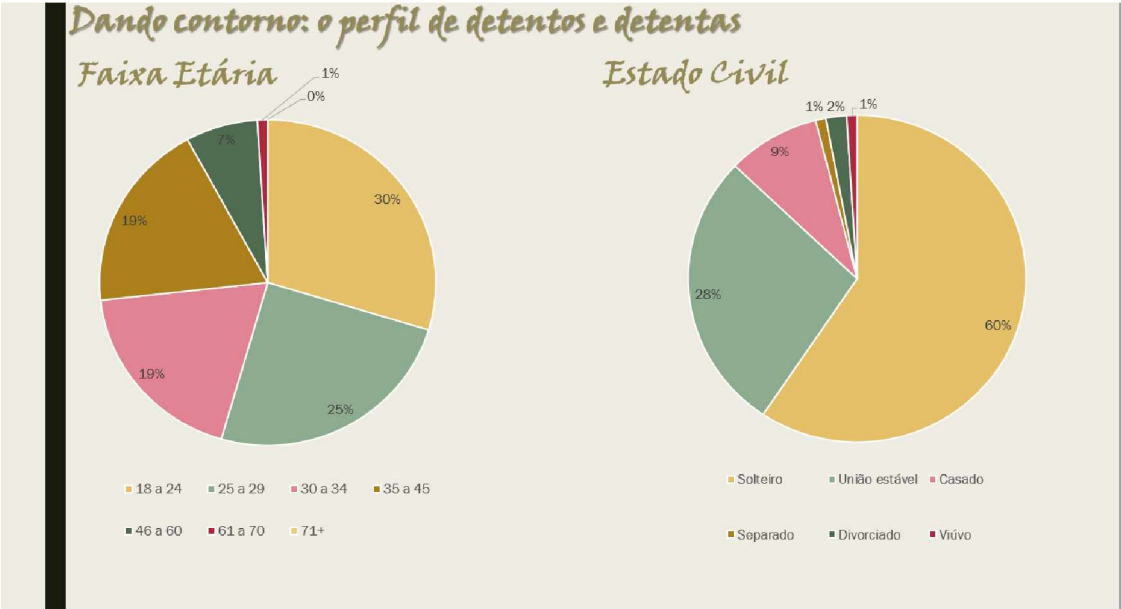
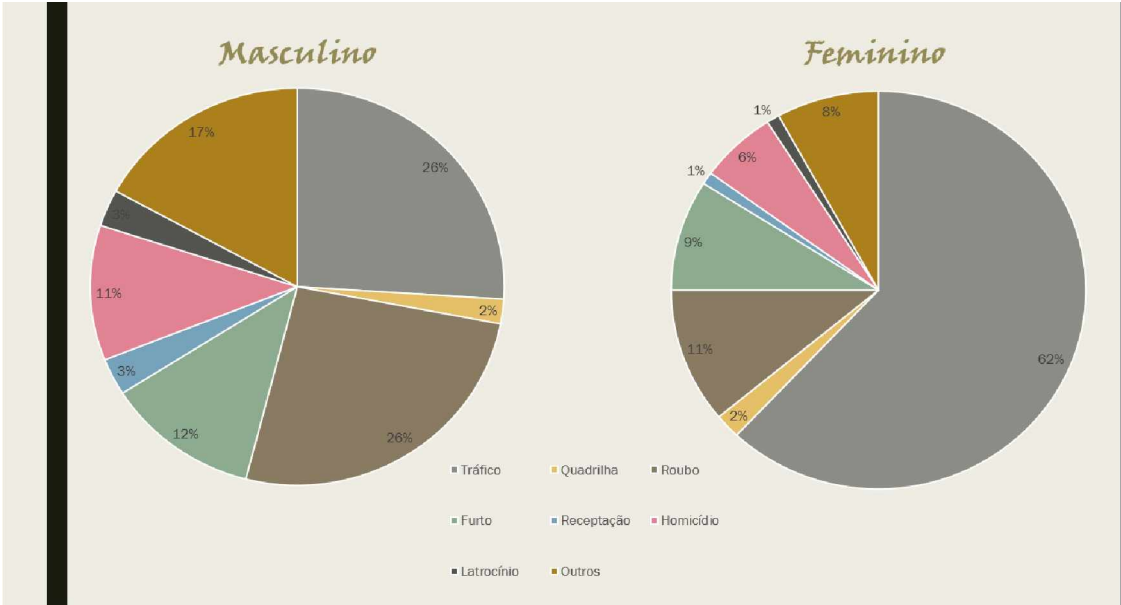
Em **2018**, estavam detidas em **regime provisório** 252.533 pessoas.

DANOS**PERMANENTES**.ORG

OPEN SOCIETY
FOUNDATIONS

Instituto SoudaPaz
A paz na prática

ces.c
Centro de Estudos de
Segurança e Cidadania





Ressocialização



Desafios e possibilidades

- Os detentos e detentas que se envolvem em **atividades educacionais** somam **61.642** pessoas no ensino regular e **12.898** em atividades educacionais complementares. A nível nacional isso representa apenas **12%** do total da população carcerária.
- As operações de **trabalho** abrangem **95.919** pessoas, girando em torno de **15%** da massa carcerária brasileira; destaca-se o estado de Minas Gerais que conta com uma população carcerária de **68.354** divididas em **189** estabelecimentos e empregando **30%** de seus internos. Cerca de **33%** dos internos trabalhando não recebe remuneração, **41%** está abaixo dos $\frac{3}{4}$ do salário mínimo, dos detentos que recebem até um salário mínimo encaixam-se **22%** e entre um e dois salários mínimos apenas **3%**.
- As duas práticas formam a **remissão de pena** para seus participantes: a cada três dias de trabalho ou estudo, um dia da pena é subtraído. Ainda, a participação em projetos educacionais paralelos como a leitura possibilitam a remissão; a cada **livro lido**, com a resenha devidamente apresentada e corrigida pelos educadores, o detento consegue reduzir quatro dias de pena. Diante disso, as diversas modalidades de remissão limitam-se à subtração de, no máximo, 48 dias por ano e qualquer falta grave pode ocasionar na revogação de até $\frac{1}{3}$ do tempo já atingido na remissão.



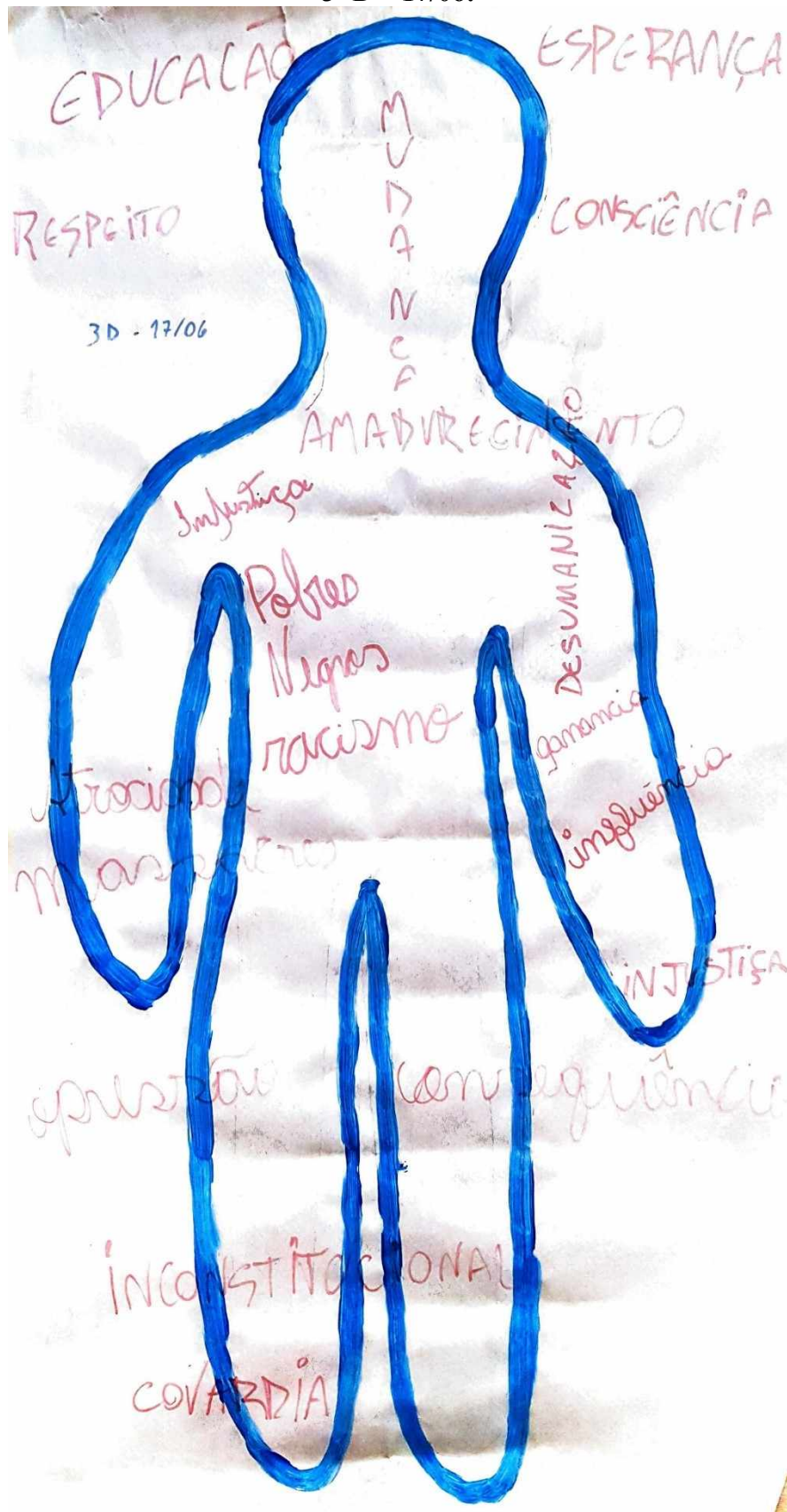
Em 2018, 41 mil pessoas privadas de liberdade prestaram o ENEM



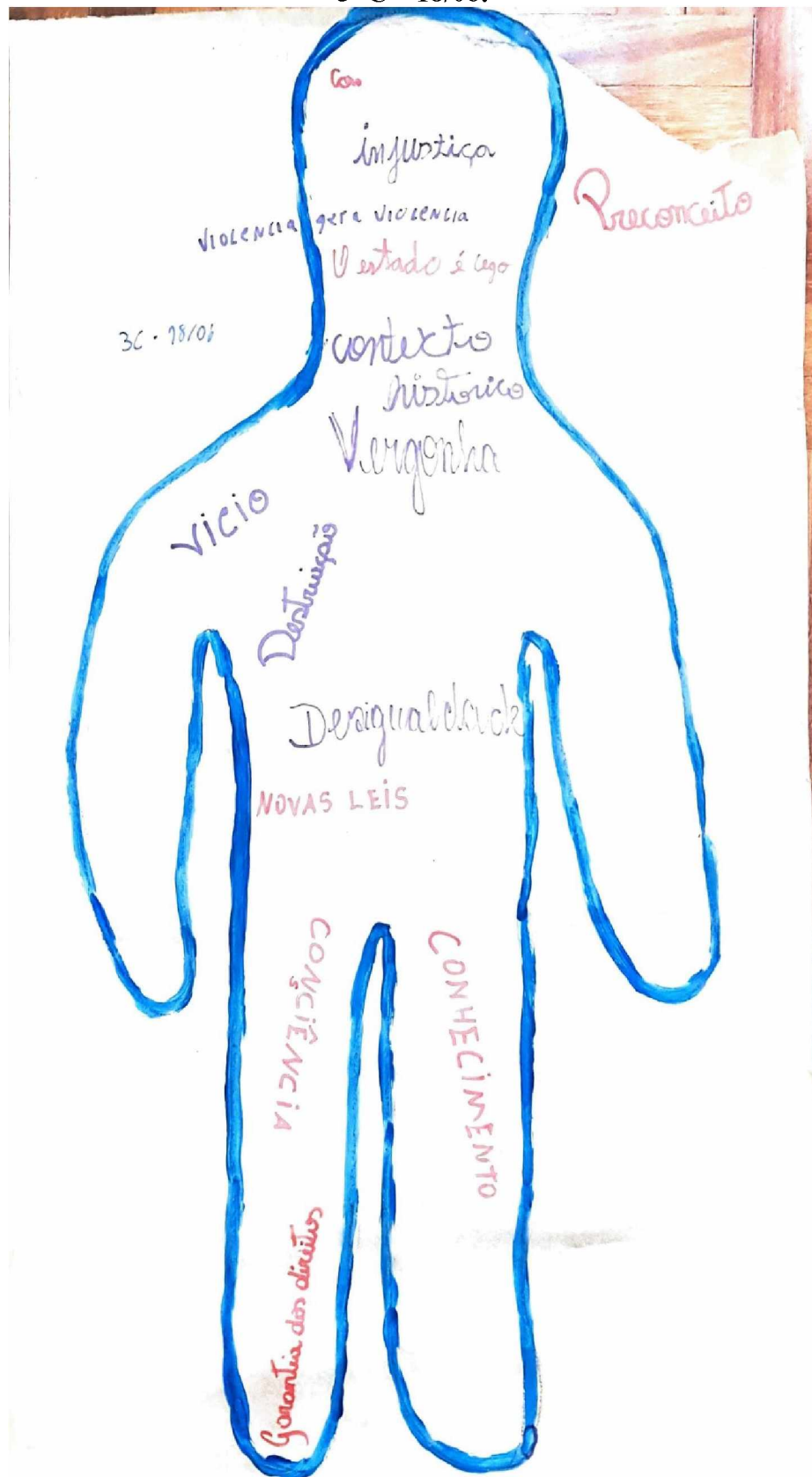


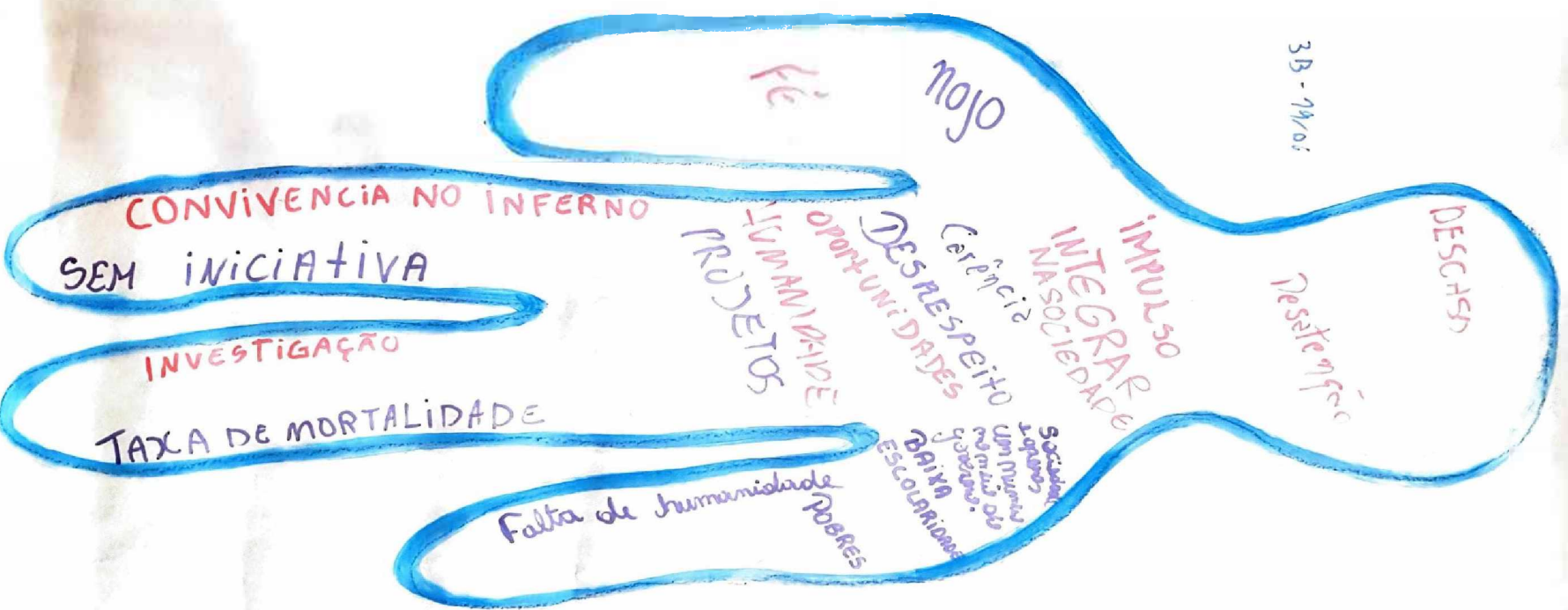
2 – CORPOS

3º D – 17/06:



3º C – 18/06:

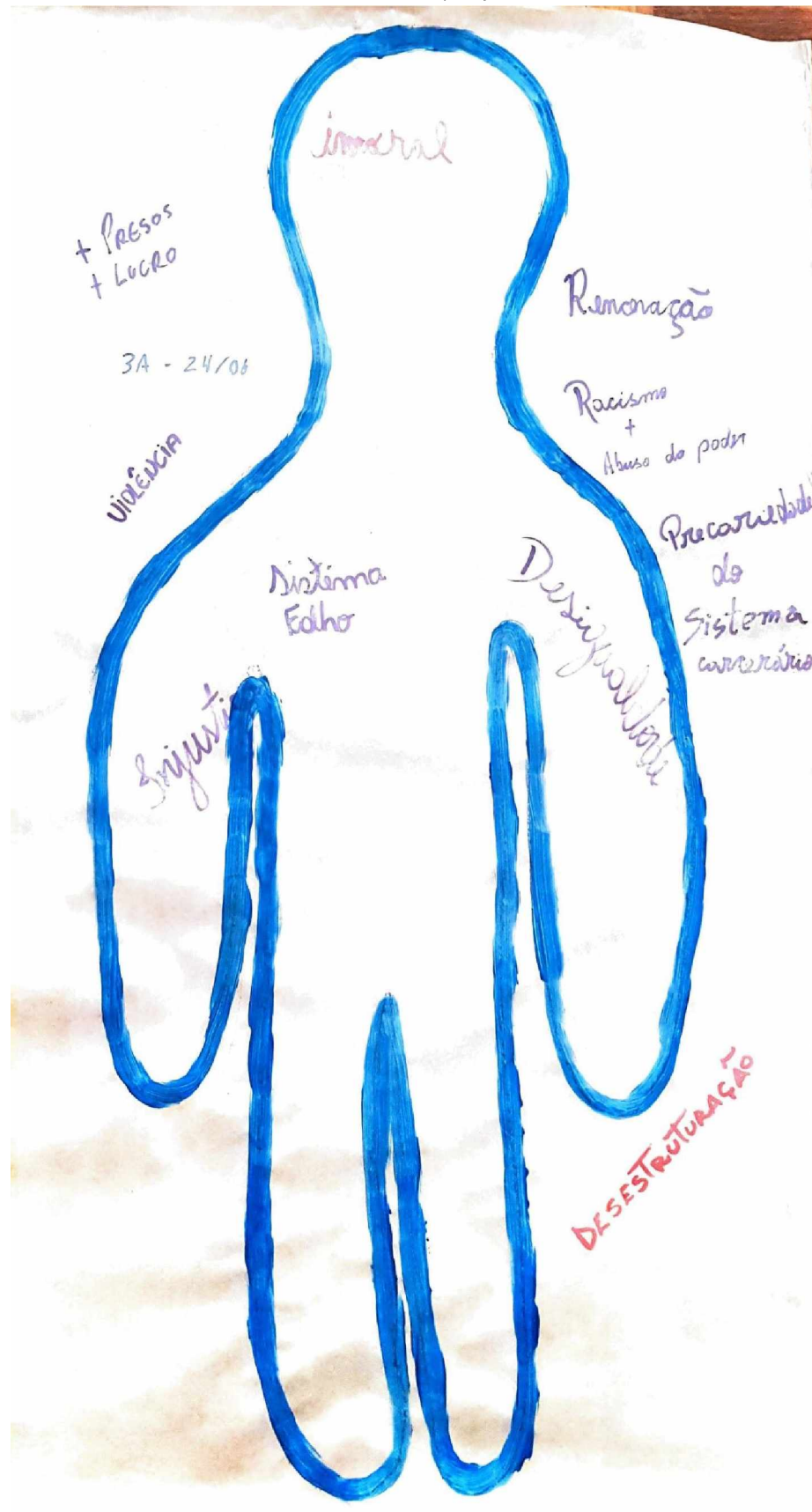




3B - 14/05

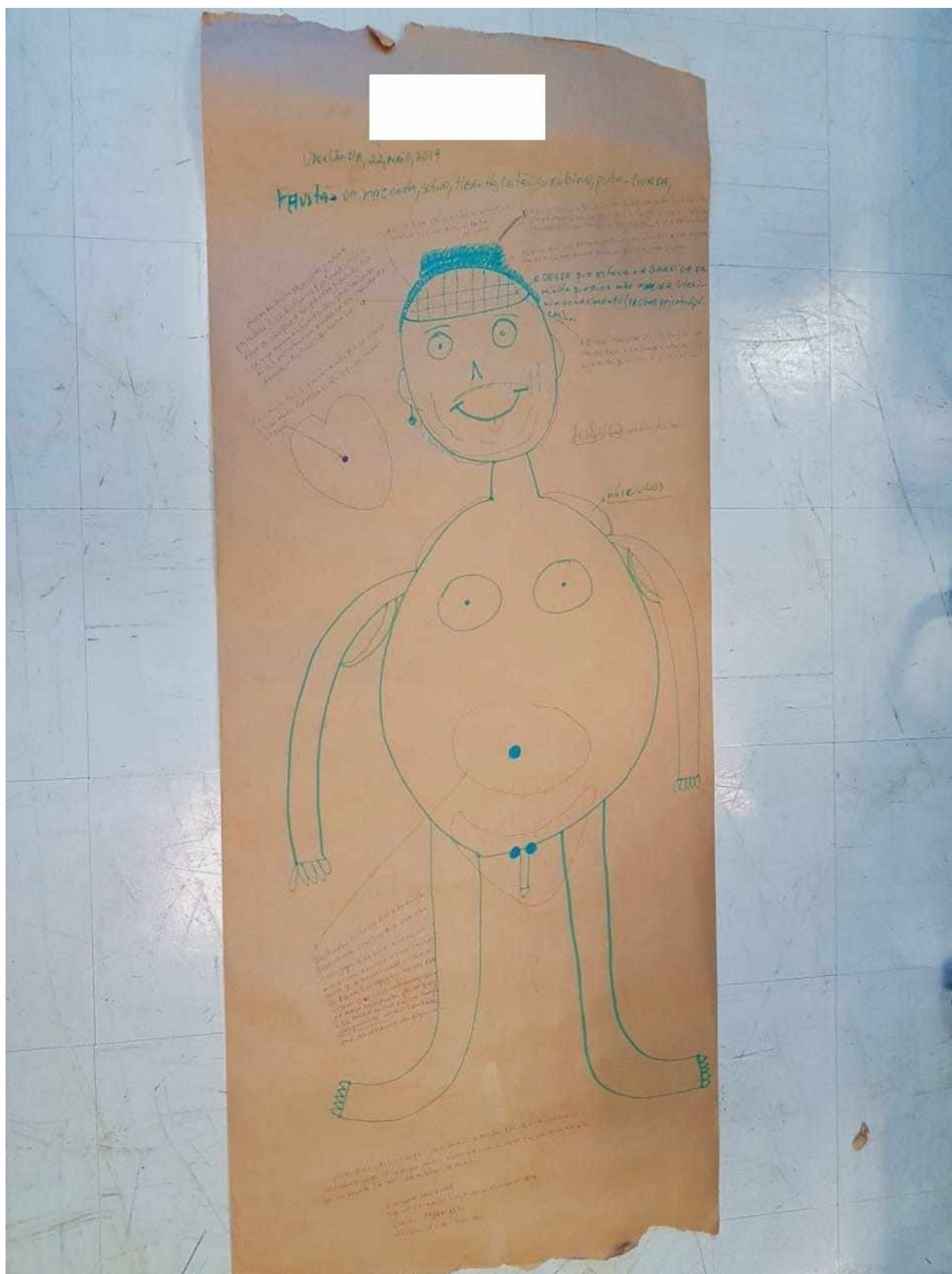
3º B - 19/06:

3º A - 24/06:



3 – MAPAS CORPORAIS NARRADOS¹²⁷

A., 22/04/2019



¹²⁷ Os nomes foram retirados dos Mapas afim de preservar a identidade dos pacientes.

4 – CERTIFICADOS

MINISTRANTE

 Universidade Federal de Uberlândia	
Certificado	
Certificamos que Rafael Lazzari Smaira	
atuou como Ministrante do(a) Palestra, Debatendo o Cárcere na Escola., no(s) dia(s) 17/06/2019 a 24/06/2019, como parte das atividades do(a) Abrindo a tranca - uma exposição dialogada sobre sistema prisional brasileiro, promovido(a) pelo(a) Instituto de História (INHIS) da Universidade Federal de Uberlândia, realizado(a) no período de 19/06/2019 a 30/08/2019, sob a coordenação do(a) Sérgio Paulo Moraes, com carga horária de 40 horas.	
	
Prof. Dr. Helder Eterno da Silveira Pró-Reitor de Extensão e Cultura	Uberlândia (MG), 09 de Outubro de 2019.
Autenticação Eletrônica de Certificados de Extensão: 4465.7859.s8ba.5f0c.8174.52ae.8b76.d552 - em 09/10/2019. Para verificar a autenticidade desse certificado, acesse: www.siax.proex.ufu.br/certificado/validar	

Abrindo as Trancas - uma exposição sobre sistema prisional brasileiro

PROPOSTA

O evento tem como força motriz a crença na necessidade da discussão de assuntos relacionados à segurança pública em diferentes esferas da sociedade civil, sobretudo no que tange o sistema prisional brasileiro; a partir do conceito de ressocialização, mostra-se fundamental ampliar esse tipo de debate na sociedade em que será reinserido o indivíduo detido e afastado. Utilizando como recorte de público-alvo turmas de Ensino Médio de escolas estaduais de Uberlândia, foi promovida uma atividade expositiva e dialogada junto aos alunos e alunas, abrangendo temas que forneçam um panorama geral acerca da legislação penal, das condições de cumprimento de pena nos cárceres brasileiros, da situação atual do mundo do crime e das medidas já executadas assim como as possíveis alternativas na recuperação de indivíduos desviados. Dessa forma foi buscada uma postura ativa dos participantes, onde constantemente foram convocados a exporem seu conhecimento prévio do tema, bagagem e pontos de vista, construindo em conjunto uma compreensão do tema; durante a prática, o aspecto dialógico entre expositor e a turma é prioridade. Sob essa perspectiva, o exercício de conhecer, analisar e discutir o tema em grupo teve como resultado esperado o rompimento com concepções do senso comum acerca da questão, buscando a superação de uma visão puramente punitivista que permeia os discursos e o imaginário da sociedade brasileira de forma geral. Nessa medida, foram pensadas novas possibilidades para lidar com a criminalidade crescente no país – direta ou indiretamente ligado à vida cotidiana dos participantes – a partir das diversas visões de mundo dos alunos e alunas.

OBJETIVO GERAL

Promover junto à comunidade escolar o debate sobre um assunto muitas vezes controverso e pouco esclarecido, valendo-se de pesquisas científicas de áreas diversas das Ciências Humanas como História, Sociologia, Antropologia e o Direito Penal, priorizando uma abordagem interdisciplinar. Ainda, é almejada a conscientização acerca da necessidade urgente de repensar o modelo punitivo de baixa eficiência adotado, frente ao alto índice de reincidência criminal e a crescente taxa de encarceramento no Brasil.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Fornecer um panorama das Unidades Prisionais em operação com base no INFOPEN, relatório produzido pelo Departamento Penitenciário Nacional, levando em consideração principalmente a superlotação do sistema; Expor as condições de cumprimento de pena nas detenções, fator determinante para o objetivo final de ressocialização do indivíduo infrator; Elucidar o perfil e a identidade da população carcerária brasileira, pensando as especificidades de faixa etária, escolaridade, raça/cor, o tipo penal e o tempo de pena; Explanar os principais pilares que sustentam o chamado mundo do crime e como ele apresenta uma relação de retroalimentação com o sistema carcerário; Tendo esse processo construído, refletir sobre as práticas formativas do processo de ressocializar adotadas pelo Estado, alcançando com a turma de participantes novas alternativas para o sistema.

PÚBLICO ALMEJADO

O tópico da segurança pública é questão latente no cotidiano social brasileiro. Sendo diretamente afetados ou indiretamente atingidos pelas discussões na mídia ou nas redes sociais, o recorte de público-alvo para a atividade é de alunos e alunas do Ensino Médio das escolas públicas estaduais do Parque São Jorge e Professor José Ignácio de Sousa. Para além da ocorrência em provas de vestibular e processos seletivos, entende-se que analisar criticamente o tema é de fundamental importância para refinar a compreensão dos discentes, exercendo impacto social direto no processo formativo de sua cidadania.

LOCAL DE EXECUÇÃO

Escola Estadual do Parque São Jorge.

Realização:
Instituto de História

Coordenador:
Prof. Sérgio Paulo Moraes

Pró-Reitor de Extensão e Cultura:
Prof. Dr. Helder Eterno da Silveira

Diretora de Extensão:
Prof.ª Dr.ª Vânia Aparecida Martins Bernardes



Universidade Federal de Uberlândia
Pró-Reitoria de Extensão e Cultura
Diretoria de Extensão / Divisão de Registro e Informação de Extensão
Conforme Estatuto e Regimento Geral Universidade Título IV Capítulo I – Seção IV – Art. 138 § 2º
Data: 12/09/2019 Cadastro SIE/UFU: 19291/19
Responsável: (Cadastro – Emissão – Registro)
Divisão de Registro e Informação de Extensão

PARTICIPANTE

 Universidade Federal de Uberlândia	
Certificado	
Certificamos que Julia Paladino	
participou do(a) Abrindo a tranca - uma exposição dialogada sobre sistema prisional brasileiro promovido(a) pelo(a) Instituto de História (INHIS) da Universidade Federal de Uberlândia, realizado(a) no período de 19/06/2019 a 30/08/2019, sob a coordenação do(a) Sérgio Paulo Moraes, com carga horária de 4 horas.	
	
Prof. Dr. Hélder Eterno da Silveira Pró-Reitor de Extensão e Cultura	Uberlândia (MG), 09 de Outubro de 2019.
Autenticação Eletrônica de Certificados de Extensão: 6f8a.0c80.c9d3.f23a.a573.21a3.c425.9f8c - em 09/10/2019. Para verificar a autenticidade desse certificado, acesse: www.sisex.proexc.ufu.br/certificado/validar	

Abrindo as Trancas - uma exposição sobre sistema prisional brasileiro

PROPOSTA

O evento tem como força motriz a preocupação na necessidade da discussão de assuntos relacionados à segurança pública em diferentes esferas da sociedade civil, sobretudo no que tange o sistema prisional brasileiro, a partir do conceito de ressocialização, mostra-se fundamental ampliar esse tipo de debate na sociedade em que será reinserido o indivíduo detido e afastado. Utilizando como recorte de público-alvo turmas de Ensino Médio de escolas estaduais de Uberlândia, foi promovida uma atividade expositiva e dialogada junto aos alunos e alunas, abrangendo temas que fomentem um panorama geral acerca da legislação penal, das condições de cumprimento de pena nos cárceres brasileiros, da situação atual do mundo do crime e das medidas já executadas assim como as possíveis alternativas na recuperação de indivíduos desviantes. Dessa forma foi buscada uma postura ativa dos participantes, onde constantemente foram convocados a exporem seu conhecimento prévio do tema, bagagem e pontos de vista, construindo em conjunto uma compreensão do tema; durante a prática, o aspecto dialógico entre expositor e a turma é prioridade. Sob essa perspectiva, o exercício de conhecer, analisar e discutir o tema em grupo teve como resultado esperado o rompimento com concepções do senso comum acerca da questão, buscando a superação de uma visão puramente punitivista que permeia os discursos e o imaginário da sociedade brasileira de forma geral. Nessa medida, foram pensadas novas possibilidades para lidar com a criminalidade crescente no país – direta ou indiretamente ligado à vida cotidiana dos participantes – a partir das diversas visões de mundo dos alunos e alunas.

OBJETIVO GERAL

Promover junto à comunidade escolar o debate sobre um assunto muitas vezes controverso e pouco esclarecido, valendo-se de pesquisas científicas de áreas diversas das Ciências Humanas como História, Sociologia, Antropologia e o Direito Penal, priorizando uma abordagem interdisciplinar. Ainda, é almejada a conscientização acerca da necessidade urgente de repensar o modelo punitivo de baixa eficiência adotado, frente ao alto índice de reincidência criminal e a crescente taxa de encarceramento no Brasil.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Fornecer um panorama das Unidades Prisionais em operação com base no INFOPEN, relatório produzido pelo Departamento Penitenciário Nacional, levando em consideração principalmente a superlotação do sistema; Expor as condições de cumprimento de pena nas detenções, fator determinante para o objetivo final de ressocialização do indivíduo infrator; Elucidar o perfil e a identidade da população carcerária brasileira, pensando as especificidades de faixa etária, escolaridade, raça/cor, o tipo penal e o tempo de pena; Explicar os principais pilares que sustentam o chamado mundo do crime e como ele apresenta uma relação de retroalimentação com o sistema carcerário; Tendo esse processo construído, refletir sobre as práticas formativas do processo de ressocializar adotadas pelo Estado, alcançando com a turma de participantes novas alternativas para o sistema.

PÚBLICO ALMEJADO

O tópico da segurança pública é questão latente no cotidiano social brasileiro. Sendo diretamente afetados ou indiretamente atingidos pelas discussões na mídia ou nas redes sociais, o recorte de público-alvo para a atividade é de alunos e alunas do Ensino Médio das escolas públicas estaduais do Parque São Jorge e Professor José Ignácio de Souza. Para além da ocorrência em provas de vestibular e processos seletivos, entende-se que analisar criticamente o tema é de fundamental importância para refinar a compreensão dos discentes, exercendo impacto social direto no processo formativo de sua cidadania.

LOCAL DE EXECUÇÃO

Escola Estadual do Parque São Jorge.

Realização:
Instituto de História

Coordenador:
Prof. Sérgio Paulo Moraes

Pró-Reitor de Extensão e Cultura:
Prof. Dr. Hélder Eterno da Silveira

Diretora de Extensão:
Prof.ª Dr.ª Vânia Aparecida Martins Bernardes



**UNIVERSIDADE
FEDERAL DE
UBERLÂNDIA**



Universidade Federal de Uberlândia
Pró-Reitoria de Extensão e Cultura

Diretoria de Extensão / Divisão de Registro e Informação de Extensão
Conforme Estatuto e Regimento Geral Universidade Título IV Capítulo I – Seção IV – Art.

139 § 2º

Data: 12/09/2019 Cadastro SIEX/UFG: 192911/19

Responsável: (Cadastro – Emissão – Registro)
Divisão de Registro e Informação de Extensão

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADORNO, Sérgio. SALLA, Fernando. Criminalidade organizada nas prisões e os ataques do PCC. Estudos Avançados, [S.I.], n. 61, p. 7-29, set. 2007. <https://doi.org/10.1590/S0103-40142007000300002>

AGUIAR, Margarida Maria Veras. Prisão, prisioneiros, rebeliões: A experiência da Colônia Penal Professor Jacy de Assis. Monografia de Graduação em História – Instituto de História; Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, 2003.

ALEXANDER, Michelle. A nova segregação: racismo e encarceramento em massa. Tradução de Pedro Davoglio – 1ª ed. – São Paulo: Boitempo, 2017.

AMADO, Jorge. Capitães da Areia – São Paulo: Companhia das Letras, 2009

ATHAYDE, Celso. Cabeça de porco / Celso Athayde, MV Bill, Luiz Eduardo Soares – 1ª ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2005.

BATISTA, Vera Malaguti. Díficeis ganhos fáceis – drogas e juventude pobre no Rio de Janeiro – 2ª ed. – Rio de Janeiro, 2003.

BARCELLOS, Caco. Rota 66 / Caco Barcellos; apresentação de Narciso Kalili – 25ª ed. – São Paulo: Globo, 1994.

BECKER, Howard Saul. Outsiders: estudos de sociologia do desvio. Tradução de Maria Luiza de Borges. 1ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

BENTHAM, Jeremy. O Panóptico. Organização de Thomaz Tadeu – 2ª ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008.

BIONDI, Karina. Junto e Misturado: imanência e transcendência no PCC. Dissertação de Mestrado em Sociologia. Departamento de Sociologia; Universidade Federal de São Carlos. São Carlos, 2009.

BOITEUX, Luciana. PÁDUA, João. A desproporcionalidade da lei de drogas: os custos humanos e econômicos da atual política no Brasil. Disponível em http://egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/a_desproporcionalidade_da_lei_de_drogas_os_custos_humanos_e.pdf> Acesso em 12/05/2019.

BOITEUX, Luciana. Brasil: reflexões críticas sobre uma política de drogas repressiva. Revista Sur, v.12, nº21. agosto/2015.

BRAGA, Ana Gabriela Mendes. A identidade do preso e as leis do cárcere. Dissertação de Mestrado em Direito. Faculdade de Direito; Universidade de São Paulo. São Paulo, 2008.

_____. Entre a prisão e o mundão: entrada da sociedade civil no cárcere e a reintegração social. Revista Espaço Acadêmico, [S.I.], n. 154, p. 71-81, mar. 2014.

_____. Universidade e prisão: Inspirações teóricas, experiências e referências. *Revista Jurídica da Presidência*, Brasília, v. 16, n. 109, p. 345-371, jun. 2014.
<https://doi.org/10.20499/2236-3645.RJP2014v16e109-15>

CHRISTINO, Márcio Sergio. *Laços de Sangue: a história secreta do PCC* – 1ª ed. São Paulo: Matrix, 2017.

DAVIS, Angela. *Estarão as prisões obsoletas?* – tradução de Marina Vargas – 1ª ed. – Rio de Janeiro: Difel, 2018.

DIAS, Camila Nunes. *Da pulverização ao monopólio da violência: expansão e consolidação do Primeiro Comando da Capital (PCC) no sistema carcerário paulista*. Tese de Doutorado em Sociologia – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas; Universidade de São Paulo. São Paulo, 2011.

ELIAS, Norbert. *O processo civilizador: Volume 2 – Formação do Estado e civilização*. Tradução de Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

FELTRAN, Gabriel de Santis. *Fronteiras de tensão: política e violência nas periferias de São Paulo* – São Paulo: Editora Unesp, 2011.

_____. *Irmãos: uma história do PCC*. 1ª ed. – São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*; tradução de Raquel Ramalhete. 42ª ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

FRANCO, Marielle. *UPP A redução da favela em três letras: uma análise da política de segurança pública do estado do Rio de Janeiro* – 1ª ed. – São Paulo, 2018.

GASTALDO, Denise. MAGALHÃES, Lilian. CARRASCO, Christine. DAVY, Charity. *Body-Map Storytelling as Research: Methodological considerations for telling stories of undocumented workers through body mapping*. Disponível em:
<http://www.migrationhealth.ca/undocumented-workers-ontario/body-mapping>. Acesso em 13/11/2019.

GASTALDO, Denise. MAGALHÃES, Lilian. CARRASCO, Christine. *Mapas Corporais Narrados: um método para documentar trajetórias de saúde, resiliência, adoecimento e sofrimento*. In: *As práticas corporais no campo da saúde*. (orgs. FRAGA, Alex. CARVALHO, Yara. GOMES, Ivan.) – São Paulo – HUCITEC EDITORA, 2013.

GODOI, Rafael. *Fluxos em cadeia: as prisões em São Paulo na virada dos tempos* – 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2017.

KUCINSKI, Bernardo. *Bala perdida: a violência policial no Brasil e os desafios para sua superação* – 1ª ed. – São Paulo: Boitempo, 2015.

MANSO, Bruno Paes. DIAS, Camila Nunes. *A guerra: a ascensão do PCC e o mundo do crime no Brasil*. 1ª ed. São Paulo: Todavia, 2018.

MEIRELLES, Renato. Um país chamado favela: a maior pesquisa já feita sobre a favela brasileira / Renato Meirelles, Celso Athayde – São Paulo: Editora Gente, 2014.

OLIVEIRA, Hilderline Câmara de. Códigos de Sustentação da linguagem no cotidiano prisional do Rio Grande do Norte: Penitenciária Estadual de Parnamirim. Tese de Doutorado em Sociologia. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes; Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal, 2010.

OLIVEIRA, Roberto Camargos de. Rap e política: percepções da vida social brasileira – 1ª ed. – São Paulo: Boitempo, 2015.

RACIONAIS MC's. Sobrevivendo no Inferno – 1ª ed. – São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

SILVA, José Carlos Gomes da. Rap na cidade de São Paulo: juventude negra, música e segregação urbana (1984-1998) – Uberlândia: EDUFU, 2015. <https://doi.org/10.14393/EDUFU-978-85-7078-398-1>

SILVA, Givanildo Manoel. Quebrando as grades: liberdade incondicional. São Paulo, 2017.

SOARES, Luis Eduardo. Desmilitarizar: segurança pública e direitos humanos. – 1ª ed. – São Paulo: Boitempo, 2019.

VARELLA Dráuzio. Carcereiros – 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

_____. Estação Carandiru – 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

História das prisões no Brasil, volume 1 / organização de Clarissa Nunes Maia ... [et. al.] – 1ª ed. Rio de Janeiro: Anfiteatro, 2017.

História das prisões no Brasil, volume 2 / organização de Clarissa Nunes Maia ... [et. al.] – 1ª ed. Rio de Janeiro: Anfiteatro, 2017.